UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA FÍSICA

MAURÍCIO DE ALCÂNTARA MARINHO

Territorialidade e Governança em Áreas Protegidas:

O caso da comunidade do Marujá, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, SP)

(VERSÃO CORRIGIDA)

São Paulo
2013

Fotos da capa (da esquerda para a direita): Casa de morador na localidade do Marujá de Baixo; Cerco do Seu João Rosa; Bromélia em Floresta de Restinga; Visitantes e monitores ambientais locais em trecho da Restinga do Marujá

Autoria: Maurício A. Marinho

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA FÍSICA

Territorialidade e Governança em Áreas Protegidas:

O caso da comunidade do Marujá, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, SP)

Maurício de Alcântara Marinho

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia Física
do Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo,
para a obtenção do título de Doutor em
Geografia Física.

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Ângelo Furlan

Versão corrigida. O exemplar original se encontra no CAPH
(Centro de Apoio à Pesquisa Histórica) da FFLCH

São Paulo

2013

Autorizo a reprodução e divulgação, total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Assinatura:

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'C' followed by a series of loops and a horizontal stroke.

Maurício de Alcântara Marinho

Territorialidade e Governança em Áreas Protegidas: O caso da comunidade do Marujá, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, SP)

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Física do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Geografia Física.

Aprovada em: 20/02/2014

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ailton Luchiari (Departamento de Geografia - FFLCH - USP)

Prof. Dr. Antonio Carlos Sant'Ana Diegues (NUPAUB e PROCAM - USP)

Profa. Dra. Carmem Lúcia Rodrigues (Instituto Três Rios - UFRRJ)

Dra. Marília Britto Rodrigues de Moraes (Consultora Independente)

Orientadora:

Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan (Departamento de Geografia - FFLCH - USP)

De acordo

À Cris, com Amor e gratidão, por seu apoio, carinho e
dedicação sem limites...

Agradecimentos

À Sueli Ângelo Furlan, pelo apoio durante a caminhada, desde o Mestrado até aqui. Muito obrigado pelo voto de confiança e incentivo.

Ao Ezequiel de Oliveira, Amilton Xavier e Eliane, Ilton Luiz de Oliveira, João Rosa, Ricardo e Salvador das Neves pela cooperação essencial à pesquisa e aprendizagem.

À Kátia Pisciotta, técnica do IF, pela amizade e pelas conversas fundamentais para a execução desta pesquisa.

À Giorgia Limnios pela essencial amizade, generosidade e disposição em ajudar nos mapas, não medindo esforços em nenhum momento nessa última etapa da pesquisa.

Ao Marcos Campolim, pelo seu empenho e dedicação histórica às comunidades da Ilha do Cardoso.

À Juliana Grecco e todos os colaboradores da Rede Cananeia.

Aos Drs. Ailton Luchiari, Antonio Carlos Diegues, Carmem Lúcia Rodrigues, Luiz Carlos Beduschi e Marília Britto de Moraes, pelas preciosas dicas e reflexões no exame de qualificação e na banca da presente tese.

Aos amigos Márcia Santana, Ocimar Bim, Isadora Parada, Jeannette Geenem, Edison R. do Nascimento, Osmar Gomes de Pontes, Sandra Leite, Wanda Maldonado, Eliane Simões, Danilo Silva, Lucila Vianna e tantos outros colegas e ex-colegas da SMA e RBMA, que buscam, incessantemente, um futuro mais promissor às UCs e comunidades locais.

Aos amigos Paulo Groke, Julia Krahenbuhl, Guilherme Rocha, Michele Martins, Christine Castilho Fontelles e toda a equipe do Instituto Ecofuturo, pelo rigor ético e companheirismo.

Às biólogas Lígia Rocha e Kika Braga, pelas conversas e intercâmbio no estudo.

À Camilla e Tamar, pelas transcrições de entrevistas e traduções de textos de referência.

Ao João Ricardo Turini, pela amizade e incansável ajuda na revisão e apoio no momento final do trabalho.

Aos amigos, professores e funcionários do Departamento de Geografia, especialmente à Cida, da Secretaria de Pós-Graduação, e aos geógrafos Marcos Melo, Simone Resende e Regina Queiroz.

À Luisa Alonso da Silva, Julia Meireles Vieira, Alessandra Mastrocinque, Luciano Festa, Alessando dos Santos e todos aqueles que vivenciaram a Ing-Ong.

A todos os amigos do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema.

A todos os moradores da Ilha do Cardoso e Lagamar, em especial do Marujá, pelo acolhimento e oportunidade de convívio.

Aos meus pais e irmãos que me apresentaram ao Vale do Ribeira e me despertaram os sentidos da descoberta das coisas simples da vida.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

Serra descansa no reflexo...
Nos alcança
a ponto de tocá-la
Barco navega
por espelhos d' água...
Entre chãos
Povos e
Mundos.

Maurício Marinho - 2013

RESUMO

MARINHO, Mauricio A. **Territorialidade e Governança em Áreas Protegidas: O caso da comunidade do Marujá, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, SP)**. 2013 158f. (Doutorado em Geografia Física). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os processos de governança entre grupos culturalmente diferenciados e as áreas protegidas, e como esses processos interferem na definição de novos territórios e territorialidades, envolvendo unidades de conservação (proteção integral e uso sustentável) e espaços de uso comum. Identificou-se uma modalidade singular de gestão comunitária e compartilhada, iniciada em 1993, entre a comunidade caiçara do Marujá e o Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC), em Cananeia, SP. Protagonizada por lideranças locais e empreendedores de políticas públicas, o estudo de caso demonstra a viabilidade de comunidades tradicionais planejarem seus próprios futuros, o que inclui o ordenamento ecológico e territorial. Propõe-se a adoção do termo “comunidade de referência” para designar o Marujá e outras comunidades que desempenham protagonismo e constituem *locus* de aprendizagem de práticas sustentáveis.

Palavras-chave: governança de áreas protegidas; cogestão; territorialidade; Ilha do Cardoso; unidades de conservação; comunidades tradicionais

ABSTRACT

MARINHO, Mauricio A. **Territorialidade e Governança em Áreas Protegidas: O caso da comunidade do Marujá, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, SP)**. 2013 158f. (Doutorado em Geografia Física). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

This work analyzes governance processes in culturally differentiated groups and protected areas, seeking to understand how these processes interfere in the definition of new territorialities and territories, with protected areas (strict-use and sustainable-use) and commons. A singular model of community management and co-management starting in 1993 was identified among the caiçara community of Marujá and Ilha do Cardoso State Park, Cananeia, SP. Led by local leaderships and public policy entrepreneurs, the case study shows how apt traditional communities are to take care of their future, including ecologic and spatial planning. The term “community of reference” was adopted to refer to Marujá as well as other communities that are a learning *locus* of sustainable practices.

Keywords: governance of protected areas; co-management; territoriality; Ilha do Cardoso; local communities

LISTA DE FIGURAS

	10
Figura 1 – Procedimentos e métodos utilizados na tese – Estudo de caso na comunidade caiçara de Cananeia (Iguape, SP)	
Figura 2 - Atividade de elaboração do Mapa Mental Territorialidade do Marujá - Ocupação atual	19
Figura 3 - Atividade de elaboração do Mapa Mental da Territorialidade do Marujá - Áreas de Manejo	19
Figura 4 - Apresentação de mapa mental da territorialidade, elaborado por jovens da comunidade do Marujá.	19
Figura 5 - Apresentação dos mapas mentais de territorialidade do Marujá, durante Assembleia da AMOMAR, em 29/08/2013.	20
Figura 6 – Diagrama da gestão compartilhada das áreas protegidas da Costa Rica	62
Figura 7 - Vista do Parque Estadual da Ilha do Cardoso a partir do Canal do Ararapira	65
Figura 8 - Habitantes por localidade no Parque Estadual da Ilha do Cardoso entre 1974 e 1998	76
Figura 9 – Imagem de satélite de trecho sul do Parque Estadual da Ilha do Cardoso - Localidades do Marujá de Cima e de Baixo, que integram a comunidade do Marujá	77
Figura 10 - Mapas do Loteamento “Parque Balneário Marujá I e II – Companhia Imobiliária Três Coroas Ltda.	85
Figura 11 - Folheto de Divulgação do loteamento “Parque Balneário Marujá”, um empreendimento da Companhia Três Coroas Ltda.	86
Figura 12 – Mapa Mental da Territorialidade do Marujá - Elaborado por jovens da comunidade em ago.2013	90
Figura 13 - Áreas de ocupação no Marujá (em azul) e vegetação nativa/praias (em verde), em hectare	92
Figura 14– Mapa Mental da Territorialidade do Marujá – Dimensão Externa. Elaborado por moradores da comunidade em ago.2013	95
Figura 15 - Visitantes no Núcleo Perequê e comunidade do Marujá em 2003.	108
Figura 16 – Diagrama: Temas centrais de atuação da AMOMAR, conforme seu Estatuto Social	117
Figura 17 - Diagrama com serviços públicos e comunitários no Marujá, sob a responsabilidade da AMOMAR (adaptado por Maurício A. Marinho)	118
Figura 18 - Áreas de atuação do Plano de Manejo Comunitário ref. a 2012	129

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da comunidade do Marujá – Parque Estadual da Ilha do Cardoso	67
Mapa 2 – Territorialidade do Marujá – Ocupação Atual	91
Mapa 3 – Territorialidade do Marujá – Áreas de gestão comunitária e compartilhada	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Populações tradicionais não indígenas do Brasil	25
Tabela 2 – Classificação de categorias de manejo de Áreas Protegidas pela IUCN e comparação com o SNUC	32
Tabela 3 – Matriz com tipos de governança em áreas protegidas e categorias de manejo	56
Tabela 4 – Unidades de conservação vinculadas às comunidades caiçaras que vivem no PEIC	68
Tabela 5 – Ambientes naturais e uso da terra correspondentes ao trecho do PEIC, definido no estudos como área de ocupação do Marujá (dimensão interna da territorialidade).	92
Tabela 6 – Conflitos instaurados entre agentes externos e as comunidades envolvidas pelo Parque Estadual da Ilha do Cardoso, entre 1977 e 2000	102
Tabela 7 – Serviços públicos e comunitários no Marujá – Descrição e Responsabilidades	119
Tabela 8 – Objetivos identificados pelos moradores do Marujá em plenárias – Áreas de Liderança, Cultura, Lazer e Ensino e Saúde	127
Tabela 9 – Objetivos identificados pelos moradores do Marujá em plenárias – Moradia, Comunicação, Áreas de Preocupação Econômica e Ambiental	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APA CIP	Área de Proteção Ambiental Cananeia-Iguape-Peruíbe
Aps	Áreas protegidas
AMOANCA	Associação de Monitores Ambientais de Cananeia
AMOMAR	Associação de Moradores do Marujá
AMICARD	Associação de Moradores da Ilha do Cardoso
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CEPARNIC	Centro de Pesquisas Aplicadas de Recursos Naturais da Ilha do Cardoso
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente
COOPEROSTRA	Cooperativa de Produtores de Ostra de Cananeia
DRPE	Divisão de Reservas e Parques Estaduais
EEc	Estação Ecológica
EEJI	Estação Ecológica Jureia-Itatins
FF	Fundação Florestal
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências e Humanas da USP
FUNDAG	Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDRC	<i>International Development Research Centre</i>
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
IF	Instituto Florestal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
MOJAC	Mosaico do Jacupiranga

NUPAUB	Núcleo Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
Parna	Parque Nacional
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PEI	Parque Estadual Intervales
PEIC	Parque Estadual da Ilha do Cardoso
PE	Parque Estadual
PEJ	Parque Estadual de Jacupiranga
PETAR	Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira
PGAs	Plano de Gestão Ambiental
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PROCAM	Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REMA-Vale	Rede de Monitores do Vale do Ribeira
RESEX	Reserva Extrativista
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
SIEFLOR	Sistema Estadual de Florestas
SMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
SVMA	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente
UEACs	Unidades Escolares de Ação Comunitária

UC	Unidade de Conservação
UCs	Unidades de Conservação
USP	Universidade de São Paulo
UTM	<i>Universal Transversa de Mercator</i>
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
ZA	Zona de Amortecimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO	2
ESTRUTURA DA TESE	4
OBJETIVOS	5
HIPÓTESE CENTRAL	5
DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E ADAPTAÇÃO AO CONTEXTO LOCAL	5
PROCEDIMENTOS E MÉTODOS	9
▪ Estudo de caso do Marujá	12
▪ Pesquisa qualitativa: técnicas etnográficas e geográficas utilizadas	13
▪ Observação participante e o informante-chave.....	14
▪ Histórias de vida.....	16
▪ Mapeamento Mental da Territorialidade do Marujá e Observações de Campo.....	17
▪ Análise documental.....	21
▪ Análise de agendas governamentais e políticas públicas	22

CAPÍTULO 1

MARCOS CONCEITUAIS	24
1.1. POPULAÇÕES TRADICIONAIS EM ÁREAS PROTEGIDAS E DIREITOS TERRITORIAIS	24
▪ Visões sobre sociedade e natureza.....	27
▪ Áreas Protegidas e Unidades de Conservação	30
▪ Direitos civis, culturais e territoriais das populações tradicionais em APs.....	34
▪ Contexto geral das RESEX e RDS.....	40
▪ RESEX e RDS no estado de SP e os Mosaicos de UCs	42
1.2. TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO.....	44
▪ Os Espaços e recursos naturais de uso comum: Comuns (ou <i>commons</i>).....	47
1.3. DEFINIÇÕES DE GOVERNANÇA E A GOVERNANÇA EM ÁREAS PROTEGIDAS	48
▪ Governança em Áreas Protegidas.....	52
▪ Escalas e tipos de governança em áreas protegidas	54
▪ Diferenças entre manejo, gestão e gestão compartilhada em áreas protegidas	56
▪ Gestão compartilhada em APs: Contexto geral na América Latina e no Brasil	60

CAPÍTULO 2

POPULAÇÕES DA ILHA DO CARDOSO: TERRITORIALIDADES EM TRANSFORMAÇÃO E O CASO DO MARUJÁ	65
2.1. ANTIGOS “SÍTIOS” E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO	69
2.2. REGISTROS DA OCUPAÇÃO NO PARQUE E NO MARUJÁ.....	75
2.3. PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MARUJÁ.....	78
▪ Marujá no tempo das roças, mutirões e fandangos	78
▪ A Transição da agricultura para a pesca	82
▪ O Loteamento “Parque Balneário Marujá – Ilha do Cardoso”	84
2.4. VISÃO COLETIVA DA TERRITORIALIDADE DO MARUJÁ	87
▪ Mapa da Territorialidade do Marujá - Ocupação Atual	89
▪ Mapa da Territorialidade do Marujá – Áreas de gestão comunitária e compartilhada.....	93

CAPÍTULO 3

ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO MARUJÁ E ARRANJOS DE GOVERNANÇA	98
3.1. ENFRENTAMENTO DE CONFLITOS E ATUAÇÃO DE AGENTES INDIVIDUAIS.....	101
3.2. INSERÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DO MARUJÁ NA AGENDA GOVERNAMENTAL.....	104
3.3. ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO MARUJÁ: UM PROJETO DEMONSTRATIVO	105
3.4. O PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL DO PEIC – FASE 1: MARCO INTRODUTÓRIO DE GOVERNANÇA.....	110
3.5. O COMITÊ DE APOIO À GESTÃO E O PLANO DE MANEJO DO PEIC	114
3.6. A CRIAÇÃO DA AMOMAR: ESTRATÉGIA DE EMPoderAMENTO COMUNITÁRIO	116
3.7. APOIO DA REDE CANANEIA.....	121
3.8. ENSEADA DA BALEIA/VILA RÁPIDA: NECESSIDADE DE REALOCAÇÃO?.....	121
3.9. DESCONTINUIDADE NA GESTÃO DO PEIC: DA CRISE AOS NOVOS ARRANJOS DE GOVERNANÇA	124
3.10. O PLANO DE MANEJO COMUNITÁRIO DO MARUJÁ - 2012.....	126

CAPÍTULO 4

GESTÃO COMUNITÁRIA COMPARTILHADA E PERSPECTIVAS DE RETERRITORIALIZAÇÃO	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
APÊNDICES	
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS – TRABALHO DE CAMPO NO MARUJÁ.....	152
APÊNDICE B - MAPA MENTAL DA TERRITORIALIDADE DO MARUJÁ E REVISÃO/RECATORIZAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	156

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Como assegurar às comunidades¹ e aos moradores que vivem em áreas protegidas (APs) de terem seus direitos territoriais, civis e de diversidade cultural efetivamente reconhecidos e assegurados?

Esta questão é central para o desenvolvimento da tese, que abrange os temas territorialidade de populações culturalmente diferenciadas e os processos de governança em áreas protegidas, formalizados ou não, construídos entre essas populações e o Estado. Ela constitui o aprofundamento teórico e conceitual do mestrado, que abordou a análise das relações de conflito e cooperação entre o bairro Guapiruvu e o Parque Estadual Intervales (PEI) (MARINHO, 2006; MARINHO & ANGELO-FURLAN, 2008), e integra o projeto de pesquisa: “Territorialidade e natureza: conflitos e representações de grupos culturalmente diferenciados”, vinculado ao Laboratório de Climatologia e Biogeografia do Departamento de Geografia/FFLCH/USP, sob coordenação da Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan².

Como estudo de caso, definiu-se a comunidade caiçara do Marujá, localizada na restinga sul do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC)³, município de Cananeia, ao sul do estado de São Paulo. Surgida há mais de 160 anos, Marujá (originalmente denominada Praia do Meio) se destaca pelo histórico de resistência e permanência no Parque, que em parte resultou do protagonismo de suas lideranças, auto-organização (visão sobre as necessidades atuais e futuras) e forte interação com agentes externos. Essas características fazem do Marujá umas das comunidades caiçaras mais organizadas do litoral sudeste, inseridas em um grupo de análise que ora denominamos “comunidades de referência”.

Há vinte anos (1983), a comunidade realizou o “Plano de Gestão Comunitária do Marujá”⁴, que contemplou a revisão de regras costumeiras (ou consuetudinárias) e

¹ Por comunidade entende-se “um conjunto de pessoas que se organizam sob o mesmo conjunto de normas, geralmente vivem no mesmo local, sob o mesmo governo ou compartilham do mesmo legado cultural e histórico” (FERNANDES, 1973, p. 201).

² Resultados parciais apresentados nos XII e XIII Encontros de Geógrafos da América Latina, realizados no Uruguai e Costa Rica (ANGELO FURLAN; MARINHO; CAMPOLIM, 2009; MARINHO; ANGELO FURLAN, 2011).

³ O PEIC, localizado em Cananeia/SP, foi criado por meio do Decreto nº 40.319/1962, com área de 15.100 hectares.

⁴ Informação de Ezequiel de Oliveira, morador do Marujá e colaborador desta pesquisa.

propostas de ordenamento das áreas de uso tradicional (territorialidades) e de relacionamento com o PEIC (Estado) e outros atores sociais.

O Plano contribuiu, posteriormente, para o estabelecimento de acordos relacionados ao manejo de recursos em espaços do Parque e outras APs, mediante instrumentos próprios de planejamento e gestão.

Sobre a aprendizagem socioambiental do caso Marujá e até que ponto foi incorporada pelas instituições e gestores responsáveis pelas UCs, a pesquisa busca identificar:

1. Como os processos de governança se formaram, se transformaram e ora se apresentam enquanto cenários e possibilidades;
2. Como esses processos de governança interagem diretamente com as territorialidades (das populações tradicionais) e com os territórios das áreas protegidas (UCs e de pesca), transformando-as mediante processos de territorialização.

Por abranger populações sob a tutela do Estado, a investigação contribui com pesquisas e estudos não somente em UCs de proteção integral e de uso sustentável, mas que envolvam territórios indígenas e quilombolas, assentamentos agrários com projetos socioambientais específicos⁵ e outras áreas naturais com presença humana.

Apesar dos diferentes condicionantes legais em torno dessas populações, especialmente dos grupos culturalmente diferenciados, o Estado não dispõe de instrumentos técnicos e jurídicos que assegurem autonomia local no que se refere as estratégias próprias de organização e gestão comunitária dos territórios tradicionais que foram afetados pelas áreas naturais. É nesta direção para a qual caminha a tese: desvelar processos instalados de gestão territorial com atuação comunitária e ainda não legitimados.

⁵ O INCRA vem implantando, nos últimos anos, os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) em assentamentos localizados em áreas de maior restrição ambiental. Nas regiões do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema, destacam-se o PDS Assentamento Alves, Teixeira e Pereira (em Eldorado, próximo ao bairro Guapiruvu), o Assentamento Prof. Luís Macedo, em Apiaí, vizinhos ao Parque Estadual Intervales (PEI) e o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), respectivamente.

ESTRUTURA DA TESE

A partir da apresentação dos objetivos e da hipótese central, será realizada uma breve discussão sobre a adaptação da pesquisa ao contexto local e sobre os procedimentos metodológicos ora utilizados.

No capítulo 1, apresentam-se os marcos conceituais da pesquisa: populações tradicionais em áreas protegidas e direitos territoriais; territórios, territorialidades e processos de territorialização; e definições de governança e a governança de áreas protegidas incluindo os regimes de cogestão e gestão comunitária. Incluem-se alguns exemplos de estudos ou projetos em outros países e no território brasileiro.

A partir de elementos etnográficos e historiográficos das populações caiçaras da Ilha do Cardoso e, especificamente, da comunidade do Marujá, o capítulo 2 traz o mapeamento comunitário das territorialidades do Marujá (Ilha, Águas e Continente) que foram sobrepostos pelas UCs, estaduais e federais.

O capítulo 3, ao tratar da organização sociopolítica do Marujá, conduzida pela Associação de Moradores do Marujá (AMOMAR), demonstra o protagonismo histórico das lideranças e o papel desempenhado pelos empreendedores de políticas públicas para a criação e definição de regras e acordos conciliatórios de manejo com o PEIC e outras UCs. Dessa relação demarcam-se os arranjos institucionais e de governança entre o Estado, as populações que vivem no Parque e outras UCs e os demais atores sociais. Incluem-se as regras autogestionárias, efetuadas a partir de sistema cooperativo entre os moradores e apontam-se contradições internas e limitações organizacionais (elementos para a aprendizagem individual e coletiva).

A comprovação da hipótese central da investigação é abordada no capítulo 4, que discute os principais desafios referentes ao presente e ao futuro do Marujá e das outras comunidades tradicionais, ora inseridos no PEIC. Além da permanência na Ilha e do reconhecimento de territorialidades, busca-se identificar os cenários que se deslumbram aos moradores da Ilha do Cardoso. Esses cenários, de possibilidades e limitações, definem-se como futuros arranjos de governança local e regional.

Nas Considerações Finais é feita uma reflexão geral sobre a contribuição da pesquisa, demonstrando alguns aspectos inovadores no que se refere as modalidades de gestão territorial de APs e sugerida a definição do termo “comunidade de referência”, que remete a comunidade do Marujá outras comunidades organizadas em APs.

OBJETIVOS

O objetivo da tese é analisar os processos de governança entre grupos culturalmente diferenciados e áreas protegidas (APs), observando como esses processos interferem na construção de novas territorialidades e territórios nessas áreas. Dessa maneira, a tese desenvolveu-se a partir de um estudo de caso singular que envolve, fundamentalmente, uma comunidade tradicional (o Marujá) e uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, o Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

Como objetivos específicos, procura-se:

- a) registrar a expressão da territorialidade do Marujá, sob a ótica dos moradores tradicionais desta comunidade;
- b) refletir sobre os processos e instrumentos de governança identificados e sobre as perspectivas de aplicação em outras áreas protegidas, formando arranjos locais e regionais de governança.

HIPÓTESE CENTRAL

O reconhecimento e a legitimação de processos de cogestão e gestão comunitária de áreas protegidas (incluindo experiências demonstrativas em UCs de proteção integral) podem contribuir para a definição de novas territorialidades e para a estruturação de políticas públicas descentralizadas, adaptadas a contextos locais e regionais.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E ADAPTAÇÃO AO CONTEXTO LOCAL

Por tratar da relação intrínseca entre moradores tradicionais, funcionários de UCs e outros atores sociais (*stakeholders*), a pesquisa apresentava o desafio de contribuir diretamente à comunidade (moradores e AMOMAR) e, indiretamente, aos técnicos, gestores e conselheiros das UCs e agentes envolvidos com as políticas de manejo pesqueiro, no estuário e no mar.

Na fase inicial da pesquisa eu estava vinculado profissionalmente à Fundação Florestal (FF), o que me trazia um desafio metodológico similar ao que encontrara no mestrado⁶, no qual registrei:

⁶ Entre 2003 e 2008, exerci a função de gestor do Parque Estadual Intervales, UC de proteção integral com 41.700 hectares localizada entre as bacias do Vale do Ribeira e o Alto Paranapanema (daí o nome

O papel de pesquisador/gestor restringe a adoção de alguns procedimentos de investigação e impõe cautela adicional, para que a pesquisa possibilite interação e, ao mesmo tempo, evite criar falsas expectativas junto aos agentes sociais da área de estudo. Um fato que minimizou essa dificuldade inicial se refere ao envolvimento pessoal com as lideranças de Guapiruvu, desde 1998, através de projetos socioambientais no bairro (MARINHO, 2006, p.15).

A saída da Fundação Florestal, em meados de 2011, minimizou o dilema “pesquisador/gestor” e o receio de que eu viesse a ser identificado pelos moradores do Marujá como um agente governamental da FF/SMA (Fundação Florestal/Secretaria de Estado do Meio Ambiente). Foi assim que recebi de bom grado o convite do presidente da AMOMAR, Amilton Xavier, de proferir uma palestra aos moradores do Marujá sobre o significado das reservas de desenvolvimento sustentável (RDS) e sobre as diferenças entre a categoria RDS e parque estadual. Essa demanda surgiu diante da necessidade da comunidade avaliar a possibilidade da recategorização do PEIC, por ocasião da revisão de seu plano de manejo.

Esse desligamento do órgão gestor foi determinante para que eu optasse por uma pesquisa mais engajada com o “comprometimento do pesquisador com a causa e o grupo social estudado” (BRANDÃO, 1981).

Nas primeiras viagens de campo, deparei-me com um processo de reorganização da AMOMAR, que apresentava questionamentos internos em relação ao futuro da comunidade. Havia também certa indisposição das lideranças de Marujá para abordar os assuntos relacionados ao Parque, diante de entraves burocráticos sobre processos de autorização, solicitações de pequenas reformas em moradias e outros assuntos não menos relevantes.

Em dado momento, fiz contato com a bióloga Karla Sessin Dilascio, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM/USP), e conversamos sobre pontos em comum de nossas pesquisas, as quais buscavam analisar as relações

Intervales, oriundo de “Entre os Vales”), e que integra os municípios de Eldorado, Guapiara, Iporanga, Ribeirão Grande e Sete Barras, fazendo divisa com Capão Bonito. Durante esse período de intensa aprendizagem, destaco o processo de implantação do Parque (até então, o único administrado pela FF/SMA); a estruturação do Conselho Consultivo do PEI e formação dos subcomitês do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema; a elaboração do Plano de Manejo do Parque (parceria entre a Fundação Florestal/SMA e o Departamento de Geografia da USP) e o desenvolvimento do mestrado, também na Geografia/USP, sob a orientação da Profa. Dra. Sueli Angelo-Furlan, que tratava de analisar as relações de conflito e cooperação entre o bairro do Guapiruvu (moradores e organizações) e o Parque.

da comunidade do Marujá com o PEIC. Esse contato foi importante para que eu revisasse alguns procedimentos da pesquisa e focasse a análise da territorialidade, além do tema da governança.

Durante a apresentação do meu projeto de pesquisa aos moradores do Marujá, solicitaram que contribuísse para a Revisão do *Plano de Manejo comunitário do Marujá* (ver item 3.10), fato que condicionou parte dos procedimentos e o cronograma de atividades em campo.

Ao longo da pesquisa, foram estratégicos os contatos estabelecidos com alguns técnicos e gestores vinculados à Fundação Florestal (FF) e ao Instituto Florestal (IF). Ainda que não optasse por entrevistar os agentes governamentais vinculados ao PEIC e a outras UCs relacionadas ao Marujá, destaco esses encontros e conversas informais que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa.

A zootecnista e mestre em ciências ambientais, Kátia Pisciotto, assessora técnica da Gerência Regional do Vale do Ribeira e Litoral Sul, na FF/SMA, e integrante da equipe responsável pela revisão do Plano de Manejo do PEIC, foi colaboradora direta desta pesquisa. No início de 2013, Kátia falou-me sobre as expectativas quanto à possível recategorização⁷ do Parque e cogitou sobre a possibilidade de que eu contribuísse mais diretamente com esta demanda da UC. Em princípio, a ideia era desafiadora, mas novamente se apresentava a visão dicotômica do pesquisador vinculado ao órgão gestor do Parque. Por fim, a incompatibilidade das agendas e o compromisso anterior com os representantes da AMOMAR inviabilizaram a proposta.

O interesse de profissionais envolvidos com a gestão do PEIC para ampliar o diálogo com os moradores em torno da permanência na Ilha, serviu como um “termômetro” para que eu verificasse as iniciativas ou restrições do órgão gestor, um elemento complementar à análise da governança.

Sobre a recategorização do Parque, conversei com o oceanógrafo Marcos Bühner Campolim, ex-gestor do PEIC entre 1998 e 2008 e principal responsável pelo estabelecimento do sistema de governança entre o Parque e as comunidades da Ilha do Cardoso. Marcos questionou a recategorização como única saída para garantir a permanência dos moradores, referindo-se aos recentes termos de compromisso entre

⁷ Neste caso, a recategorização implicaria na transformação de uma UC de proteção integral (Parque) em uma UC de uso sustentável (RDS), medida não prevista especificamente no SNUC (Lei nº 9.985/2000), mas possível mediante estudos técnicos, consulta pública e lei específica (Art. 22 do SNUC)

UCs (órgão gestor) e comunidades (moradores e associações). Campolim destacou, ainda, a necessidade de aprofundamento de estudos ligados à capacidade de suporte em relação à ocupação humana em UCs.

Foram significativas as conversas com a atual gestora do PEIC, Márcia Santana, e com o gestor da Reserva Extrativista (RESEX) da Ilha do Tumba⁸, Osmar Gomes de Pontes, bem como a participação de reuniões do Conselho Consultivo do PEIC, em janeiro de 2013, e do Conselho Deliberativo da RESEX da Ilha do Tumba, em agosto do mesmo ano. Nessas conversas e reuniões, identifiquei os desafios que se apresentam a cada UC e como se dava a participação dos representantes das comunidades do Marujá nos fóruns oficiais de participação. Também tive a oportunidade de conversar com a ex-gestora do PEIC, Jeannette Geenen, que me falou sobre o desafio de buscar uma solução de ocupação permanente dos moradores no Parque abrangendo reuniões com a Promotoria de Meio Ambiente de Registro, responsável pelo acompanhamento de ações demolitórias (casas de veranistas).

Com Juliana Grecco, bióloga e representante da Rede Cananeia, apontada pelas lideranças do Marujá como importante colaboradora, pude entender mais sobre algumas das limitações referentes à organização administrativa e financeira da AMOMAR, assim como sobre a situação das outras comunidades tradicionais que vivem no PEIC, sobre a participação dessas comunidades no Conselho Consultivo do Parque e as principais iniciativas e projetos da Rede na região.

Esses diálogos, ainda que pontuais, atestam pontos de vista diferenciados de técnicos e gestores de UCs, promotores, representantes de ONGs, monitores ambientais e de agentes locais que interagem com a comunidade do Marujá, e enriqueceram em muito a pesquisa. Trouxeram visões diferenciadas e complementares em relação ao objetivo da conservação ambiental e ao desafio da permanência dos moradores tradicionais na Ilha do Cardoso.

Os acordos do pesquisador com os moradores do Marujá serviram para que eu adaptasse alguns procedimentos metodológicos da investigação, conforme Borrini-Feyerabend (1997), para “adaptar o método ao contexto”.

⁸ A RESEX da Ilha do Tumba integra o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, criado pela Lei nº 12.810, de 21/02/2008, abrangendo território tradicional de uso das comunidades do Marujá e Ariri.

No segundo semestre de 2010 e primeiro semestre de 2011, realizei duas disciplinas no PROCAM-USP que trouxeram subsídios importantes à tese, a saber:

- a) Pesquisa interdisciplinar ambiental (ICA-5763), ministrada pelas professoras Yara Schaeffer Novelli e Sueli Angelo Furlan;
- b) Políticas Públicas de Meio Ambiente no Brasil: dimensões nacional, regional e local da ação do Estado” (ICA-5755), ministrado pelos professores Pedro Jacobi e Luiz Carlos Beduschi.

Na qualificação, em abril de 2012, foram significativas as contribuições teóricas e analíticas da banca à presente pesquisa, que contou com o Prof. Dr. Luiz Carlos Beduschi Filho (EACH-USP) e a Dra. Marília Britto Rodrigues de Moraes (Consultora Independente).

Por fim, a desvinculação de outras obrigações profissionais⁹, nos últimos meses que precederam a conclusão desta tese, propiciou o tempo necessário à conclusão das atividades de campo, condicionadas aos acordos estabelecidos com os representantes da AMOMAR.

PROCEDIMENTOS E MÉTODOS

O estudo traz como referenciais metodológicos a geografia cultural e subsídios da Antropologia, das Ciências Sociais e Políticas, e da Biogeografia, buscando uma compreensão mais ampla e interdisciplinar para responder os objetivos propostos. Os procedimentos de investigação respaldam-se nas pesquisas qualitativas e técnicas etnográficas e geográficas, na análise de políticas públicas e nos marcos conceituais (Capítulo 1), conforme o diagrama apresentado na Figura 1.

Conforme o geógrafo francês Paul Claval (1997):

[...] a geografia cultural está associada à experiência que os homens têm da Terra, da natureza e do ambiente, estuda a maneira pela qual eles os modelam para responder às suas necessidades, seus gostos e suas aspirações e procura compreender a maneira como eles aprendem a se definir, a construir sua identidade e a se realizar (CLAVAl, 1997, p.89).

⁹ Entre março de 2011 e julho de 2013, trabalhei como analista de projetos do Instituto Ecofuturo, entidade classificada como OSCIP e vinculada ao Grupo Suzano e que mantém há treze anos uma área de mais de 6.000 hectares de Mata Atlântica nos municípios de Bertioga e Mogi das Cruzes, com experiência consolidada de gestão com envolvimento comunitário.

Figura 1 – Procedimentos e métodos utilizados na tese – Estudo de caso na comunidade caiçara de Cananeia (Iguape, SP)

O pensamento historicista constitui a base da geografia cultural, “talvez em sua vertente idealista, uma vez que tem como referência a percepção e a subjetividade mais do que na vida material” (FURLAN, 2000).

Claval (2002) insere a geografia cultural dentro do campo das etnociências, compreendido por Diegues e Arruda (2000, p.26) como parte de uma “linguística para estudar os saberes das populações humanas sobre os processos naturais, tentando descobrir a lógica subjacente ao conhecimento humano do mundo natural, as taxonomias e classificações totalizadoras”.

Abordando o campo da Etnociência, a geógrafa Berta Ribeiro explica:

Nesse tipo de estudo combina-se a visão do observador estranho à cultura, refletindo a realidade percebida pelos membros de uma comunidade. Os elementos de análise são as categorias e as relações lógicas que se estabelecem entre o todo e as suas partes, que configuram o sistema taxonômico. Em outras palavras, o observador procura inferir as categorias êmicas¹⁰ dos povos em estudo. Seu objetivo é aprender os conhecimentos relativos à natureza mantidos

¹⁰ O termo “êmico” relaciona-se às categorias de análise próprias da cultura que está sendo pesquisada (MARQUES, 1990).

por povos iletrados (principalmente populações camponesas) ou sem escrita (grupos tribais). Esse saber é transmitido informalmente de pessoa a pessoa, geralmente de forma oral. O etnólogo utiliza para isso a própria linguagem nativa como dado a ser examinado, ou seja, como fonte de conhecimento (RIBEIRO, 1987, p.11-12, grifo nosso).

Dentro deste preceito, quem seriam o observador e o observado nas pesquisas envolvendo populações rurais?

O sociólogo José de Souza Martins, em seu livro *A chegada do estranho*, inverte essa perspectiva. O “estranho” não é o sujeito da pesquisa, o estranho somos nós, o “outro” (MARTINS, 1993, p.12).

Ainda que pese a minha vivência no Vale do Ribeira e Alto Paranapanema, assim como o fato de ter residido nas duas regiões por alguns anos, por maior convívio e identificação que eu viesse a ter por parte das populações locais, seria sempre reconhecido como um “estranho”. É somente a partir das relações construídas, historicamente, no interesse pelo “outro” que se estabelecem as bases da confiança e empoderamento mútuos.

Esse reflexão me faz recordar uma fala da bióloga e educadora Luiza Alonso da Silva¹¹: “Quem trabalha com educação tem que ter paciência histórica!”. Em outras palavras, algumas ações educacionais podem ter um resultado imediato, mas outras irão se processar em longos períodos de maturação individual e coletiva. Assim se dá, igualmente, com a construção das relações de confiança, interpessoais e interinstitucionais.

A participação na equipe que coordenou a formação de monitores ambientais na região¹², que contribui em muito para a fortalecimento e formação de lideranças

¹¹ Luiza alonso foi diretora da extinta Divisão Especial de Ensino no Vale do Ribeira que implantou, na década de 1970, as UEACs (Unidades Escolares de Ação Comunitária) na região, cujo professor, além de ministrar aulas no ensino regular, reserva parte de seu tempo ao ensino de adultos em caráter supletivo, ou a pré-escola, segundo solicitação ou maior demanda da população local, ademais de desenvolver com esta um trabalho comunitário” (BARRETO, 1986, p. 12-13). Em meados dos anos 1980 estruturou o Programa de Educação Ambiental do Vale do Ribeira, no âmbito da extinta CEAM (Coordenadoria de Educação Ambiental, vinculado a SMA) entre outros tantos projetos e diagnósticos de cunho socioambiental e educacional.

¹² Entre 1998 e 2003, o Programa de Monitoria Ambiental, coordenado pelo Instituto Ing-Ong de Planejamento Socioambiental e por parceiros da sociedade civil, setor privado e governamental (agentes locais e instituições), capacitou monitores ambientais em 39 municípios, envolvendo 18 UCs nas regiões do Vale do Ribeira (SP e PR), região metropolitana de São Paulo e na Chapada Diamantina/BA, a partir de um processo pedagógico participativo e interativo visando à construção da autonomia, em parceria com agentes locais e instituições atuantes nas regiões atendidas. “Além da atividade de guia de ecoturismo, a capacitação procura ampliar o campo de atividades do monitor ambiental,

comunitárias e das organizações locais favoreceu o envolvimento com as lideranças do Marujá e desobrigou-me a realizar um percurso mais longo de aproximação.

■ Estudo de caso do Marujá

A opção dos “estudos de caso”, de acordo com a geógrafa Marta Inez Medeiros Marques¹³,

[...] decorre do pressuposto de que, para o entendimento de uma problemática, se faz necessária a compreensão, em suas múltiplas determinações, do complexo processo de mudança social ao qual estão relacionadas, caracterizada por intensos conflitos, e uma realidade social marcada por indefinições, instabilidades, ambiguidades e contradições (MARQUES, 2000 apud RESENDE- SILVA, 2008, p.39).

Como método de pesquisa, o estudo de caso pode ser empregado em diversas situações “para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, políticos e relacionados (YIN, 2010, p. 24).

Em função da técnica de coleta de dados, Sanches Peres e Santos (2005, p. 117) apresentam tipologias de estudos de caso: os observacionais (contato próximo com seu ambiente e contexto), os documentais (análise de todo e qualquer registro) e as histórias de vida (entrevistas e narrativa em primeira pessoa). De acordo com os autores,

[...] os estudos de caso mostram-se especialmente atrativos para o pesquisador que tem apreço por desafios e que se sente à vontade para expor e debater seu próprio ponto de vista (SANCHES PERES; SANTOS, 2005, p. 119).

Algumas particularidades da comunidade do Marujá se destacam e servem de exemplo prático para outras comunidades e UCs de proteção integral, como um estudo de caso singular:

transformando-o num agente propagador de ações socioambientais voltadas à sua comunidade e região. Desta forma, são criadas possibilidades efetivas de trabalho em diferentes segmentos como a educação ambiental, a pesquisa, a organização comunitária e o manejo sustentável” (Ing-Ong, 2002).

¹³ MARQUES, Marta Inez Medeiros. De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO. 2000. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

- a) Organização sociopolítica e desempenho de algumas funções, que em princípio, seriam de competência exclusiva ao poder público;
- b) Práticas consideradas sustentáveis referentes à pesca artesanal, ao turismo de base comunitária e ao manejo/extração de produtos da floresta (confeção de cerco, utensílios, ervas medicinais);
- c) Visão conciliatória em relação ao conflito de permanência em uma UC de proteção integral;
- d) Decisão (da maioria dos moradores) de assegurarem direitos e benefícios apenas aos moradores e famílias reconhecidas como tradicionais¹⁴.

Somam-se a essas particularidades o histórico da comunidade do Marujá que se assemelha ao de muitas comunidades afetadas por UCs de proteção integral, não somente caiçaras, que sofrem ou sofreram limitações de vida impostas pelo processo da especulação imobiliária, pela restrição e modificação dos sistemas de manejo e de seus territórios tradicionais e pelos impactos decorrentes da chegada do turismo e da cultura urbano-industrial.

A comunidade do Marujá, por meio de um aprendizado individual e coletivo e da interação com agentes externos (rede social), formou um capital social que contribuiu não somente para a sua permanência no Parque, mas também para o estabelecimento de acordos que incluem a própria reconstrução do modo de vida e da identidade caiçara, aspectos que necessitam de um entendimento mais adequado e sob o prisma de seus protagonistas.

■ Pesquisa qualitativa: técnicas etnográficas e geográficas utilizadas

Considerando a busca do “olhar” dos sujeitos sociais (moradores do Marujá) às indagações que sustentam a hipótese central da tese, optou-se pela abordagem da pesquisa qualitativa. De acordo com o sociólogo Howard Becker (1994), na pesquisa qualitativa, a quantidade é substituída pela profundidade. Importa mais analisar uma questão a fundo e sob diferentes pontos de vista em toda sua complexidade do que quantificar pessoas, animais e coisas.

¹⁴ Em muitas comunidades afetadas por UCs, incluindo parques, existe o vínculo com veranistas (turistas de segunda residência), cuja dependência econômica prejudica a emancipação.

Não me interessava saber quantas casas em Marujá pertenciam aos moradores tradicionais ou aos veranistas (turistas de segunda residência). Essas informações já são de pleno conhecimento dos moradores e representantes do Parque e da Promotoria de Meio Ambiente. Estava, de fato, interessado em verificar como os moradores retratam o lugar de suas moradias e suas áreas de uso e convívio e como interagem com as espacialidades geográficas, ou seja, trazer elementos para uma visão coletiva da territorialidade, da apropriação dos territórios de pesca e de manejo e das próprias UCs.

A tradição de oralidade, característica das populações tradicionais, justifica a utilização – no estudo de caso - de técnicas etnográficas e geográficas no campo da pesquisa qualitativa, apresentadas a seguir.

■ **Observação participante e o informante-chave**

A observação participante serviu como orientação geral para a pesquisa de campo, conforme os preceitos de Foote Whyte (1980, 1985). Dos procedimentos idealizados pelo autor foram importantes: os registros (diário de campo com descrições de fenômenos observados, fotografias e gravações); pressupostos como colocar-se no lugar do outro, manter-se a uma certa distância, pautar-se pela teoria e estar aberto a adaptações, assim como o posicionamento do pesquisador necessário à observação participante; e a definição de informante-chave (IC) para apoiar a pesquisa.

A geógrafa Márcia Nunes (2003), ao estudar a relação entre moradores tradicionais e residentes da EEJI (Estação Ecológica Jureia-Itatins), enfatizou a importância do informante-chave (IC) em sua pesquisa e o quanto a pesquisa também influencia o modo como o informante passa a ver seu grupo.

A figura do Informante Chave tem sido muito valiosa. Pela sua larga experiência em acompanhar pesquisadores, orientou-me em como abordar as pessoas, o que esperar delas, quem seria importante entrevistar, e assim foi se tomando um colaborador precioso do meu trabalho [...] Algumas das entrevistas realizaram-se na presença do Informante Chave e este, muitas vezes, se envolveu emocionalmente com a fala das pessoas, com a história delas, já que é também, de certo modo, a sua história pessoal. Havia uma identificação imediata, o que seguramente fez com que ele pensasse mais profundamente nos seus sonhos, na motivação de sua luta, nas alternativas e possibilidades de buscar saídas para a desagregação sócio-cultural de seus pares (NUNES, 2003, p. 14).

Considerou-se, no caso do Marujá, a escolha de pelo menos dois informantes-chaves, levando em conta a existência de diferentes lideranças comunitárias¹⁵: Ezequiel de Oliveira, que atua há mais de quarenta anos em prol da organização do Marujá e de outras comunidades caiçaras¹⁶, e Amilton Xavier, atual presidente da AMOMAR e atuante há mais de quinze anos nas ações e projetos de desenvolvimento comunitário.

Foote-Whyte (1980) reforça a ideia de que o pesquisador, além da observação, se comprometa com o grupo estudado quando descreve como seu IC foi essencial para sua pesquisa com grupos de rua do bairro de Cornerville, EUA, nos anos 1930:

A princípio ele era apenas um informante-chave. Discutia com ele francamente o que estava tentando fazer, que problemas me confundiam e assim por diante [...] Na verdade, sem ter qualquer treino, era um observador a tal ponto perspicaz, que bastava um pequeno estímulo para ajudá-lo a tornar explícito muito da dinâmica da organização social de Cornerville. Algumas interpretações que fiz são mais dele do que minhas ainda que agora seja impossível distingui-las (FOOTE-WHYTE, 1980, p.80).

A presente pesquisa parte da premissa de envolvimento e comprometimento com a comunidade, na concepção da pesquisa participante conforme explica Carlos Rodrigues Brandão:

A participação não envolve uma atitude do cientista para conhecer melhor a cultura que pesquisa. Ela determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político de grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir (BRANDÃO, 1981, p.12).

[...] um momento de compromisso e participação com trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir (BRANDÃO, 1987, p. 12).

¹⁵ Segundo Carmen Lúcia Rodrigues (2001, p. 219), o conceito de liderança tem outro significado para os moradores locais. “[...] por mais que tal pessoa tivesse papel importante como porta-voz das comunidades caiçaras em inúmeros fóruns de discussão a respeito das políticas ambientais para o Vale do Ribeira, no local, sua distinção e prestígio igualavam-se, por exemplo, a um outro caiçara sênior que tinha um conhecimento excepcional sobre a arte da pescaria”.

¹⁶ A terminologia “caiçara” trata de um conceito sociológico/antropológico para determinadas populações tradicionais do litoral sudeste do Brasil. Até a alguns anos, os moradores da Ilha do Cardoso não se denominavam caiçaras, mas sim “povo do sítio”, ou “morador da Ilha do Cardoso” (MENDONÇA, 2001, p.98).

■ Histórias de vida

Segundo Resende-Silva (2008, p.43), a história de vida consiste “na realização de encontros entre pesquisador e pesquisado, nos quais o pesquisado relata sua vida, rememora fatos para ele importantes ou mesmo parte do seu cotidiano”. Permite, conforme enunciado por Freitas (2002), resgatar o indivíduo “comum” como sujeito participante no processo histórico e a construção de uma memória histórica coletiva, a partir da somatória de memórias individuais.

A técnica “história de vida” é comumente empregada por cientistas sociais e contribui para registrar dados não oficiais. De acordo com as orientações de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1983, p.91):

[...] histórias de vida e depoimentos pessoais, a partir do momento em que foram gerados, passam a constituir documentos como quaisquer outros, isto é, definem-se em função das informações, indicações, esclarecimentos escritos ou registrados, que levam a elucidar questões e funcionam também como provas.

As histórias de vida foram registradas por meio de questões abertas e apoiadas por entrevistas para a obtenção direta de informações essencialmente qualitativas (MARANGONI, 2005, p. 172).

Considerando a função estratégica de cada informante-chave, foi elaborado um roteiro individualizado para a orientação das entrevistas, conforme o APÊNDICE A.

No decorrer do trabalho de campo também entrevistei outros moradores que trouxeram visões complementares sobre o modo de vida e dinâmica social e produtiva no Marujá, como Ilton de Oliveira, monitor ambiental, pescador e filho de Ezequiel de Oliveira; João Rosa, pescador e vice-presidente da AMOMAR e Salvador das Neves, morador do “Marujá de Baixo”, pescador, barqueiro e dono de um camping. Também tive a oportunidade de entrevistar Romeu Mário Rodrigues, morador tradicional da Ilha do Cardoso e ex-funcionário do PEIC.

Em certo momento da pesquisa, considerei a possibilidade de entrevistar outros moradores do Marujá, envolvendo mulheres, jovens e outras lideranças, como Sr. Isidoro das Neves, dono de pousada, mestre de fandango e ex-morador da praia da Lage, próxima ao Marujá. Mas julguei suficientes os depoimentos que, à luz da bibliografia e de documentos consultados, já respondiam às indagações centrais da tese.

As entrevistas foram transcritas com a manutenção da linguagem coloquial, com seleção de falas pertinentes à pesquisa. Nesses registros mantiveram-se, a partir da autorização verbal, os nomes dos entrevistados, com a devida precaução de não incluir denúncias ou citar terceiros, mantendo-se os registros de fatos marcantes e o teor crítico, nos depoimentos, que atestam os conflitos centrais e as estratégias de cooperação internas e inerentes da relação da comunidade com o Estado, representado essencialmente pelo PEIC.

■ **Mapeamento Mental da Territorialidade do Marujá e Observações de Campo**

Nas palavras de Paul Claval (2011, p. 243): “Os mapas mentais desenhados pelas populações tão próximas geograficamente mostram claramente que a percepção que têm do mundo é socialmente construída e reflete a cultura na qual estão imersas”.

Angelo Serpa (2005) contextualiza os “mapas mentais” como expressão de linguagem, que proporcionam uma análise mais ampla do indivíduo no contexto social e cultural em que está inserido, advindos de relações dialógicas estabelecidas nos mais diversos contextos socioculturais.

Os mapas mentais, conforme Salete Kozel (2007), são entendidos como “uma forma de linguagem que reflete o espaço vivido representado em todas as suas nuances, cujos signos são construções sociais”.

Conforme Denis Cosgrove (1998), os mapas mentais podem ser classificados como cartas cognitivas e expressam uma relação explícita entre cultura e poder, com representações hegemônicas do espaço se sobrepondo, gradualmente, às representações das comunidades locais.

A dissertação de Mariana Soares A. Pirró (2010), *Práticas de Pesquisa de Campo com Comunidades Tradicionais: Contribuições para a gestão participativa do Arquipélago de Ilhabela-SP* trouxe referenciais complementares a esta pesquisa.

Projetos de mapeamento participativo, realizados com grupos indígenas, povos tradicionais, pequenos agricultores, extrativistas e associações de moradores, envolvem membros dessas comunidades nos trabalhos de mapeamento dos territórios que vivem e trabalham, e possibilitam o levantamento de dados referentes ao uso e ocupação da terra, a delimitação das fronteiras dos territórios, o etnozoneamento em terras indígenas, fornecendo dados para discussões sobre desenvolvimento local e subsidiando planos de manejo de unidades de conservação (PIRRÓ, 2010, p. 67).

Além dos preceitos de mapeamentos mentais e participativos, utilizei como referencial o conhecimento empírico advindo dos cursos de monitores ambientais que participei, na equipe coordenação, entre 1998 e 2003. Nesses cursos, utilizávamos a técnica de elaboração de mapas mentais para representação de diferentes aspectos relacionados ao modo de vidas de moradores vizinhos ou afetados por UCs, em comunidades rurais e também nas sedes municipais dos municípios das regiões do Lagamar, Vale do Ribeira e Alto Paranapanema¹⁷.

Para a representação da Territorialidade do Marujá, foram realizados dois encontros no Centro Comunitário do Marujá, contando com representantes da comunidade, nos dias 24 e 25 agosto de 2013 (período matutino), atividade realizada conjuntamente com a AMOMAR. Conforme acordos anteriores, em abril de 2013, o pesquisador aguardou o encerramento da temporada de pesca da taíinha (entre maio e início de agosto) para que pudesse haver maior participação.

A atividade foi elaborada a partir de um roteiro prévio (APÊNDICE B) e resultou da construção coletiva de dois mapas mentais, denominados: (1) Mapa Mental da Territorialidade do Marujá - Ocupação Atual; e (2) Mapa Mental da Territorialidade do Marujá – Áreas de Gestão Comunitária e Compartilhada (Figuras 2 e 3).

No primeiro dia de atividade, 24 de agosto de 2013, participaram quatorze pessoas, sendo treze do Marujá e uma representante da comunidade da Enseada da Baleia. Neste dia concluiu-se o mapa mental das atividades de manejo comunitário no Lagamar. No segundo dia, participaram sete moradores do Marujá e que concluíram o mapa mental das áreas de ocupação na Ilha do Cardoso (Figura 4).

¹⁷ Nos cursos, coordenados pelo Instituto Ing-Ong de Planejamento Socioambiental, os grupos eram divididos por localidade/município e representavam em “mapas mentais” os principais elementos do lugar em que viviam. No caso dos moradores que viviam no interior de UCs de proteção integral, verificou-se que tinham percepção espacial acuradas sobre atributos geográficos como locais de moradia, áreas de roças, florestas, rios, serras, trilhas e escassos. Ao contrário, os moradores das cidades restringiam a representação ao desenho de ruas com grande dificuldade para representar as áreas não urbanizadas e referências da paisagem.

Figura 2 - Atividade de elaboração do Mapa Mental da Territorialidade do Marujá - Ocupação Atual

Figura 3 - Atividade de elaboração do Mapa Mental da Territorialidade do Marujá - Áreas de Manejo

Figura 4 - Apresentação de mapa mental da territorialidade, elaborado por jovens da comunidade do Marujá. Foto: Mauricio Marinho

Fotos: Maurício A. Marinho

No dia 29 de agosto de 2013, em Assembleia convocada pelo AMOMAR, que contou com cerca de 30 pessoas, os grupos responsáveis pela elaboração dos mapas mentais apresentaram os mesmos aos participantes (Figura 5).

Em gabinete as informações dos mapas mentais, reproduzidos nas Figuras 11 e 13, foram transpostas para cartas digitais georreferenciadas.

O Mapa da Territorialidade do Marujá - Ocupação Atual (Mapa 2) foi editado por Edison Rodrigues do Nascimento, monitor ambiental e atual gestor do PE Campina do Encantado, e o Mapa da Territorialidade do Marujá - Gestão Comunitária e Compartilhada (Mapa 3), foi editado por Giorgia Limnios, geógrafa, técnica da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA-SP) e colaboradora desta pesquisa.

Figura 5 - Apresentação dos mapas mentais de territorialidade do Marujá, durante Assembleia da AMOMAR, em 29/08/2013. Foto: Maurício Marinho

Para a confecção dos mapas finais, georreferenciados, foram utilizados os seguintes procedimentos técnicos:

1. Uso do software ArcGIS, versão 10.1 da plataforma ESRI; Projeção Universal Transversal de Mercator (UTM); dados gerados no Datum SIRGAS 2000 (zona 23S), considerando que Marujá localiza-se entre dois fusos (22 e 23);
2. Bases: mapas mentais elaborados pela comunidade (Figuras 11 e 13);
3. Shapes de Áreas Protegidas do Estado de São Paulo e Federais (Ano 2013);
4. Todas as feições foram criadas no ArcMap, utilizando-se as *Construction Tools* (por exemplo: hidrografia, fisionomias florestais);
5. A localização das ocupações do Marujá, Mapa 2, tornou-se possível por meio do reconhecimento das informações expressas no Mapa Mental (Figura 12), em imagem de satélite Geoeye, que fornece uma imagem de resolução submétrica em um cenário bastante recente. Neste mapa, foram identificados os seguintes atributos: áreas expostas (solo nu), áreas de lazer, áreas em recuperação e ocupações tradicionais e de veranistas; localização das ocupações (classificação entre tradicionais, veranistas e comércios); espaços comunitários e outros. Considerando a escala de representação cartográfica, não foram apresentadas as áreas de camping.

6. Delimitação e classificação dos ambientes conservados, compreendendo as praias, manguezais e formações vegetais sobre a restinga, além da identificação de área antropizada ao redor das casas, claramente identificável na imagem de satélite, classificada como quintais e bosques comunitários.

Por fim, delimitou-se, ao redor da área ocupada pela comunidade do Marujá, uma seção que compreende os limites do Canal de Ararapira, o mar e uma faixa de 200 metros nos trechos laterais da comunidade, o que possibilitou o cálculo das áreas de uso e dos ambientes naturais nesse trecho da Ilha do Cardoso.

A interpretação de dados e a descrição de alguns atributos geográficos da área de estudo tiveram como premissa a observação de campo, realizada de forma empírica, associada à interpretação das imagens aéreas, propiciando o reconhecimento da área de ocupação atual da comunidade do Marujá. De forma preliminar, foram reconhecidos os principais estratos vegetais na restinga onde se insere a comunidade, assim como registradas observações sobre o ambiente natural e antropizado nas imediações do Marujá e na área de ocupação. De acordo com Angelo-Furlan (2005, p. 110).

A observação não deve recair sobre o objeto individualizado, mas deve buscar vê-lo como parte de um todo estruturado e articulado historicamente. Trata-se de considerar que o tempo da natureza aparece combinado com o tempo social, com escalas e ritmos distintos.

■ Análise documental

A consulta bibliográfica contou com leitura de livros e artigos sobre os temas centrais abordados na investigação, além de teses e dissertações específicas sobre populações tradicionais em UCs e, especificamente, sobre a área de estudo, denominada “literatura cinzenta”. De acordo com Kátia Pisciotta (2003):

Se os documentos internos, como relatórios administrativos e outros não são oficialmente considerados como publicações, como literatura, os documentos procedentes de eventos científicos e as teses/dissertações são denominados de “literaturas cinzentas”, em contraponto à “literatura branca”, representada pelos livros e periódicos. [...] a literatura cinzenta vem ganhando importância crescente nos últimos anos, em função da demanda entre os pesquisadores por este tipo de literatura (PISCIOTTA, 2003, p. 40).

De forma complementar e considerando as especificidades da tese, foram consultados e analisados os seguintes documentos:

- a) Atas do Conselho Consultivo do PEIC (até a 165ª reunião, entre 1997 a 2013);
- b) Plano de Manejo do PEIC (SÃO PAULO, 2001);
- c) Estudo antropológico das comunidades da Ilha do Cardoso, referente à revisão do Plano de Manejo do PEIC (CARVALHO; SCHMITT, 2012);
- d) Atas de reuniões e assembleias e Estatuto Social da AMOMAR¹⁸;
- e) Plano de Manejo Comunitário do Marujá – 2012 (PAIVA SOBRINHO; ROMEIRO; LIMA, 2012; LIMA, 2012).

■ **Análise de agendas governamentais e políticas públicas**

A análise das agendas governamentais situa-se, conforme Caldas (2007, p. 17), na fronteira entre as Ciências Políticas e as Ciências Sociais.

Até que ponto os atores políticos locais (*stakeholders*) podem interferir nos processos decisórios, reivindicar direitos ou mesmo exercer parte das políticas públicas, uma resultante do próprio distanciamento do aparelho estatal?

Conforme Kingdom (1995), a introdução de determinado item na agenda do governo depende de dois fatores essenciais: a atuação do empreendedor de políticas públicas (*entrepreneur*) e a janela de oportunidade (*policy windows*).

Os vínculos de moradores em associações, “conselhos de UCs” e “redes sociais” permitiram identificar quais são os principais atores sociais aliados das comunidades. Segundo Pedro Jacobi (2000, p.133):

Os atores diversos e multifacetados atores sociais se mobilizam em torno de temas que afetam a cotidianidade, reforçando a colaboração e a solidariedade como instrumentos eficazes para a ação e a experimentação de novas formas de resolução de problemas.

¹⁸ A AMOMAR conta com poucos registros de reuniões (assembleias ordinárias e extraordinárias) que possibilitem identificar e analisar os temas relacionados ao cotidiano da comunidade e as ações relacionadas à organização comunitária e interação com o PEIC e outros atores sociais. De acordo com informações da atual Diretoria da Associação, houve o extravio de atas de reunião e de outros documentos, exceto as atas de eleição de diretorias. Os poucos documentos disponíveis demonstraram, no entanto, a relevância dos temas abordados que condizem com as práticas organizacional e política identificadas no presente estudo.

CAPÍTULO 1

MARCOS CONCEITUAIS

CAPÍTULO 1

MARCOS CONCEITUAIS

1.1. POPULAÇÕES TRADICIONAIS EM ÁREAS PROTEGIDAS E DIREITOS TERRITORIAIS

O antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, ao analisar o que denomina “estudos de comunidades”, destaca os mais de cinquenta anos de pesquisas envolvendo as populações rurais, nos campos da Sociologia, da Antropologia e da Geografia. Segundo Brandão (2009, p.33), “a maior parte dos trabalhos, dissertações e teses em que questões como as relações culturais tempo-espaço são levadas em conta, ou são mesmo essenciais, são trabalhos centrados em comunidades rurais tradicionais”.

Diante do aparato legal e das políticas públicas vigentes, o conceito de “população tradicional” constitui um aspecto fundamental a ser considerado, ainda mais quando se atesta o processo avassalador de transformações nas áreas rurais que ameaça a manutenção do saber, da diversidade e dos territórios tradicionais que ora se mantêm em “ilhas” em meio ao avanço do capital monopolista.

As sociedades ou populações tradicionais (ARRUDA, 2001, p.92), cunho específico de determinadas populações camponesas¹⁹, constituem um capítulo à parte no que se refere à ocupação humana em áreas protegidas, especialmente nas UCs de proteção integral, como parques e estações ecológicas.

De acordo com Vianna (2008, p.267), “na antropologia não se discute uma categoria chamada ‘população tradicional’, mas subculturas regionais, e o debate não se concentra na relação destas com a natureza”. Constitui um termo apropriado no tocante à análise das populações em UCs, incluindo as políticas e instrumentos técnico-jurídicos específicos sobre o assunto.

Diegues e Arruda (2001) apresentam uma classificação de populações tradicionais indígenas e não indígenas, conforme a Tabela 1.

A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) inclui, além dos indígenas, outras populações

¹⁹ Conforme Rezende-Silva (2004, p.31), “muitas das ‘populações tradicionais’ são, numa análise mais abrangente e teoricamente melhor embasada, populações camponesas, pois ao se analisar o camponês como integrante de uma classe social que ao longo do tempo sofreu e sofre pressões da sociedade urbana industrial e dominante, pode-se perceber que se trata praticamente do mesmo processo subjugador tanto do pequeno agricultor do interior de São Paulo, quanto do caíçara do litoral do mesmo Estado”.

tradicionais como quilombolas, ciganos, faxinais, pomeranos, sertanejos, seringueiros, quebradeiras de coco, gerazeiros, pescadores artesanais, comunidades de terreiro, comunidades de fundo de pasto, agroextrativistas da Amazônia, pantaneiros e caiçaras (MENDES, 2009, p. 64).

Tabela 1 - Populações tradicionais não indígenas do Brasil (adaptado de DIEGUES e ARRUDA, 2001)

População	Características
Açorianos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Descendentes de açorianos, madeirenses e portugueses que se estabeleceram no litoral catarinense e rio-grandense, miscigenando-se com negros e índios; ▪ Atividades: pesca e cultivo do mexilhão em SC.
Babaçueiros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Extrativistas de babaçu e outros produtos florestais da região centro-norte do país (Maranhão, Piauí e estados vizinhos); ▪ Atividades: extrativistas e agricultura de pequena escala.
Caboclos e Ribeirinhos Amazônicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inclui os caboclos, seringueiros, castanheiros e ribeirinhos da região amazônica; ▪ Atividades: extrativismo (florestal ou aquático); agricultura de pequena escala.
Caiçaras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Habitantes da região costeira dos estados do RJ, SP, PR e SC; ▪ Agricultores, pescadores e extrativistas de produtos florestais.
Caipiras e Sítiantes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atualmente, sítiantes, meeiros e parceiros que sobrevivem nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, em pequenas propriedades; ▪ Atividades: agricultura e pecuária.
Campeiros (pastoreio)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gaúchos que vivem nos pampas e coxilhas do RS, população descendente de indígenas guaranis, espanhóis e portugueses; ▪ Atividades: pecuária extensiva na região dos pampas (gado de corte e de lã); agricultura em regime de parceria.
Jangadeiros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Habitantes da faixa costeira entre o Ceará e o sul da Bahia; ▪ Atividades: pesca marítima (jangadas, canoas ou botes nos estuários, agricultura de pequena escala e extrativismo (cocos e produtos florestais).
Pantaneiros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Populações que vivem entre as áreas inundáveis dos pantanais entre MT e MS; ▪ Atividades: pecuária de corte, pesca e turismo.
Pescadores Artesanais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Populações dispersas pelo litoral, em rios e lagos que habitam comunidades litorâneas, periurbanas e urbanas; ▪ Atividades: pesca, extrativismo florestal, artesanato e agricultura de pequena escala.
Praieiros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Habitantes da faixa litorânea da região amazônica entre Piauí e o Amapá, sujeitos a ambientes altamente diversificados (mangues, ilhas, praias e dunas); ▪ Atividades: pesca, agricultura, extrativismo e turismo.
Quilombolas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunidades de afrodescendentes (ex-escravizados de antigas fazendas por todo o país) com direitos a terra garantidos pela Constituição de 1988.
Sertanejos e Vaqueiros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ocupam a orla do agreste, semiárido das caatingas e cerrados do Brasil Central; ▪ Atividades: pecuária e agricultura em pequena escala.
Varjeiros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Habitantes de margens de rios e várzeas do Rio São Francisco, denominação também aplicada a ribeirinhos e caboclos de outros rios como o Paraná; ▪ Atividades: agricultura (arroz); extrativismo de produtos florestais e pesca.

Para Vianna, Adams e Diegues (1994), ao tratarem da relação entre populações e unidades de conservação:

Historicamente, essas populações (principalmente aquelas localizadas no interior das unidades) têm sido tratadas como “empecilhos” aos objetivos da conservação da natureza [...] a análise das populações habitantes de UCs deve considerar sua heterogeneidade face a: seu

grau de isolamento, adensamento, seus aspectos culturais, suas atividades econômicas, sua situação fundiária e seu histórico de ocupação (VIANNA, ADAMS E DIEGUES, 1994).

Coube à União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), criada em 1948, o papel de promover esse debate relacionado às populações em áreas protegidas. Em 1962, por ocasião da Primeira Conferência Mundial de Parques Nacionais, realizada em Seattle, EUA, e organizada pela entidade, surge, pela primeira vez, o tema das comunidades tradicionais “enquanto parte do processo de proteção dos ambientes naturais” (SOUZA, 2013, p. 58). Trinta anos depois, no IV Congresso Nacional de Parques, realizado em Caracas, Venezuela, o evento tratou das populações tradicionais em um de seus temas centrais e recomendou o respeito a essas populações, assim como a busca de estratégias que evitassem o reassentamento das populações de áreas protegidas (DIEGUES, 2008, p.109-110).

A questão foi retomada na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), entre outros temas relevantes, como a Agenda 21 e a Convenção sobre Biodiversidade (BRITO, 2000).

A definição “população tradicional” foi vetada quando da promulgação do SNUC²⁰, mantendo-se alguns dispositivos que garantiram a essas populações serem consideradas nas políticas de conservação da biodiversidade (VIANNA, 2008, p.250). Em torno do projeto de lei do SNUC, houve intenso debate das questões referentes às populações em UCs (MERCADANTE, 2000; MEDEIROS, 2006; VIANNA, 2008). Exemplo disso refere-se as modificações propostas no projeto de lei do SNUC quando o deputado Fernando Gabeira foi seu relator e reconhecia os conflitos entre populações e UCs e os “direitos diferenciados das populações tradicionais como parceiras da conservação” (VIANNA, 2008, p.233).

Em 2007, participei do “II Congresso Latinoamericano de Parques Nacionales y otras Areas Protegidas”²¹, organizado pela UICN, e contou com um evento paralelo, organizado por representantes de povos afrodescendentes e indígenas. Tais representantes ameaçaram boicotar o congresso e se manifestar publicamente, caso o

²⁰ Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, criado pela Lei 9.985/2000, regulamentada pelo Decreto 4.340/2002 (BRASIL, 2000).

²¹ Evento organizado pela UICN, em San Carlos de Bariloche, região da Patagônia Argentina, realizado entre 30 de setembro a 6 de outubro de 2007.

documento final não expressasse alguns posicionamentos, enfim acatados pelos organizadores na “Declaração de Bariloche”²², a saber:

- a) Que muitas áreas protegidas da região constituem espaço de vida de povos em isolamento voluntário, devendo o manejo destas áreas considerar especificamente os direitos humanos destas comunidades;
- b) Que os conhecimentos, inovações e práticas tradicionais dos povos indígenas em seus territórios contribuem para a conservação da diversidade biológica, e, portanto, da qualidade ambiental e do desenvolvimento sustentável na América Latina.

Esse ato reivindicatório atesta o conflito, presente, em torno do debate entre as populações e as áreas protegidas.

■ Visões sobre sociedade e natureza

Antonio Carlos Diegues, em sua obra *O Mito da Natureza Intocada* (DIEGUES, 1996, 6ª ed.), analisa as principais vertentes do pensamento relacionado à conservação ambiental, as estratégias vigentes sobre criação, o planejamento e gestão das áreas protegidas e os conflitos envolvendo populações tradicionais e as APs, com ênfase no Brasil. Identifica o surgimento de movimentos de populações tradicionais que se fortalecem no período de democratização do país e identifica o que denomina “mito moderno da natureza intocada”. Essa ideologia fundamenta-se na releitura do conceito de *wilderness* (surgida nos EUA no final do século XIX) e que respaldou a criação dos parques nacionais e justificou a expropriação de povos nativos. De viés biocentrista, essa mesma ideologia ainda perdura na concepção de muitos técnicos, gestores, pesquisadores e ambientalistas que veem o homem como um obstáculo à implantação das áreas protegidas.

O debate envolvendo populações e áreas protegidas reflete as diversas visões sobre sociedade e natureza, ou seja, “as formas com que diferentes sociedades vivenciam, definem e representam a natureza são distintas, assim como são as diferenças culturais presentes nestas sociedades” (MARINHO, 2006, p. 21).

Sobre essas visões, Sueli Angelo Furlan argumenta:

²² Disponível em <http://cmsdata.iucn.org/downloads/declaracion_de_bariloche___portugues.pdf>. Acessado em 5/08/2013.

Quando analisamos certos aspectos do modo como as sociedades se apropriaram e transformaram o mundo, pode parecer que é possível para o homem estar fora da natureza [...] Muitos chegam a propor que podemos nos afastar da natureza, como se ela não estivesse em nós mesmos. É como se a natureza pudesse existir num plano apenas ideal. Como se não fôssemos natureza (ANGELO FURLAN, 2000, p. 31).

De acordo com a autora, esta concepção, que distingue “homem” e “natureza”, está enraizada nas políticas públicas de conservação e é pautada pelas correntes ecocêntrica (ou biocêntrica) e a antropocêntrica.

Essa dicotomia filosófica está na origem do ambientalismo e na construção de ideários e condutas [...]. Nossa premissa é de que ambas as relações estão diante da mesma lógica. Não separando homens e natureza. Por outro lado, consideramos importante recuperar o papel da representação simbólica e não material da natureza, que faz com que diferentes grupos sociais e sociedades culturalmente diferenciadas percebam essa relação entre a práxis humana e a natureza (FURLAN, 2000, p.39).

Ao analisar os modelos da conservação ambiental fundamentados no biocentrismo, Diegues (2000) define os seguintes princípios:

- a) A Natureza, para ser conservada, deve estar separada das sociedades humanas;
- b) A noção do mundo selvagem (*wilderness*) estabelece que a natureza selvagem pode ser protegida quando separada do convívio humano.

E conclui nesta análise, citando Colchester²³ (1997):

O que é claro é que a visão de “mundo natural” dos conservacionistas ocidentais é uma construção cultural não necessariamente partilhada por outros povos e civilizações que têm visões muito diferentes de sua relação com o que chamamos de natureza (COLCHESTER, 1997 apud DIEGUES, 2000).

A visão que separa o homem da natureza é frequentemente relacionada às escolas da ecologia profunda e à biologia da conservação.

Dentre as correntes conservacionistas, fundamentadas no antropocentrismo, tem-se a ecologia humana, que vê os seres humanos primeiramente como seres

²³ COLCHESTER, M. 1997. Salvaging nature: indigenous peoples and protected areas. In: GHIMIRE K; PIMBERT M. Social Change & Conservation. Londres: Earthcan.

sociais, e não como uma espécie diferenciada, como é o caso da ecologia social de Bookchin²⁴ (1964 apud DIEGUES), ou no caso do eco-socialismo (ou ecomarxismo), onde:

[...] a visão da natureza é tida como estática, pois considera apenas em função da ação transformadora do homem, por meio do processo do trabalho, proporcionando-lhe as condições naturais desse trabalho e o arsenal dos meios de subsistência (DIEGUES, 2000, p. 19).

Como resultado da resistência histórica de camponeses – especialmente na região amazônica - ao avanço de latifúndios e à devastação ambiental, justificadas pelas políticas desenvolvimentistas do Estado, surge o ecologismo social, ou “ambientalismo camponês”, segundo Viola²⁵ (1986 apud DIEGUES, 2008). É nesta vertente que surgiram movimentos, como o dos seringueiros que motivaram a demarcação das Reservas Extrativistas e, mais recentemente, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, reunindo a luta de pescadores artesanais, dos atingidos por barragens e dos povos indígenas.

Na Europa surge o novo naturalismo, segundo o qual “a natureza tem uma história que, por sua vez, está cada vez mais ligada com a história das sociedades (...), o humano como a parte da natureza e vice-versa” (DIEGUES, 2000, p. 22). Essa corrente fundamenta-se em três princípios, conforme Moscovici²⁶ (1974 apud DIEGUES, 2000:22):

- a) O homem produz o meio que o cerca e é, ao mesmo tempo, seu produto;
- b) A natureza como parte da história;
- c) A coletividade, e não o indivíduo, se relaciona com a natureza.

É do estudo com as populações camponesas, especialmente as chamadas populações tradicionais com forte vínculo com áreas naturais (povos indígenas, caiçaras, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros, etc.), é que nasce a etnoconservação, parte das etnociências que vem ganhando terreno no campo da conservação ambiental.

A etnoconservação valoriza o saber das populações tradicionais em busca de uma nova aliança entre o homem e a natureza.

²⁴ BOOKCHIN, M. 1980. Towards an ecological society. Montreal: Blacj Rose Book.

²⁵ VIOLA, E, 1986. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986). Do ambientalismo à ecopolítica. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais 1(3): 5.26).

²⁶ MOSCOVICI, S. 1974. Hommes domestiques, hommes sauvages. Paris: Col. 10/18.

Nas palavras de Diegues (2000):

Esse novo conservacionismo deve estar ancorado, de um lado, no ecologismo social e nos movimentos sociais do Terceiro Mundo que começam a surgir em vários países como a Índia, o Zimbábue, o Brasil, entre outros. Esses movimentos enfatizam, como faz o novo naturalismo, a necessidade de se construir uma nova aliança entre o homem e a natureza, baseada, entre outros pontos, na importância das comunidades tradicionais indígenas e não indígenas na conservação das matas e outros ecossistemas presentes nos territórios em que habitam. A valorização do conhecimento e das práticas de manejo dessas populações deveria ser uma das pilastras de um novo conservacionismo nos países do Sul (DIEGUES, 2000, p.41).

No Brasil, ainda verifica-se a predominância de uma visão biocêntrica e ecossistêmica, legalista e centralizadora que em geral não reconhece os direitos humanos e, muito menos, os territoriais.

A abertura para o diálogo e a busca de acordos aceitáveis constituem premissas de trabalho para identificar e resgatar a contribuição específica e mais ampla de cada corrente.

Conforme afirma Diegues (2000, p. 42):

Essa nova aliança deverá se fazer também na separação das divergências que hoje separam os ecologistas sociais e os preservacionistas, uma vez que uma das principais ameaças está vindo das instituições neoliberais que acham que a conservação pode ser atingida por mecanismos de mercado.

■ Áreas Protegidas e Unidades de Conservação

A IUCN (*International Union for Conservation of Nature*)²⁷ define “área protegida” (AP) como: “um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, mediante meios legais ou outros tipos de meios eficazes para obter a conservação em longo prazo da natureza e de seus serviços ecossistêmicos e seus valores culturais associados” (IUCN, 1994). Essa definição, ao incorporar os atributos de valor cultural e serviços ecossistêmicos, torna-se mais abrangente do que a

²⁷ Também conhecida como UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza, denominação utilizada na América Latina.

definição da Convenção da Diversidade Biológica (CDB)²⁸: “área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação”.

No Brasil há certa confusão quanto à aplicação do termo “área protegida”, geralmente associado à “unidade de conservação”, definida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)²⁹ como:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais que incluem as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

O SNUC reconhece dois grupos de UCs: de proteção integral e de uso sustentável (BRASIL, 2000). Nas UCs de proteção integral, o objetivo é a preservação da natureza, admitindo-se o uso indireto dos seus recursos naturais (Ex. uso público), enquanto que, no caso das UCs de uso sustentável, o objetivo é conciliar a conservação da natureza e o uso sustentável de recursos.

Por ocasião do IV Congresso Mundial de Parques, realizado em Caracas, Venezuela, em 1992, a IUCN apresentou uma classificação de categorias de manejo para as áreas protegidas que constam do documento *Diretrizes para as Categorias de Manejo das Áreas Protegidas* (IUCN, 1994) e possuem similaridades e distinções com as categorias de UCs previstas no SNUC (Tabela 2).

Não faremos aqui uma análise dos avanços e limitações do SNUC; porém, evidenciam-se algumas contradições como no caso das RPPNs, que, apesar de inclusas no grupo de UCs de uso sustentável, restringem a possibilidade de manejo sustentável de espécies nativas (uso direto dos recursos naturais), assemelhando-as aos parques (função, possibilidades e restrições). Outra contradição refere-se ao veto referente a definição de “população tradicional”, apesar de que o termo conste diversas vezes da Lei.

²⁸ A CDB foi assinada em junho de 1992 pelo presidente da República do Brasil durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, promulgada pelo Decreto Federal 2.519, de 17 de março de 1998.

²⁹ O SNUC foi promulgado Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Tabela 2 – Classificação de categorias de manejo de Áreas Protegidas pela IUCN e comparação com o SNUC (adaptado de IUCN, 1994; MARETTI, 2001; e OLIVEIRA, 2004)

Categorias IUCN		Recomendação de Manejo	Comparação com Áreas Protegidas
I – Proteção Estrita	Ia: Reserva Natural Estrita	Pesquisa científica e monitoramento ambiental	Reserva Biológica e Estação Ecológica (federal e estadual)
	Ib: Área Natural Silvestre	Preservação das condições naturais	Sem correspondência clara e específica (recomenda-se evitar correlação)
II - Parque Nacional		Conservação de ecossistemas, turismo e recreação	Parques nacionais, estaduais e municipais, RPPNs, Refúgio de Vida Silvestre
III - Monumento Natural		Conservação de características naturais ou culturais específicas	Monumentos Naturais
IV - Áreas para Manejo de Habitats e Espécies		Conservação por meio de manejo ativo	Sem correspondência direta no Brasil
V - Paisagens protegidas		Conservação de paisagens (continentais e marinhas) e recreação (significativo valor estético e/ou cultural)	Áreas de Proteção Ambiental (APAs)
VI - Área Conservada para Manejo de Recursos		Uso sustentável de recursos naturais (fluxo sustentável de produtos e serviços para necessidades de comunidades)	Reservas extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas nacionais, estaduais e municipais
Sem correspondência na IUCN			Parque Ecológico, área de proteção de mananciais, área natural tombada, área de preservação permanente, reserva legal - APs não previstas no SNUC

Em 2006, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) definiu as APs como as áreas terrestres e marinhas do SNUC, as terras indígenas e os territórios quilombolas. O PNAP também refere-se às áreas de preservação permanente e às reservas legais que deverão ser tratadas no planejamento da paisagem, desempenhando função estratégica de conectividade entre fragmentos florestais e as próprias áreas protegidas (BRASIL, 2006).

Por essa definição, as áreas protegidas transcendem a dimensão das unidades de conservação, pois incorporam a dimensão humana das populações tradicionais e envolvem outros espaços geográficos que desempenham função ecológica relevante à conservação da biodiversidade.

De acordo com a Constituição Federal, cabe ao poder público o dever de definir espaços territoriais especialmente protegidos (ETEPs)³⁰.

Conforme Pereira e Scardua (2008, p. 84, grifo nosso), “é importante saber com exatidão o significado do termo espaços territoriais especialmente protegidos, que

³⁰ Artigo 225, parágrafo 1º, inciso III da Constituição.

muitas vezes é confundido com os de unidades de conservação ou áreas protegidas”. Nas palavras de Silva³¹ (2000 apud PEREIRA; SCARDUA, 2008, p. 84), “nem todo espaço territorial especialmente protegido se confunde com unidades de conservação, mas estas são também espaços especialmente protegidos”.

Segundo os autores, “os espaços territoriais especialmente protegidos constituem-se em gênero, como definido na Constituição Federal do Brasil de 1988, capaz de abarcar todos os demais conceitos de áreas protegidas e unidades de conservação, estabelecidos posteriormente por normas infraconstitucionais”. Estes consideram, além dos espaços para proteção da natureza, os espaços públicos e privados criados pelo poder público para proteção da cultura (PEREIRA; SCARDUA, op. cit., p.88 e 90).

Nessa interpretação técnico-jurídica, os autores incluem como ETEPs: 1) unidades de conservação; 2) áreas protegidas; 3) quilombos; 4) áreas tombadas; 5) monumentos arqueológicos e pré-históricos; 6) áreas especiais e locais de interesse turístico; 7) reservas da biosfera; 8) corredores ecológicos e zonas de amortecimento; 9) Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-grossense e Zona Costeira); 10) Jardins botânicos, hortos florestais e jardins zoológicos; 11) terras devolutas e arrecadadas necessárias à proteção dos ecossistemas naturais; 12) áreas de preservação permanente e reservas legais; e 13) megaespaços ambientais (PEREIRA, 2006³² apud PEREIRA; SCARDUA, op. cit., p. 95). A concepção é abrangente, mas apresenta contradições quando classifica algumas ecorregiões como ETEPs e especifica alguns espaços já classificados como áreas protegidas. Há de se considerar, também, que o preceito dos ETEPs fundamenta-se no reconhecimento pelo poder público, o que restringe a possibilidade da definição (não necessariamente a criação) de espaços que incluam territórios tradicionais, ou mesmo áreas privadas pelo poder público e determinados setores da sociedade.

No caso do Marujá, evidenciam-se as políticas em relação à pesca artesanal e industrial, não exclusivas do escopo das UCs, e que envolvem instituições de pesquisa, fiscalização costeira, políticas federais e estaduais de gerenciamento costeiro e

³¹ SILVA, J. A. Aplicabilidade das normas constitucionais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982, 259 p.

³² PEREIRA, P.F. Conceito e implicações dos espaços territoriais especialmente protegidos no ordenamento ambiental. 2006, 63p. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental). Universidade de Brasília. UnB-CDS. Brasília, 2006.

pesqueiro e o setor privado, que reúne interesses. Esta amplitude justifica a adoção do termo “áreas protegidas” no presente estudo.

Sob essa perspectiva, e a revisão das definições ora realizada, optamos pela utilização do conceito de APs, que possui certa correspondência com outros países que reconhecem a existência de territórios sob a gestão de populações tradicionais e diversas modalidades de cogestão. Entendemos, também, que as discussões sobre UCs, por si só, são restritas. Logicamente, cada UC possui seu contexto de atuação, circunscrito por arranjos institucionais específicos e por atores sociais relacionados. No entanto, esses mesmos atores, a exemplo das lideranças e organizações comunitárias, atuam em outras frentes de ação e políticas públicas.

■ **Direitos civis, culturais e territoriais das populações tradicionais em APs**

O processo de resistência e empoderamento³³ das populações afetadas por UCs e outras áreas protegidas foi e continua sendo determinante para a permanência na terra e para a manutenção de valores e tradições culturais, assim como para a conquista de direitos civis, para a participação nas decisões e para o rumo dessas áreas.

Mas como assegurar às populações culturalmente diferenciadas em APs que tenham seus direitos territoriais, de diversidade cultural e de cidadania reconhecidos e assegurados?

Resguardadas as diferenças ambientais, socioculturais e geopolíticas entre as regiões, predomina no Brasil a modalidade de tutela territorial do Estado sobre as populações em áreas naturais protegidas. Essa forma de gestão e controle territorial envolve os “espaços e recursos naturais de uso comum” (DIEGUES & MOREIRA, 2001). Além do mais, evidencia-se o frágil aparato de defesa jurídica que visa a assegurar os direitos à manutenção e à transformação do modo de vida, direitos a políticas de saúde e educação diferenciadas voltados às especificidades sub-regionais e, mais do que isso, assegurar o direito à diferença cultural e ao manejo pelas populações dos territórios historicamente ocupados e utilizados por elas.

³³ O termo “empoderamento” (*empowerment*) possui diversos significados. Aqui, ele é empregado sob uma perspectiva emancipatória, segundo a qual os “indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão. Nesse sentido, equivale aos sujeitos terem poder de agenda nos temas que afetam suas vidas” (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007, p. 486).

Em outros casos, a implantação das UCs se deu pela negação dos direitos fundamentais dessas populações, tais como saúde, educação e manutenção de estradas vicinais (DIEGUES, 2001, p. 181).

De alguns anos para cá, a partir do programa “Luz para Todos”, programas de financiamento do governo federal nas áreas de segurança alimentar e do fomento a projetos de agricultura familiar ou de economia solidária, o cenário de exclusão tem apresentado algumas mudanças, embora muitas comunidades ainda não tenham acesso a esses programas no Vale do Ribeira e no Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananeia-Paranaguá, em geral intermediados por secretarias municipais.

Também existem outras formas tecnocráticas e legalistas que inibem o estabelecimento de parcerias e acordos de cooperação com os moradores e as associações locais, a exemplo da geração dos benefícios resultantes das atividades de visitação nas UCs. Constatei alguns gestores de UCs de proteção integral com presença de populações tradicionais dizerem que a responsabilidade da operação turística não poderia ser feita, exclusivamente em alguns casos, pelos moradores residentes ou vizinhos das UCs, pois isso poderia caracterizar “reserva de mercado”. Essa visão traz, claramente, uma ideologia neoliberal que restringe a competência da gestão de negócio ao setor privado, designando ao Estado o controle quanto ao cumprimento dos contratos de concessão, outorga e terceirização de serviços. A mesma encontra respaldo nos instrumentos convencionais de licitação no setor público³⁴.

De uma forma ou de outra, nesse mesmo processo excludente, surgiram, de forma contraditória, núcleos de resistência e de reivindicação conduzidos por lideranças e comunidades mais organizadas que aprenderam a lidar com as ONGs e seus representantes, empresários (inclusive do setor turístico), pesquisadores, agentes governamentais e com os programas de financiamento voltados ao desenvolvimento comunitário e a conservação ambiental.

Não será discutida, aqui, a importância das UCs para a sociedade e para o planeta, espaços que visam a garantir a proteção da biodiversidade, dos recursos hídricos, das paisagens de exceção de lazer e a contemplação e de tantos outros

³⁴ Está em voga a discussão referente à modalidade da licitação sustentável, “procedimento administrativo formal que contribui para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras”. Fonte: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/item/526>.

atributos. Buscar-se-á, isto sim, reafirmar que o processo de criação, implantação e gestão dessas áreas se sobrepôs aos grupos culturalmente diferenciados, detentores do conhecimento sobre o manejo desses ambientes, formando um contingente significativo de moradores e comunidades que possuíam territorialidades próprias aos modos de vida pretéritos e sumariamente ignoradas quando da criação das UCs (pelo menos essa imposição prevaleceu, salvo algumas exceções).

Conforme a convenção nº 169/89 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)³⁵, em seu artigo 14: “dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse de terras que tradicionalmente ocupam” (OIT, 2011, p. 29, grifo nosso). Em 2004, a convenção da OIT foi promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.051/2004 (BRASIL, 2004).

O documento “Cuidando do Planeta Terra: Uma estratégia para o futuro da vida”, lançado em 1991, apresenta os “princípios da vida sustentável”, abrangendo o princípio de “permitir que as comunidades cuidem de seu próprio meio ambiente”, com a seguinte nota explicativa:

As comunidades e grupos locais constituem os melhores canais para as pessoas expressarem suas preocupações e tomarem atitudes relativas à criação de bases sólidas para sociedades sustentáveis. No entanto, essas comunidades precisam de autoridade, poder e conhecimento para agir. As pessoas que se organizam para trabalhar pela sustentabilidade em suas próprias comunidades podem constituir uma força efetiva, seja a sua comunidade rica, pobre, urbana, suburbana ou rural (UICN, PNUMA e WWF, 1991).

Este princípio, apesar de não expressar o direito territorial das populações, traz uma visão complementar que reconhece a capacidade de auto-organização das comunidades e de planejamento e gestão de seus territórios, opondo-se ao regime da tutela exclusiva pelo Estado e sustentando a perspectiva de gestão comunitária de territórios, inclusive com a criação de áreas protegidas comunitárias (possibilidade não prevista no SNUC, embora reconhecida em diversos países).

³⁵ Conforme Ferreira da Silva (2012, p. 148), a Convenção da OIT “trata dos direitos dos povos indígenas e tribais em países independentes, passando os temas relacionados a estes povos no Brasil a ganhar maior repercussão”.

A partir da constituição de 1988, os povos indígenas e quilombolas³⁶ tiveram seus valores culturais reconhecidos e seus direitos territoriais assegurados em sistemas de propriedade comunal. O viés étnico e o princípio do multiculturalismo foram os critérios centrais que asseguraram seus direitos territoriais.

Por um lado, os povos indígenas e quilombolas têm o direito a continuar existindo enquanto tais, e à garantia de seus territórios, recursos naturais e conhecimentos, e, por outro, toda a sociedade brasileira tem o direito à diversidade cultural e à preservação das manifestações culturais dos diferentes grupos étnicos e sociais que a integram (SANTILLI, 2005 p. 85).

Além dos instrumentos referidos, novas políticas públicas surgiram no cenário nacional, como o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

O PNAP (BRASIL, 2006) reforçou o direito das populações indígenas, quilombolas e tradicionais, definindo em seu inciso XX, nos Princípios e Diretrizes do Plano, a “promoção da participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas, buscando permanentemente o desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno das áreas protegidas”.

Em 2007, criou-se a PNPCT (BRASIL, 2007), que refere-se à promoção do “[...] desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições” (BRASIL, 2007).

A PNPCT estabeleceu as bases para o reconhecimento e fortalecimento das populações tradicionais. Um dos objetivos específicos desta política, conforme seu artigo 3º, inciso I, estabelece a premissa de “solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em

³⁶ No caso das populações quilombolas, as ações somente foram efetivadas em todo o território nacional a partir de 2003, por meio do Decreto Federal 4.887/2003, que regulamenta o reconhecimento e a titulação dos territórios quilombolas, ainda em processo de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, objeto de questionamento por parte do setor de agronegócios, da bancada ruralista e de grupos de mineradores.

territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável” (BRASIL, 2007).

Um dos grandes méritos da PNPCT consiste na definição do termo “povos e comunidades tradicionais”:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).

Tanto o PNAP como o PNPCT refletem tratados e convenções, resultantes de longo debate internacional sobre temas relacionados à conservação da biodiversidade, reconhecimento dos saberes tradicionais, direitos humanos e governança ambiental, dentre outros temas transversais ao assunto sobre populações tradicionais em áreas protegidas.

Com a instituição das RDS e RESEX, muitas populações isoladas ou ameaçadas foram beneficiadas, especialmente na região amazônica, estados nordestinos (litoral) e no estado de São Paulo. No caso da RDS, esse direito às populações tradicionais foi legitimado; no das RESEX, contribui para a delimitação dos espaços de uso comum, tradicionalmente utilizados por essas populações como as áreas de pesca artesanal.

Outras políticas de ordenamento de áreas protegidas não possuem vínculo direto com as UCs ou com o PNAP, ou mesmo o PNPCT, a exemplo dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), coordenados pelo INCRA, que envolvem o reconhecimento de assentamentos (posseiros e grupos sem-terra), pautados na promoção de práticas fundamentadas na agroecologia e economia solidária, além das iniciativas que envolvem outras áreas protegidas e não necessariamente envolvidas por UCs. Exemplos dessa iniciativa, no Vale do Ribeira e Alto Paranapanema, são o PDS Assentamento Alves, Teixeira e Pereira, em Eldorado, próximo ao bairro Guapiruvu, o Assentamento Prof. Luís Macedo, em Apiaí, vizinhos do Parque Estadual Intervales (PEI), e o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), respectivamente.

Kátia Carolino (2010), ao estudar a comunidade da Ilha do Monte de Trigo, ao sul de São Sebastião, no litoral paulista, atesta que “embora a comunidade esteja há mais de duzentos anos ocupando a terra de forma pacífica [...] em nenhum momento (até os dias atuais) houve o reconhecimento legal da terra através de títulos de propriedade” (p. 63). Em sua pesquisa, identificou na comunidade a produção de

“regras sociais amparando direitos relativos ao uso da terra, do mar e dos recursos naturais neles inseridos [...], um conjunto de regras e relações sociais próprias que estruturam a vida comunitária” (p.64).

No que diz respeito a essas regras, embora o direito estatal e direito consuetudinário apresente natureza jurídica diferentes, ambos podem coexistir, o que não significa que possam ser reduzidos a um único sistema, uma vez que não seria possível replicar na lei, de forma clara e segura, um conjunto de regras consuetudinárias formuladas pelos diversos grupos sociais existentes na sociedade brasileira [...] Manifestações que se referem ao reconhecimento de direitos históricos, bem como outras reivindicações que não estão contempladas pelos mecanismos jurídicos tradicionais, poderiam ser criadas e compartilhadas pela comunidade por meio da participação, levando-se em conta a realidade concreta em que vivem e a concepção de mundo que possuem (CAROLINO, 2010, p. 91).

Paula Chamy (2003) destaca a importância das Reservas Extrativistas Marinhas para a delimitação e legitimação dos territórios marinhos.

[...] ao determinar áreas até então consideradas de livre acesso transformando-as em espaços onde os recursos são explorados de forma comunitária por pescadores artesanais organizados, reconhece o direito consuetudinário desses grupos sobre territórios marinhos (onde se incluem territórios fronteiriços entre terra e mar como mangues e estuários), as formas de arranjos e representações simbólicas de tradição pesqueira secular e exclui os não comunitários do aproveitamento dos recursos do mar nas áreas delimitadas.

Os pontos de vista expressos por Chamy (2003) e Carolino (2010) condizem com a maioria das comunidades afetadas por APs, principalmente nas UCs de proteção integral, onde historicamente predominam o sistema de repressão e coerção às práticas tradicionais, o não reconhecimento dos direitos consuetudinários e dos espaços de uso comum, e onde as políticas direcionadas ao atendimento dessas comunidades não avançam além das relações de tutela e assistencialismo. No caso das comunidades mais organizadas, do ponto de vista sociopolítico e produtivo, esta relação com o Estado tende a ser diferenciada³⁷.

³⁷ Talvez isso explique os questionamentos de moradores de outras comunidades da Ilha do Cardoso quanto a uma atenção maior, por parte dos gestores do PEIC, para o atendimento das demandas do Marujá. De fato, a relação é distinta, fruto de um posicionamento histórico dos representantes do

■ Contexto geral das categorias RESEX e RDS

Ao acompanhar o debate dentro de órgãos gestores de UCs, constatee antagonismos em relação políticas diferenciadas de povos tradicionais da Floresta Amazônica em relação aos povos tradicionais da Mata Atlântica. Não se trata apenas de escala geográfica ou capacidade de suporte, dessas ecorregiões, à permanência de populações tradicionais em áreas protegidas, mas possivelmente da vigência de distintas ideologias que predominam nas esferas de gestão dessas áreas, assunto que requer uma reflexão mais aprofundada.

Na Floresta Amazônica, há maior aceitação à presença das populações em UCs. Foi naquela região que nasceu a categorias RESEX (Reserva Extrativista), resultantes da luta política de seringueiros, castanheiros e povos indígenas (os “povos da floresta”) – luta esta pacífica pelo direito territorial de uso da floresta que acabou custando a vida de Chico Mendes e de tantas outras lideranças da região.

De acordo com Juliana Santilli (2005, p.33):

[...] a proposta de criação de RESEX – desenvolvida pelo movimento social dos seringueiros visando promover o casamento entre conservação ambiental e reforma agrária – passou a ser considerada por cientistas e formuladores de políticas públicas como uma via de desenvolvimento sustentável e socialmente equitativo para a Amazônia.

Conforme analisa Diegues (2008):

[...] Em verdade, Reserva Extrativista representa um marco para o próprio sistema nacional de conservação – ainda que marginal – à medida que pressupõe a preservação da biodiversidade, com a participação ativa das comunidades que historicamente a integram, rompendo com as visões que, assentadas no princípio do preservacionismo puro, preconizam a intocabilidade dos recursos, (DIEGUES, 2008).

Em 1990, surgiram as primeiras RESEX para atender aos seringueiros da Amazônia, “criada[s] para designar unidades de conservação em outros biomas, habitadas por outros tipos de populações tradicionais, como por exemplo, pescadores artesanais” (VIANNA e SALES, 2004, p. 5).

A categoria RESEX foi regulamentada pelo Decreto nº98897/90 e incorporada ao SNUC em 2000 como “área utilizada por populações extrativistas tradicionais [...] e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (BRASIL, 2000).

Também foi na Amazônia que se deu o reconhecimento da primeira Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

De acordo com Vianna e Sales (2004, p. 6), o surgimento da categoria RDS relaciona-se à análise de novas categorias de UCs, quando da discussão do substitutivo do SNUC, apresentado em 1995 pelo então deputado federal Fernando Gabeira. Dentre as categorias propostas, constava a “Reserva Ecológico-Cultural”, que refere-se a proposta apresentada em 1991 pelo NUPAUB/USP, sob a coordenação do professor Antonio Carlos Diegues. Essa categoria e justificativa de criação foi aprovada pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente de São Paulo (CONSEMA) e integrou a proposta do Estado para o SNUC, com a seguinte definição:

[...] área natural, que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (VIANNA e SALES, 2004, p.6).

Constata-se que a definição da Reserva Ecológico-Cultural foi apropriada à categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), conforme o artigo 20 do SNUC:

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (BRASIL, 2000).

Conforme argumentam Vianna e Sales (2004, p.7, grifo nosso), ao se referirem a essas categorias de UCs, “as motivações para estas propostas foram diferentes. Enquanto a RDS foi pensada para a Amazônia, a Reserva Ecológico-Cultural é uma proposta que nasceu no sudeste e pensada para contemplar, principalmente, o contexto da Mata Atlântica”.

Esse desfecho do SNUC contradiz a afirmação de as RDS seriam “originadas diretamente de interesses científicos e preservacionistas” (MEDEIROS, 2006, p.58). De fato, o SNUC legitimou a experiência da RDS Mamirauá, criada em 1986 pelo estado do Amazonas, como contraponto da EEC Federal Mamirauá, mediante a atuação de pesquisadores no campo da biologia da conservação, que perceberam a importância da inclusão das comunidades locais (centenas de famílias) como estratégia de gestão e proteção da biodiversidade de Mamirauá, especialmente do primata Uacari-Branco (*Cacajao calvus calvus*), principal motivo de criação da EEC (QUEIROZ, 2005)³⁸.

Conclui-se que a categoria Reserva Ecológica-Cultural foi omitida do SNUC e seu objetivo incorporado à RDS sem que houvesse um aprofundamento da proposta formulada do NUPAUB, que se voltava à resolução de conflitos históricos envolvendo o debate em torno da permanência de populações tradicionais em UCs da Mata Atlântica e especialmente nos parques e estações ecológicas. Apesar disso, a contribuição conceitual representou um avanço no SNUC ao garantir a permanência de populações tradicionais em uma UC de uso sustentável.

■ RESEX e RDS no estado de SP e os Mosaicos de UCs

Em 2002 foi criada, no estado de SP, a RESEX Federal do Mandira, em Cananeia, abrangendo manguezais da barra dos rios Boacica, Mandira e Rio das Minas (Cardoso, 2008, p.11), voltada à comunidade quilombola do Mandira.

De acordo com Chamy (2003), ao referir-se a experiência da RESEX Mandira e da Cooperativa de Produtores de Ostras de Cananéia (COOPEROSTRA).

A gestão participativa da atividade tem caracterizado a trajetória da cooperativa que aglutina parceiros de várias instituições que viabilizam financiamentos, contribuição técnica e suporte político. Esses arranjos institucionais têm conseguido enfrentar os obstáculos para a consolidação da cooperativa associada à proteção e manutenção dos

³⁸ Conforme análise feita por Helder de Queiroz, entre 1998 e 2004, sobre a RDS Mamirauá: [...] O Modelo RDS produziu em Mamirauá um conjunto de resultados bastante animadores em seus quase quinze anos de existência, tanto do ponto de vista da conservação da biodiversidade local, quanto do desenvolvimento da qualidade de vida da população tradicional que habita a RDSM. A combinação de um sistema de zoneamento e de normas de uso sustentado baseado em pesquisa científica e conhecimento local, com uma gestão participativa e com fortes programas de extensão com alternativas econômicas geraram, no médio prazo, significativos avanços, que demonstram a viabilidade do modelo tanto em relação à sua efetividade em realizar a conservação da biodiversidade, quanto de promover a melhoria dos níveis de vida da população local (QUEIROZ, 2005, p.197).

estoques, conservação do estuário e reprodução, ainda que resignificada, da forma tradicional de vida e direito à autodeterminação por parte desses coletores.

Thaís Cardoso (2008), que analisou o tema da gestão compartilhada na Reserva Extrativista (RESEX) do Mandira, destaca “[...] a potencialidade das Reservas Extrativistas como um modelo de conservação no Brasil, desde que a implantação da gestão compartilhada seja efetiva, viabilizando o aprendizado mútuo e a divisão de poder entre os participantes” (CARDOSO, 2008, p. 172).

No governo do estado de SP, as categorias RDS e RESEX foram incorporadas quando do embate jurídico referente ao processo de recategorização da Estação Ecológica Jureia-Itatins e do Parque Estadual de Jacupiranga, localizados no Vale do Ribeira, ao sul do Estado. Esses dois casos foram detidamente analisados por Ocimar Bim (2012) e André Luiz Ferreira da Silva (2012).

A criação das RESEX e RDS estaduais resultou do processo de constituição dos Mosaicos de UCs, reconhecidos e regulamentados pelo SNUC e que preconizam a gestão integrada e participativa de UCs “próximas, justapostas ou sobrepostas” a outras APs públicas ou privadas visando “compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional” (BRASIL, 2000, 2002). A constituição dos Mosaicos de UCs, em São Paulo, é vista como uma estratégia de resolução de antigos conflitos em torno da presença de populações em UCs de proteção integral (SIMÕES, 2010; BIM, 2012;).

Ao referir-se ao contexto de criação das RESEX e RDS, nos Mosaicos de UCs da Jureia-Itatins e do Jacupiranga, Ferreira da Silva (2010, p.109) observa:

A falta de entendimento dos conceitos relacionados a essas novas categorias de unidades de conservação (RESEX e RDS), aliados à falta de uma percepção mais ampliada dos problemas que elas visavam solucionar, causaram inúmeros equívocos em sua implantação no Sudeste, principalmente em São Paulo.

O caso do Mosaico do Jacupiranga (MOJAC) foi estudado por Ocimar Bim, que ressaltou a importância de organização das populações afetadas por UCs, nesse caso para a implantação do instrumento dos mosaicos. Segundo ele:

Os movimentos ocorridos no processo da criação e implantação do Mosaico do Jacupiranga comprovam a complexidade do processo e sua magnitude. O que está em curso no MOJAC é um teste para o SNUC, pois todo o processo se confunde com a própria história de implantação do SNUC, lei precursora em considerar as populações

residentes nas Unidades de Conservação. Isso não significa, no entanto, que tais populações sejam reconhecidas e valorizadas no seu modo de vida e incorporadas às políticas de conservação. Portanto, a organização e a mobilização destas populações é que vão garantir a implantação da lei, de forma a respeitar os seus direitos e a criar um novo paradigma para a conservação da região do MOJAC, fazendo com que tudo não acabe resultando apenas em um mosaico de papel” (BIM, 2012, p.243).

Considerando a “janela de oportunidade” referente à possibilidade de resolução de antigos conflitos entre populações e UCs de proteção integral, dentro da *agenda governamental*, que tratou da constituição dos Mosaicos de UCs, verifica-se que o processo realizado em São Paulo está muito longe de uma efetiva participação das comunidades envolvidas e consequente resolução dos conflitos identificados. Por outro lado, novos espaços de diálogo foram criados, possibilitando a flexibilização de instrumentos de licenciamento para as atividades dos moradores das áreas transformadas em RDS, RESEX e Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

1.2. TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO

Para Angelo Furlan (2000, p.44), “o território não é apenas o substrato material, os limites físicos, o espaço social, em si, mas sim um campo de forças e ações políticas”.

De acordo com Rogério Haesbaert:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2007, p.20).

Nesta ótica, a criação das UCs no Brasil, por meio da apropriação de espaços definidos como “territórios de UCs” considerados estratégicos para a conservação da natureza, se manifestou, na maioria dos casos, por meio da repressão ao modo de vida das populações locais afetadas por esses territórios, a exemplo da proibição das atividades de roça itinerante e a fiscalização ostensiva.

Márcia Nunes apresenta o seguinte significado para território:

Entendo que o território é um campo ‘não-visível’ de forças, onde formas de controle são estabelecidas por grupos sociais. Quando há a sobreposição de territórios com interesses diversos de grupos

igualmente diversos, estabelecem-se os conflitos, a subjugação dos povos, etc. E o caso das disputas entre judeus e palestinos em Israel, o caso do poder paralelo exercido pelo narcotráfico, e é também o caso dos grupos sociais afetados pela criação de Unidades de Conservação (NUNES, 2003, p. 30).

A territorialidade, conforme Sack³⁹ (1986 apud HAESBAERT, 2005, grifo nosso), “[...] além de incorporar a dimensão política, se refere também às relações econômicas e culturais, ao modo como as pessoas se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”.

Nas palavras de Angelo Furlan (2000, p.40), os lugares:

[...] são aquilo que atribuímos valor e onde é possível satisfazer as necessidades básicas (comer, dormir, tomar água, descansar, contemplar). Compreender o lugar é, portanto, buscar de que maneira as pessoas atribuem valores.

Paul Claval (2002, p. 184) destaca a importância de buscar a compreensão da “especificidade dos lugares e das paisagens” relacionadas às diferentes culturas, como instrumento da etnogeografia, no campo da investigação da geografia cultural.

De acordo com Haesbaert (2004, p.70-71), a geografia cultural “prefere utilizar conceitos, como lugar e paisagem para analisar fenômenos ligados à dimensão cultural do espaço”. Haesbaert aponta alguns autores “que enfatizam mais abertamente a perspectiva ideal-simbólica de território” e destaca os geógrafos franceses Bonnemaïson e Cambrèzy⁴⁰ (1996 apud HAESBAERT, 2004).

Para a presente pesquisa, busca-se identificar as especificidades da área de estudo, o Marujá, trazendo elementos para a compreensão da territorialidade, definida por Claude Raffestin (1993, p. 160) como “um conjunto de relações que se originaram num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”. Esse conceito é elucidativo para o entendimento das transformações que ocorrem com as populações afetadas pelas áreas protegidas e que interferem diretamente sobre a interação dos moradores com seus lugares e, portanto, transformando a territorialidade das famílias e comunidades. Territorialidade essa que, na maioria dos casos, foi e continua sendo

³⁹ SACK, E. 1986. Human Territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press.

⁴⁰ BONNEMAISON, J.; CAMBRÈZY, L. Le lien territorial: entre frontières et identités. In: Géographies et Cultures (Le Territoire), n° 20. Paris: L'Harmattan, 1996

desconsiderada no processo de criação e gestão das APs. No caso das UCs de proteção integral o Estado reconhece, de forma precária, os espaços autorizados ou não para moradia e uso, mas sem considerar os territórios tradicionais e desrespeitando, assim, a história das pessoas, dos lugares e as territorialidades dessas populações.

Rogério Haesbaert (2007) faz uma revisão de estudos anteriores e apresenta a noção de multiterritorialidade, uma alternativa conceitual à desterritorialização e que envolve a “intensificação e complexização de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo” (HAESBAERT, 2004). O autor argumenta que a desterritorialização representa um “mito”, ainda que se aplique à análise “dos mais destituídos, aqueles que se encontram mais ‘desterritorializados’ ou em termos mais rigorosos, mais precariamente territorializados” (p. 20).

Sobre o mito da desterritorialização, Haesbaert argumenta:

Não no sentido de que simplesmente ‘não exista’ desterritorialização, mas de que se trata de um processo indissociavelmente ligado à sua contraface, os movimentos de (re)territorialização [...] O que existe, de fato, é um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios – configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de territorialização no e pelo movimento (HAESBAERT, 2007, p. 19-20).

Bernardo M. Fernandes compreende a territorialização e desterritorialização como parte de um processo dialético e inerentes dos processos geográficos e sociais. O autor, diferente de Haesbaert, não compreende a desterritorialização como um mito.

A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização” (FERNANDES, 2006, p. 26-27).

De acordo com Fernandes, a expansão e a destruição, a criação e o refluxo de territórios constituem um processo geográfico denominado TDR ou territorialização – desterritorialização e reterritorialização (FERNANDES, 2006, p. 29).

O autor destaca a relevância “dos conceitos de movimentos socioterritorial e socioespacial” para a análise dos movimentos sociais e apresenta a seguinte reflexão:

Pode-se afirmar com certeza que todo território é um espaço (nem sempre geográfico, pode ser social, político, cultural, cibernético, etc.). Por outro lado, é evidente que nem sempre e nem todo espaço é um território. Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico [...] E no interior deste espaço há diferentes territórios,

constituindo o que Haesbaert (2004), denominou de multiterritorialidade⁴¹.

O processo de territorialização implica em relações de poder entre sujeitos e classes sociais, em que o controlador territorializa e o controlado desterritorializa. A reterritorialização relaciona-se a um movimento de resistência à desterritorialização “[...] imposta pelo movimento de territorialização comandado por outros” (HAESBAERT, 2004, p. 262).

Tanto os conceitos de reterritorialização e de multiterritorialidade, definidos por Haesbaert como o entendimento do processo TDR e descrito por Fernandes, serão utilizados na presente investigação, e auxiliarão na compreensão da dinâmica territorial da comunidade estudada, e na identificação do contexto relacionado a outras comunidades do PEIC e região.

■ Os Espaços e recursos naturais de uso comum: Comuns (ou *commons*)

O *National Research Council*⁴² (1986 apud FEENY et al, 2001) apresenta o seguinte conceito sobre os recursos de propriedade comum:

Recursos de propriedade comum incluem peixes, vida selvagem, águas superficiais e subterrâneas, pastagens e florestas. É importante delinear as características compartilhadas por esses recursos e distinguir entre recursos e regimes de direitos de propriedade nos quais os recursos são mantidos (p.19).

Outras definições podem ser encontradas, como “espaços e recursos de uso comum”, “espaço dos comunitários” (DIEGUES, 2001, p. 97) e “regimes de propriedade comum” (CIRIACY-WANTRUP & BISHOP, 1975⁴³ apud FENNY et al., 2001, p.20; OSTROM, 1986; BERKES et al., 1989, p.91), territórios de uso coletivo, convívio social e de valor simbólico (ou imaterial).

⁴¹ “Hoje, frente aos intensos processos de exclusão social provocados pelas políticas neoliberais, urge pensar os espaços e os territórios como forma de compreender melhor as conflitualidades [...] revelando espaços e territórios antes não pensados” (FERNANDES, 2005, p. 24).

⁴² NATIONAL RESEARCH COUNCIL. 1986. Proceedings of the Conference on Common Property Resource Management. Washington: National Academy Press, pp. 533-589

⁴³ CIRIACY-WANTRUP, S.V.; BISHOP, R.C.. “Common property” as a concept in natural resource policy. *Natural Resource Journal* 15: 713-727, 1975

Na perspectiva de Ostrom (1990), o recurso de uso comum ou *commons*, isto é, aquilo que pertence a uma coletividade é entendido como “recursos de propriedade comum”.

Diegues, ao analisar o caso da Estação Ecológica Mamirauá (hoje, RDS Mamirauá), atesta os princípios apontados por Ostrom (op. cit.) para os regimes de propriedades comuns (DIEGUES, 2001, p. 117-119):

- a) Limites territoriais definidos;
- b) Coerência entre a apropriação e normas de uso dos recursos;
- c) Arranjos para escolhas coletivas;
- d) Monitoramento pelos comunitários;
- e) Sistema de sanções;
- f) Mecanismos para solução de conflitos;
- g) Reconhecimento mínimo dos direitos de se organizar.

O conceito de *commons* traz contribuição essencial à presente investigação, uma vez que, ao tratarmos da territorialidade de uma determinada comunidade ou grupo de comunidades e as estratégias de gestão de um determinado espaço geográfico (por sua vez definido pela superposição de territórios de UCs, pesca, tradicionais, turismo, etc.) – os chamados “territórios polissêmicos” (RODRIGUES, 2001) – nos dedicamos também à análise dos espaços de uso comum das populações envolvidas.

1.3. DEFINIÇÕES DE GOVERNANÇA E A GOVERNANÇA EM ÁREAS PROTEGIDAS

O termo “governança” é polissêmico e utilizado para variados temas e setores, tais como governança corporativa, pública, democrática, local, da água, da pesca, ambiental, em áreas protegidas, boa governança, má governança, dentre outros qualificativos. De acordo com Pedro Jacobi (2013, p. 11), é “utilizado de forma difusa, seja no campo das ideias políticas, econômicas ou científicas”.

A ideia da governança tem origem no setor corporativo em 1937, a partir do artigo *The nature of the firm*, sendo redescoberto na década de 1970; sua afirmação se deu na década posterior a partir da atuação de economistas liberais vinculados ao Banco Mundial (MILANI; SOLINIS, 2002).

Em 1993, no documento *Governance and Development*, o Banco Mundial apresenta como definição de governança “o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo [...] a maneira pela qual o poder é exercido na

administração de recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento” (GONÇALVES, [2005?]).

Para Paul Hirst (2000, p. 13), o termo “governança” é comumente utilizado tanto por economistas liberais que relutam em aceitar o papel controlador e operador do Estado, quanto por órgãos políticos alternativos em países avançados e por ONGs que atuam em países em desenvolvimento e que veem um novo potencial para a organização da sociedade civil. A partir da década de 1980, a governança adquiriu novos significados em políticas públicas, notadamente, quando passou a ser aplicado a contextos distintos e mais amplos envolvendo governos e organizações locais, num momento histórico em que o neoliberalismo se estabelecia como base econômica dominante (IRVING et al, 2006, p.45).

A Comissão sobre Governança Global da ONU lança em 1996 o relatório “Nossa Comunidade Global”, que busca reformas na cooperação internacional e define governança como:

[...] a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996)

Essa perspectiva de governança contempla tanto o setor público quanto o privado e remete a uma possibilidade de “acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas”. Não explicita as contradições e o acirramento de conflitos como possibilidade ou mesmo tendência resultante do processo de gerenciamento de interesses comuns. Quando analisamos os conflitos que envolvem as populações afetadas por UCs no Brasil, constata-se que os conflitos são preponderantes à cooperação. Um exemplo foi o que identificamos das relações institucionais entre o Parque Estadual Intervales (PEI) e o bairro do Guapiruvu (Sete Barras e Eldorado/SP):

Evidenciaram-se aspectos divergentes e convergentes nas relações entre agentes do PEI e o bairro Guapiruvu. Os conflitos são permanentes [...] Entretanto, as iniciativas de cooperação, por parte da FF e outros órgãos estaduais no bairro Guapiruvu caracterizam-se como pontuais e descontínuas (MARINHO; ANGELO-FURLAN, 2007, p. 32).

Abrams et al. (2003) define a governança como as interações entre as estruturas, processos e tradições que determinam como o poder e as responsabilidades são exercidas, como são tomadas as decisões e como os cidadãos e os parceiros envolvidos são ouvidos. Nesta ótica, a governança constitui a convergência de como se estruturam o poder, as interações e as formas de diálogo e interação de diferentes atores sociais.

Kissler e Heidemann (2006) destacam o processo de modernização do Estado, inspirado na administração pública gerencial (*new public management*) e que caracteriza uma ideologia neoliberal. Conforme os autores:

[...] as fronteiras – entre os órgãos públicos e os cidadãos, entre os setores público e privado – de fato receberam novos contornos, com base na privatização e na terceirização, mas as novas bases não se revelam favoráveis aos cidadãos [...] Pautando-se por este modelo ideológico, o Estado voltado para o mercado e para a gestão na prática provocou sobretudo uma redução dos postos de trabalho na administração pública (KISSLER; HEIDEMANN, 2006, p. 479).

Em decorrência das condições insatisfatórias da modernização, surge o modelo da “governança pública” que se fundamenta, conforme Kissler e Heidemann (2006, p. 480) em buscar:

[...] uma nova estruturação das relações entre o Estado e suas instituições [...] as organizações privadas [...] bem como os atores da sociedade civil (coletivos e individuais) [...] Pairam dúvidas não somente sobre a bases de cooperação entre esses atores, mas também sobre seus resultados.

Os autores definem a governança pública, na ótica da Ciência Política como:

[...] associada a uma mudança na gestão política. Trata-se de uma tendência para se recorrer cada vez mais à autogestão nos campos social, econômico e político, e a uma nova composição de formas de gestão daí decorrentes (KISSLER; HEIDEMANN, 2006, p. 482).

Nesta concepção, a governança surge como alternativa à gestão baseada na hierarquia e traz o conceito da governança local como instrumento regional da governança pública. De acordo com Jann⁴⁴ (2003 apud KISSLER; HEIDEMANN, 2006, p. 482):

⁴⁴ JANN, Werner. Governance. In: EICHHORN, Peter (Org.): *Verwaltungslexikon*, 3. Ed. Aufl. Baden Baden, 2003, p. 449-451.

[...] uma forma autônoma (*self-organizing*) de coordenação e cooperação, por meio de redes interorganizacionais, que podem ser formadas por representantes de organizações políticas e administrativas, associações, empresas e sociedades civis com ou sem participação estatal.

Dentre as visões de governança sistematizadas por Milani e Solinís (2002), está a que se relaciona a “um processo complexo de tomada de decisão que antecipa e ultrapassa o governo”. Nas palavras de Pedro Jacobi, “o uso do termo ‘governança’ reflete o deslocamento de abordagens focadas no conceito de governo [...] um modo não hierárquico de governo onde os atores não estatais e diversos segmentos participam na formulação e implementação de políticas públicas” (JACOBI, 2013, p. 11-12).

Governança envolve um conjunto de redes organizadas onde o Estado é um dos atores e não mais o único e exclusivo ator (MILANI E SOLINÍS, 2002).

Sobre as redes de governança e as políticas públicas, Frey (2000, p. 252) faz a seguinte reflexão:

As novas redes de governança, nas quais as comunidades, associações da sociedade e empresas privadas desempenham um papel cada vez mais decisivo para a transformação das políticas públicas e desafiam não apenas governos e maneiras de governar, mas exigem também uma reorientação por parte do pesquisador de políticas públicas. Visto que o processo de governança é multifacetado, a ciência deve levar em conta o concurso destas várias facetas que, por sua vez, são resultado de uma interação cada vez mais dinâmica entre elementos institucionais.

É nesta ótica que caminha a pesquisa: a da transformação de políticas públicas, local e regionalmente, a partir do protagonismo desempenhado pelas populações afetadas por áreas protegidas. Neste caso, a análise concentra-se no protagonismo da comunidade do Marujá e sua instituição representativa, a AMOMAR, frente ao Estado (PEIC, outras UCs, políticas de pesca), envolvendo a rede de parcerias estabelecidas pela Associação. Dessa interação surgem o que denominamos “arranjos de governança”, que podem ser favoráveis ou não às necessidades e direitos das comunidades afetadas por UCs e que se formam através da interação dos agentes estatais e da sociedade civil.

Outro preceito fundamental refere-se ao entendimento de que a governança é mais ampla do que gestão. Conforme Jentoft e Chuenpagdee (2008, p. 554), “gestão é

uma questão técnica, algo que envolve um conjunto de ferramentas que podem ser usadas para solucionar tarefas concretas, onde metas são claras e os resultados possíveis de serem medidos”.

■ Governança em Áreas Protegidas

A temática da governança em áreas protegidas foi destaque no V Congresso Mundial de Parques, realizado em Durban, África do Sul, em setembro de 2003, e teve como base conceitual os estudos de Abrams et al. (2003) e Borrini-Feyerabend (2003) vinculados a UICN e de Graham, Amos e Plumptre (2003), realizado pela ONG canadense *Institute on Governance* (IOG), em colaboração ao Serviço de Parques do Canadá.

As atas do referido congresso⁴⁵ (UICN, 2005) ressaltam o tema da governança como uma “ideia nova; um assunto chave para as áreas protegidas e para a sociedade em seu conjunto” (p. 65). O documento destaca os “princípios da boa governança”, os tipos principais de governança e traz resultados expressivos sobre o tema a partir da realização de sessões técnicas, tópicos que serão discutidos a seguir.

A análise dos temas debatidos nas sessões do V Congresso Mundial de Parques (UICN, op.cit.) permite-nos afirmar que, direta ou indiretamente, se relacionam a projetos e experiências de gestão de áreas protegidas que incluem:

- a) Experiências de gestão comunitária em espaços de uso comum (*commons*) e que reconhecem direitos costumeiros e territoriais de populações indígenas e tradicionais;
- b) Modalidades de cogestão da pesca;
- c) Conservação de áreas costeiras e marinhas;
- d) Cogestão de APs envolvendo populações indígenas e tradicionais;
- e) Gestão de áreas privadas e transfronteiriças;
- f) Importância da efetivação de marcos legais que reconheçam as modalidades possíveis de governança em APs.

⁴⁵ O Congresso Mundial de Parques constitui um dos principais eventos internacionais sobre os temas pertinentes à conservação da biodiversidade e áreas protegidas, realizado decenalmente pela União Internacional de Conservação da Natureza.

No Brasil, o tema da governança em áreas protegidas foi incorporado ao Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)⁴⁶ lançado pelo governo federal em 2006, que apresenta o eixo temático “Governança, Participação, Equidade e Repartição de Custos e Benefícios”, e visa a estabelecer instrumentos que assegurem a participação de comunidades locais, quilombolas e povos indígenas, bem como de outras partes interessadas, na gestão de unidades de conservação e outras áreas protegidas existentes (BRASIL, 2006).

Alguns estudos, no Brasil, têm se dedicado a avaliar as áreas protegidas sob a ótica da “boa governança” (COZZOLINO, 2005; IRVING et al., 2006; VIEIRA, 2011), instrumento de avaliação da governança em APs pautado em cinco princípios, propostos por Graham; Amos e Plumptre (2003, grifo nosso):

- 1) Legitimidade e voz: gestão da área protegida no que se refere à participação dos cidadãos nas tomadas de decisão;
- 2) Direcionamento: visão estratégica da gestão, expressa em acordos e convenções internacionais;
- 3) Desempenho: capacidades para se atingir os objetivos da gestão;
- 4) Responsabilidade e Transparência nas Contas: clareza na definição de responsabilidades, autoridade e também na prestação de contas;
- 5) Equidade: Impactos sociais relativos à criação e gestão de áreas protegidas.

Com relação aos princípios de boa governança, cumpre esclarecer que a presente investigação propôs-se, inicialmente, a aplicar a avaliação da “boa governança” nas UCs incidentes sobre a comunidade do Marujá. No decorrer da pesquisa, descartou-se essa ideia, diante do quadro de “desmonte” do órgão gestor das UCs paulistas, a Fundação Florestal, a partir de 2011, com predomínio – no caso do PEIC – de uma gestão centralizada na capital, com viés autoritário e a ausência de uma política voltada a efetiva implantação das UCs, o que, obviamente, apontava para uma “má governança”.

A partir do conceito das “arenas”⁴⁷, proposto por Elinor Ostrom, na década de 1990, a bióloga Eliane Simões (2012), analisa os processos decisórios relacionados à

⁴⁶ Instituído pelo Decreto 5.758, de 13 de abril de 2006, o qual indica objetivos, princípios e estratégias para a conservação dessas áreas.

⁴⁷ A arenas podem ser entendidas “um jogo dinâmico em que o grau de informação é a chave determinante, uma vez que, bem informados, os integrantes serão mais capazes de posicionar-se no

gestão da presença de populações no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, e argumenta:

Com base na investigação realizada e nos dados obtidos, considera-se que seja possível concluir que os diversos instrumentos previstos para a gestão de populações humanas em UC: desafetação, recategorização, formulação de Termos de Compromisso, estabelecimento de instrumentos de concessão de uso e assemelhados, bem como o Plano de Uso Tradicional, dependem da arena em ação, do jogo, daquilo que se optou por denominar governança instalada e, portanto, não se constituem necessariamente adequados de antemão (SIMÕES, 2010, p. 333).

De fato, os arranjos institucionais e de governança que circunscrevem a gestão de uma determinada UC ou conjunto de UCs interferem diretamente sobre a atuação dos diferentes atores sociais envolvidos, e diretamente as populações afetadas por essas áreas. Esses arranjos podem se modificar, historicamente, conforme as mudanças de governo e também relacionadas a interferências jurídicas e políticas externas, contribuindo ou não para o estabelecimento de medidas de cooperação e reconhecimento de direitos dessas populações, possibilitando ou não a abertura às deliberações e formalização de parcerias (ainda que esses instrumentos no Brasil não sejam devidamente instituídos, a exemplo da gestão compartilhada entre UC e comunidade).

■ Escalas e tipos de governança em áreas protegidas

Borrini-Feyerabend; Johnston; Pansky (2006, p.122) propõem a classificação da governança de APs em três escalas:

- a) Arranjos de governança local: dependem, usualmente, de requisitos habituais, normas e envolvimento de diversos atores locais na discussão, desenvolvimento e implementação de regulamentos. Adequam-se às APs de reduzida dimensão e valor específico;
- b) Arranjos de governança de ecossistemas: Envolvem APs de grande tamanho (Ex. categorias II ou V). Envolvimento de atores de diferentes origens e valores que requerem esforço em comunicação e manejo de conflitos;

cenário, incluindo na própria interpretação da situação, a maneira como os outros atores se colocam” (SIMÕES, 202, p. 11).

c) Arranjos em níveis nacionais e internacionais: os mais indicados para entender e aperfeiçoar os valores coletivos do sistema de áreas protegidas.

Os autores apresentam uma tipologia para governança em APs e uma matriz (Tabela 3) que relaciona as categorias de APs (IUCN) e os tipos de governança (BORRINI-FEYERABEND; JOHNSTON e PANSKY (2006, p. 117-120).

1. APs públicas: o Estado detém a propriedade e o controle, podendo delegar o manejo para ONGs, operadores privados ou comunidades;
2. APs em regime de cogestão: Os atores reconhecem a legitimidade de seus direitos respectivos para gerir a área protegida e concordam em submetê-la a um objetivo de conservação específica (categoria).
3. APs privadas: Parcelas de terra de propriedade de indivíduos, comunidades, corporações ou ONGs que são manejadas para a conservação da biodiversidade, com ou sem o reconhecimento governamental (por interesse legítimo ou impostos pelo ganho no ecoturismo, carbono livre, PSA);
4. APs comunitárias: Povos indígenas e comunidades locais, dentre eles assentados e grupos nômades. A história de ocupação e modos de vida particulares determinou as paisagens culturais ou unidades bioculturais. Inclui uma variedade de formas de governança étnica e regras acordadas por organizações locais (que podem ser diversificadas e complexas).

Ao abordar os instrumentos de gestão das APs comunitárias, os autores fazem a seguinte reflexão:

Os povos indígenas, comunidades locais e a sociedade civil são, possivelmente, os mais recentes a tornaram-se formalmente reconhecidos como gestores de áreas protegidas, no entanto são os que historicamente possuem a experiência mais antiga. Ao longo dos séculos, comunidades de caçadores-coletores, pastores, pescadores e agricultores manejaram os recursos naturais em regimes de propriedade comunal (BORRINI-FEYERABEND; JOHNSTON e PANSKY (2006, p. 131, tradução nossa).

Tabela 3 - Matriz com tipos de governança em áreas protegidas e categorias de manejo (conforme BORRINI-FEYERABEND; JOHNSTON e PANSKY, 2006)

Tipo de Governança		AP públicas (governo)		AP comanejo		AP privadas		AP comunitárias				
Categorias IUCN		Ministério Federal ou órgão responsável	Departamento municipal ou órgão responsável	Manejo delegado a ONG	Manejo fronteiriço	Manejo colaborativo (várias formas de influência)	Gestão conjunta (conselho gestor ou de administração)	Declarada e gerida por proprietário individual	Declarada e gerida por organizações sem fins lucrativos (Ex. ONGs, Universidades)	Declarada e gerida por empresas (pessoa física ou jurídica)	Declarada e gerida por povos indígenas	Declarada e geridas por comunidades locais
I – Estação Ecológica												
II – Parque Nacional												
III – Monumento Natural												
IV – Manejo de Habitats ou Espécies												
V – Paisagens protegidas												
VI – Desenvolvimento sustentável												

No Brasil, não existe um marco legal que reconheça a gestão de APs comunitárias. Mesmo na perspectiva de cogestão, o SNUC volta-se aos setores elitizados da sociedade e às instituições que prescindem de aparatos jurídicos, administrativos e financeiros que são de difícil sustentação por pequenas organizações ou associações comunitárias. Inexistem, ainda, instrumentos específicos para a efetivação de parcerias entre o Estado e as associações comunitárias e voltados às diferentes realidades e identidades locais e regionais.

■ Diferenças entre manejo, gestão e gestão compartilhada em áreas protegidas

Uma breve reflexão sobre diferenças conceituais dos termos “manejo”, “gestão” e “gestão compartilhada” (ou “cogestão”) de áreas protegidas se faz necessária.

Marília Britto de Moraes (2012, p. 7) define a gestão como o ato de “gerir e gestar, ou seja, gerar algo, cuidando na sua formação. Em termos técnicos, o termo gestão adotou a conotação de administrar, não devendo, no entanto, ser analisada enquanto sinônimos”.

Helder Henrique Faria (2004, p. 33) afirma que:

[...] Os termos administração, manejo e gestão de Unidades de Conservação estão muito popularizados em decorrência da adoção e adaptação de palavras estrangeiras ao léxico português, da necessidade de estabelecer conceitos de domínio corrente e do simples avanço das ciências da administração. Ainda que sejam utilizados de modo semântico guardam similaridades e diferenças importantes.

De acordo com Rodrigues⁴⁸ (2000 apud. FARIA, 2004, p. 40), o termo manejo é mais usual na América Latina e se refere a determinados setores socioeconômicos ou tipos específicos de sistemas ambientais como manejo de vegetação, manejo de fauna, manejo de solos e manejo integrado.

Ainda segundo Faria (2004, p. 40), a gestão envolve um campo de atuação mais amplo do que o de administração e o manejo, em que os dirigentes de UCs “precisam possuir um perfil eclético (ou generalista) para tratar questões muito mais amplas que as encerradas no ato de administrar os bens públicos”.

Faria (2004) propõem como definição para a gestão de UCs:

[...] o equilibrado planejamento, coordenação e controle dos componentes políticos, técnicos e operacionais e os diversos atores sociais que incidem sobre o desenvolvimento da área, de maneira a obter-se a eficácia requerida para serem atendidos os objetivos que norteiam a existência da unidade de conservação e a manutenção da produtividade dos ecossistemas por ela abrangidos (FARIA, 2004, p. 39).

A “gestão participativa ou colaborativa” possui relação direta com a temática da governança em áreas protegidas, referindo-se a uma aliança estabelecida em comum acordo entre os interessados de um território ou conjunto de recursos, amparados sob o estado de proteção para compartilhar com eles as funções do manejo, direitos e responsabilidades. Incluem-se a instituição responsável, associações de residentes e usuários de recursos, ONGs, administrações locais, autoridades tradicionais, instituições de pesquisa, comerciantes e outros, (BORRINI-FEYERABEND, 1997).

Conforme BORRINI-FEYERABEND; JOHNSTON e PANSKY (2006) uma das notáveis inovações na gestão de APs é o reconhecimento da capacidades dos atores

⁴⁸ RODRIGUEZ, Jose M. M. Planificación y gestión ambiental. Ministério de Educación Superior Universidad de La Habana. Facultad de Geografía. Apostila de Curso. 2000. 53p.

sociais, visão que vai além da atuação do Estado. “Trata-se de uma visão pluralista que valoriza e legitima os anseios, capacidades e modos de organização de diferentes grupos étnicos e sociais e que busque facilitar a coexistência e colaboração para o bem comum” (p. 123).

Numa perspectiva que envolve a coparticipação ou protagonismo de atores sociais externos ao Estado, é necessária a diferenciação de modalidades de gestão de áreas protegidas envolvendo as gestões pública, privada e comunitária. A partir da cooperação de dois ou mais segmentos nesse processo, surge o “comanejo” ou *co-management* (em países de língua hispânica e inglesa), “gestão compartilhada” ou “cogestão” no Brasil.

De acordo com McCarthy Ramirez, Artavia e Salas (2006, p. 11, tradução nossa):

A Gestão Compartilhada é um mecanismo que legitima e normatiza a participação dos atores da sociedade civil (organizações sociais, organizações de base comunitária e produtiva, organismos não governamentais, fundações e universidades) e os governos locais como gestores das Áreas Protegidas.

Diversos estudos trazem subsídios aos temas relacionados à gestão de *commons*, cogestão, gestão comunitária e outras modalidades que envolvem populações indígenas, tradicionais e não tradicionais em APs. Destacamos os seguintes autores-países: Elinor Ostrom (*in memoriam*), Ratana Chuenpagdee e Catherine M. Tucker - EUA; Evelyn Pinkerton – Canada, Fikret Berkes, Borrini-Feyerabend, Derek R. Armitage, Ryan Plummer, Tara Goetze e John Fitzgibbon – Canada; David Symes – Reino Unido; e Svein Jentoft – Noruega; e Per Olsson – Suécia.

Desses autores trazemos algumas contribuições à pesquisa, complementares aos temas e conceitos abordados.

De acordo com Natcher, Davis e Hickey⁴⁹ (2005 apud BERKES, 2009, p. 1693):

A cogestão proporciona legitimidade em sua atuação, aliada a justiça, imparcialidade e empoderamento, justamente porque a ideia por trás dela é a de que os moradores e as pessoas afetadas pelas gestões regionais tem algo a dizer a respeito de como são tomadas as decisões que dizem respeito a elas. A cogestão não

⁴⁹ NATCHER, D. C.; DAVIS, S. HICKEY, C. G. Co-management: managing relationships, not resources. *Human Organization* 64, p. 240-250, 2005

diz respeito apenas aos recursos mas sim, a gestão dos relacionamentos.

Berkes (2009) identifica distintos tipos de cogestão como:

- a) compartilhamento do poder;
- b) construção de instituições;
- c) confiança e capital social;
- d) processo;
- e) resolução de problemas;
- f) governança.

Em relação a cogestão como governança Berkes entende que:

[...] parte do pressuposto que a responsabilidade de gestão é dividida entre parceiros, sejam eles públicos ou privados. Uma governança efetiva sempre exige diversas conexões por entre os níveis de domínio. Com policentros de discussão e decisão deixa de existir um centro de autoridade, ele se distribui em diversos pontos de gestão (2009, p. 1694).

Por sua vez, esse tipo de cogestão proporciona uma governança adaptativa e o instrumento denominado por Folke et al⁵⁰ (2005 apud BERKES, 2009) como “cogestão adaptativa”, que envolve o conhecimento local diretamente na tomada de decisões. De acordo com Berkes (2009, p. 1699), a cogestão para tornar-se adaptativa prescinde de tempo e experiência, com diversas rodadas de aprendizagem; e de arranjos sociais e flexíveis para a definição de regras, instituições e incentivos (BROWN⁵¹, 2003; OSTROM⁵², 2005 apud ARMITAGE et al, 2009, p.95).

De acordo com Armitage (2009, p. 97) pode levar mais de uma década para que um arranjo de cogestão adaptativa amadureça, até quando os níveis de confiança e capital social contribuam para um sistema de auto-organização, e necessita de um sistema de aprendizagem que requer: interação social significativa, estratégias diversificadas de aprendizagem, pluralismo com reflexão crítica e a disseminação e aprendizado para níveis sociais locais. Um outro aspecto destacado refere-se a falta de recursos necessários para o estabelecimento da gestão adaptativa, que pode ter fortes

⁵⁰ FOLKE, C.; HAHN, T. OLSSON, P. NORBERG, J. Adaptive governance of social-ecological systems. In: Annual Review of Environment and Resources 30, 441-473, 2005.

⁵¹ BROWN, K. Integrating conservation and development: a case of institutional misfit. In: Front Ecol. Environ 1, p. 479-87, 2003.

⁵² OSTROM, E. Understanding institutional diversity. Princeton University Press. Princeton, 2005.

implicações na sustentabilidade e na resiliência dos sistema sócio ecológicos (CHARLES, 2004⁵³, 2007⁵⁴ apud ARMITAGE et al, 2009).

■ **Gestão compartilhada em APs: Contexto geral na América Latina e no Brasil**

Em diferentes países latinoamericanos, existem experiências bem sucedidas de gestão compartilhada em áreas protegidas, algumas iniciadas já em meados da década de 1980, com a formulação de marcos legais e institucionais na década posterior.

A título de exemplo, 29,2% das áreas protegidas consideradas em um estudo feito em sete países da América Central são geridas em regime de gestão compartilhada, ou comanejo, conforme denominação comumente empregada nestes países, reunindo 19,58% dos territórios protegidos. No total, foram 196 experiências analisadas. Esse estudo aponta, no entanto, a desigualdade existente entre as organizações de base em relação ao Estado (MCCARTHY RAMIREZ; ARTAVIA; SALAS, 2006).

Em 2008 tive a oportunidade de conhecer a experiência de gestão compartilhada do Parque Nacional Cahuita, localizado no Distrito de Cahuita, costa caribenha da Costa Rica, juntamente com o Prof. Dr. Carlos Morera Beita, vinculado a Escola de Ciências Geográficas da *Universidad Nacional Costa Rica* (UNA). Na ocasião conversamos com o Sr. Rodolfo Henrique Piñeda, liderança comunitária de Cahuita (pequeno vilarejo afro-caribenho) sobre essa experiência.

Em 1994 o Ministério do Meio Ambiente da Costa Rica implantou uma taxa de cobrança de ingresso no Parque (US\$5 para visitantes costarriquenhos e US\$15 para estrangeiros) e que foi considerada exorbitante pela comunidade, pois não receberiam nenhum benefício direto desta receita. Há de se considerar que o Parque, criado em 1978, envolveu parte do antigo território tradicional dos moradores de Cahuita⁵⁵. Na

⁵³ CHARLES A.T. 2004. Sustainability and resilience in natural resource systems: policy directions and management institutions. In: Encyclopaedia of Life Support Systems. Oxford, UK: UNESCO and Eolss Publishers.

⁵⁴ CHARLES A.T. 2007. Adaptive comanagement for resilient resource systems: some ingredients and the implications of their absence. In: Armitage, D; Berkes, F; Doubleday, N. (Eds). Adaptive co-management: collaboration, learning and multi-level governance. Vancouver, Canada: UBC Press.

⁵⁵ De acordo com Rodolfo Piñeda o governo demorou 24 anos para indenizar as terras transformadas em Parque e que pertenciam aos moradores de Cahuita.

ocasião um grupo de moradores chegou a ocupar a sede do Parque em protesto para reivindicar benefícios do Parque diretamente à comunidade local.

De acordo com Solís e Fonseca (2003, p. 7) após mais de um ano de negociação foi criado um Comitê de Serviços, constituído por três representantes da comunidade e dois funcionários do Estado, e no início de 1997 é criado o Comitê de Manejo do Parque Nacional Cahuita, “com o objetivo de manejar de forma conjunta o Parque. Nesse acordo de gestão compartilhada, a associação de Cahuita ficou responsável pela orientação de visitantes e apoio a fiscalização no Parque e o órgão gestor tem a responsabilidade geral de administrar o Parque.

O que nos interessa à tese é constatar que, além das decisões referentes ao Parque passarem por uma decisão entre seu órgão gestor e a comunidade de Cahuita, todos os recursos financeiros angariados da visitação (provenientes de um sistema de doação e não de ingressos) são depositados em uma conta da associação comunitária de Cahuita e utilizados ao atendimento direto de serviços públicos da comunidade, tais como educação, segurança e saúde.

O procedimento de gestão comunitária em Cahuita é reconhecido pelo *Sistema Nacional de Áreas de Conservación* (SINAC) da Costa Rica, que em 2005 divulgou uma análise de seis experiências de áreas protegidas em regime de gestão compartilhada (COSTA RICA. MINAE, 2006) e que apresenta a seguinte classificação das experiências em uma matriz que vai das áreas com controle total da instituição gestora da AP e no extremo oposto o total controle da gestão por outros atores (Figura 6).

A “Declaração de Bariloche”⁵⁶, resultante do II Congresso Latinoamericano de Parques Nacionales y otras Areas Protegidas, realizado em San Carlos de Bariloche, Argentina, em 2007, traz contribuição de um grupo de representantes de povos indígenas e afrodescendentes que se reuniram em um encontro paralelo ao congresso, apoiados por lideranças de diferentes países, representantes de governos, ONGs e institutos de pesquisa, sob a coordenação de membros da UICN, organizadora do evento. Esse congresso trouxe grandes avanços ao reconhecer formas diversas de

⁵⁶ Disponível em <http://cmsdata.iucn.org/downloads/declaracion_de_bariloche_portugues.pdf>. Acessado em março de 2009.

organização social e de gestão compartilhada que vêm contribuindo para a conservação de espaços naturais protegidos.

Figura 6 – Diagrama da gestão compartilhada das áreas protegidas da Costa Rica (áreas protegidas Alberto Manuel Brenes, Marino Ballena, Caño Negro, Gandoca, Monte Alto, Manzanillo e Cahuita) (conforme COSTA RICA. MINAE, 2006)

Não existe, no Brasil, um marco legal que contemple a gestão compartilhada entre UCs e comunidades organizadas. Conforme o SNUC, em seu artigo 30: “As Unidades de Conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão” (BRASIL, 2000). Essa exigência legal privilegia claramente os setores mais elitizados da sociedade, uma vez que as organizações sociais da sociedade civil de interesse público (OSCIP) necessitam de um aparato jurídico, administrativo e financeiro de difícil sustentação por pequenas organizações. Inexistem ainda instrumentos para a efetivação de parcerias entre o Estado e as associações comunitárias voltados às diferentes realidades e identidades locais e regionais.

Embora esse dispositivo esteja previsto desde a instituição do SNUC, são poucas as experiências de gestão compartilhada de UCs entre o Estado e as OSCIPs e destacando-se as experiências no estado do Amazonas.

Conforme dados divulgados pelo Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), onze UC estaduais, três federais e uma municipal são administradas em sistema de gestão compartilhada naquela região, totalizando 12

milhões de hectares⁵⁷. Tratam-se de parcerias pautadas no instrumento previsto pelo SNUC, referente à gestão compartilhada com as OSCIPs. A iniciativa é louvável, pois algumas experiências fundamentam-se na estratégia de apoio às comunidades ribeirinhas e à organização comunitária, além do apoio ao órgão estadual na implantação das UCs de uso sustentável, embora se configure uma política de “loteamento” de territórios amazônicos para grandes organizações da sociedade civil, prática recorrente na região.

Faz-se necessário aprofundar a análise dessas experiências para verificar como funciona o repasse de recursos e benefícios diretamente às comunidades locais, de forma a não gerar a dependência da cooperação tanto pelas comunidades quanto pelas UCs envolvidas.

Alguns assentamentos agrários atendidos por “Projetos de Desenvolvimento Sustentável” (PDS), sob a coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), mantêm pactos formais de gestão entre comunidades e o Estado.

O PNAP busca, em cumprimento à CDB, reforçar o direito das populações indígenas, quilombolas e tradicionais, ao definir como diretriz a “promoção da participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas, buscando permanentemente o desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno das áreas protegidas”. Está implícita nesta diretriz a governança em áreas protegidas, incorporada ao PNAP no eixo temático “Governança, Participação, Equidade e Repartição de Custos e Benefícios”, que visa estabelecer mecanismos que assegurem a participação de comunidades locais, quilombolas, povos indígenas e outras partes interessadas no estabelecimento e na gestão de unidades de conservação e outras áreas protegidas existentes (BRASIL, 2006). Mas até que ponto essas medidas do PNAP estão sendo internalizadas pelos órgãos ambientais, dirigentes e técnicos responsáveis pela gestão das áreas protegidas, especialmente no caso das UCs de proteção integral, sujeitas a instrumentos específicos previstos no SNUC e outros dispositivos normativos e de orientação?

⁵⁷ Disponível em <<http://www.idesam.org.br/programas/unidades/cogestao.php>>. Acessado em março de 2012.

CAPÍTULO 2

POPULAÇÕES DA ILHA DO CARDOSO:
TERRITORIALIDADES EM TRANSFORMAÇÃO E
O CASO DO MARUJÁ

CAPÍTULO 2

POPULAÇÕES DA ILHA DO CARDOSO: TERRITORIALIDADES EM TRANSFORMAÇÃO E O CASO DO MARUJÁ

Localizada na restinga sul da Ilha do Cardoso, município de Cananeia, Marujá se assenta sobre terreno sedimentar holocênico ao sul do Morro da Tapera, entre o canal do Ararapira e o oceano Atlântico (o “mar grosso”, como dizem os moradores da Ilha). As moradias se voltam para o canal (continente), abrigadas pelas dunas e floresta de restinga, que formam uma barreira natural aos ventos oriundos da orla marítima.

O acesso principal ao Marujá, a partir de Cananeia, pode ser feito por meio do barco da Dersa (três vezes por semana), escunas (em feriados e durante alta temporada) ou embarcações de pesca dos moradores do Marujá. Dependendo do meio de transporte, o trajeto leva entre uma hora e meia e três horas.

Saindo do centro histórico de Cananeia, e logo ao atravessar a baía de Trapandé, entre o continente e as ilhas Comprida, de Cananeia e do Cardoso, avistam-se ao fundo a praia e o núcleo Perequê⁵⁸, principal base de apoio à visitação e à pesquisa do PEIC.

Figura 7 - Vista do Parque Estadual da Ilha do Cardoso a partir do Canal do Ararapira. Foto: Mauricio Marinho – jan/2013

⁵⁸ Principal base de apoio à visitação e à pesquisa do PEIC. A partir das antigas instalações do CEPARNIC (Centro de Pesquisas Aplicadas de Recursos Naturais da Ilha do Cardoso), criado pelo governo do Estado na década de 1970, as estruturas foram reformadas no final da década de 1990 para apoio às atividades de visitação pública e pesquisa pelo Instituto Florestal, órgão gestor na época.

O percurso até o Marujá segue pelo canal do Ararapira, circundado por manguezais, restingas e trechos montanhosos, entre a Ilha do Cardoso e o continente, canais secundários e ilhas menores. Esse trecho do canal, margem oposta do PEIC, foi quase todo inserido no Mosaico do Jacupiranga e envolve o PE do Lagamar, a RDS Itapanhapima e a RESEX da Ilha do Tumba (Mapa 1), localizada na margem oposta ao canal do Ararapira e criada a partir de antiga reivindicação dos moradores do Marujá.

Nas proximidades da Ilha de Casca, em um estreitamento do canal, é possível avistar a aldeia guarani Ypaum Ivyty, da etnia MByá, estabelecida na Ilha em 1992 na localidade conhecida como “sítio Santa Cruz”, em trecho montanhoso do PEIC (SÃO PAULO, 2001).

De longe, já habituado aos nomes das localidades, torna-se mais fácil descrever o percurso náutico entre Cananeia e Marujá. De perto, os detalhes da paisagem se multiplicam, as curvas do canal tornam-se pronunciadas, a riqueza da biodiversidade se evidencia. Avistam-se cercos, ranchos de pesca, canoas de caiçaras e outras embarcações. Adentra-se em um ambiente frágil com ritmos que integram a identidade caiçara. Conforme expressa Carmen Lúcia Rodrigues, uma “identidade, que parece reconstruir sob certas condições particulares. O tempo e o espaço caiçara são exemplificações da ‘ambiguidade’ que marca essa cultura” (RODRIGUES, 2001, p.96).

São sete comunidades caiçaras que permaneceram no PEIC: Cambriú e Foles, na face oceânica; Itacuruçá/Pereirinha, ao norte (próximas ao Núcleo Perequê); Marujá, Enseada da Baleia/Vila Rápida e Pontal do Leste, ao sul; e alguns sítios isolados de pesca artesanal e ocupação temporária, totalizando cerca de 395 moradores (PARADA, 2001, p. 6), com 94,7% dos moradores reconhecidos como tradicionais, conforme o Plano de Manejo da UC, aprovado em 2001 (SÃO PAULO, 2001).

Como “pano de fundo” das comunidades que vivem no PEIC, define-se um intrincado conjunto de UCs de proteção integral e uso sustentável e de Mosaicos de UCs⁵⁹, sobrepostos a atividades de pesca e turismo náutico nos canais e na orla oceânica (Mapa 1), e conseqüentemente, de políticas interferentes sobre o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananeia-Peruíbe (ou Lagamar), entre os estados de São Paulo e Paraná.

⁵⁹ Os Mosaicos de UCs foram instituídos pelo SNUC (Lei 9.985/2000) e regulamentados pelo Decreto 4340/2002 (BRASIL, 2000; 2002).

Mapa 1 – Localização da comunidade do Marujá – Parque Estadual da Ilha do Cardoso

A Tabela 4 apresenta os dados gerais das UCs que possuem relação direta com as comunidades que vivem no PEIC. A mesma representa certa cronologia de eventos relacionados às práticas autorizadas de manejo e criação das UCs, mas expressa também aquelas UCs mais distantes, com vínculos de parceria em projetos no Lagamar, participação em Conselhos e atuação política voltada ao fortalecimento comunitário.

Tabela 4 - Unidades de conservação vinculadas às comunidades caiçaras que vivem no PEIC

UC	Ato de criação (Ano)	Área (em ha)	Município(s)	Tipo de uso/manejo condicionados
PE Ilha do Cardoso	Decreto 40.319 (1962)	15.100	Cananeia	Habitação; pesca artesanal; coleta de produtos florestais; roças; turismo (pousadas, campings, roteiros) – conforme o Zoneamento do Parque
APA Cananeia-Iguape-Peruíbe	Decretos 90.347 e 91.982 (1984)	202.307,82	Cananeia, Iguape e Peruíbe	Pesca artesanal, turismo náutico e acesso por embarcação – Canal do Ararapira e Bacia do Trapandé
EEc do Tupiniquins	Decreto 92.964 (1986)	1.727	Cananeia	Áreas de proibição à pesca – Ilhas do Cambriú e Castilho (1 km a partir das linhas de costa)
Parna do Superagui	Decretos 97.688 (1989) e 9.513 (1997)	33.988	Guaraqueçab a	Pesca artesanal; coleta de produtos florestais (para confecção de cercos)
RESEX da Ilha do Tumba	Lei 12.810 (2008) – que institui o Mosaico de UCs do Jacupiranga	1.128,26	Cananeia	Coleta e manejo de produtos florestais e roças (fase inicial de implantação)
PE do Lagamar de Cananéia		40.758,64	Cananeia e Jacupiranga	Abrange áreas com potencial manejo extrativista - fabricação de cercos (fase inicial de implantação)
RESEX do Taquari		1.662,20	Cananeia	Áreas comuns de pesca no Canal do Ararapira
RDS Itapanhapima		1.242,70		Intercâmbio em projetos no Lagamar; troca de experiência; cooperação nas discussões de âmbito municipal e regional
RESEX do Mandira		1177,80		

(1) A sequência das UCs constantes desta tabela foi montada considerando o vínculo de ocupação, os sistemas de manejo e as relações de cooperação com as comunidades vizinhas a Ilha do Cardoso; (2) Fontes de dados das UCs: FF (SMA); ICMBio (websites e planos de manejo).

2.1. ANTIGOS “SÍTIOS” E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO

Do período colonial até meados do século XX, a Ilha do Cardoso desempenhou papel estratégico para o fornecimento de produtos agrícolas. Com a crise da comercialização do arroz, então a principal atividade econômica da região, muitas fazendas e engenhos encerraram suas atividades. A ocupação na Ilha, quando da criação do PEIC, se estendia, em alguns locais, até a cota altimétrica de 300 metros (SÃO PAULO, 2001).

Os primeiros registros de posses na Ilha do Cardoso datam da segunda metade do século XIX, a partir do advento da Lei das Terras, em 1850⁶⁰.

Ao sul do Marujá, estão as comunidades de Enseada da Baleia/Vila Rápida e Pontal do Leste, ao norte, a Praia da Lage, o Morro da Tapera e a Cachoeira Grande, localidades que, até as décadas de 1950 e 1970, integravam o conjunto de comunidades (ou “sítios”) da Ilha do Cardoso e também de antigos sítios na margem oposta ao Canal do Arapira.

Durante esse período, a maior parte das comunidades caiçaras da Ilha do Cardoso desapareceu, em decorrência de uma combinação de fatores relacionados, em um contexto econômico mais amplo, à incorporação do Vale do Ribeira ao capitalismo moderno na região. Nesse processo, novas relações de produção foram definidas, e a migração das comunidades locais foi intensificada. Sobre esses fluxos migratórios no Lagamar, Diegues (2002) comenta:

[...] Pode ser destacado o fluxo da área rural para a área urbana, ocorrido no final da década de 60, causado pela especulação imobiliária, grilagem de terras, oferta de empregos na construção civil e em obras implantadas pelos governos federal e estadual, visando ao desenvolvimento da região (DIEGUES, 2002, p. 543).

A crise agrícola e o fortalecimento da pesca comercial, a construção da BR-116 em 1956 e as restrições ambientais em Cananeia foram apontadas pelo sociólogo Fernando Augusto Albuquerque Mourão, em sua obra clássica *Os Pescadores do Litoral*

⁶⁰ Os registros de posses feitos nas paróquias locais começaram a ser feitos no Brasil após a Lei de Terras de 1850. Até então, a terra era considerada livre, o que motivou a expansão agrícola de pequeno porte. Conforme Silva (1996, p.81 apud BRITO, 2006, p.74), entre 1822, quando foram suspensas as concessões de sesmarias, e 1850, o período ficou conhecido como “a fase áurea do posseiro”.

*Sul de São Paulo*⁶¹, como os principais fatores para deflagrar a especulação imobiliária (MOURÃO, 2003).

Mendonça (2001), faz uma síntese sobre o processo de expropriação das comunidades da Ilha do Cardoso, intensificado após a criação do PEIC, em 1962:

[...] No período de 62 a 73, ocorrem fatos marcantes como a edição do novo Código Florestal (1965), que restringe o uso nas áreas de preservação permanente. Esse fato, associado à ação do policial florestal Jonas Magalhães na restrição de abertura de novas roças, reforça a figura do PEIC. Além disso, o fechamento dos armazéns de venda, dos engenhos de arroz e do Porto de Cananeia e Iguape, o incentivo do governo federal à pesca industrial, o aumento da demanda de pescado, a abertura da Rodovia Regis Bittencourt, entre outros fatores, dariam uma nova função para toda a região estuarino-lagunar (MENDONÇA, 2001, p.144).

Outra atividade que marcou esse período refere-se ao “turismo de segunda residência”, assim definido por Becker⁶² (1995 apud ASSIS, 2003):

[...] No Brasil, o aparecimento do fenômeno da segunda residência dá-se na década de 1950, sob a égide do nacional-desenvolvimentismo que foi responsável pela implantação da indústria automobilística, pela ascensão do rodoviarismo como matriz principal dos transportes e pela emergência de novos estratos sociais médios e urbanos que, aos poucos, começariam a incorporar entre os seus valores sócio-culturais a ideologia do turismo e do lazer [...] O veraneio ou o descanso dos fins de semana se transformaram em valor social cuja satisfação levaria o turismo, de um modo muitas vezes predatório e desordenado, a regiões acessíveis a grandes centros urbanos do Centro-Sul e com atributos ambientais valorizados (zonas costeiras e/ou serranas).

É neste contexto, isto é, do fenômeno relacionado ao turismo de segunda residência, que surgem os projetos de loteamento na Ilha do Cardoso, descritos no Plano de Manejo do PEIC.

[...] Assim como em todo o litoral paulista, os ambientes planos da Ilha do Cardoso na década de 60 encontravam-se divididos em loteamentos [...] como, por exemplo, o caso da praia do Pereirinha e da praia do Meio (Balneários Lindomar e Parque Marujá), os quais após a

⁶¹ Entre 1963 e 1970, Mourão realiza sua tese de doutorado sobre o estuário de Iguape-Cananeia, defendida em 1971 junto a FFLCH/USP e publicada pelo NUPAUB/USP em 2003.

⁶² BECKER, B. K. Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1996.

decretação do Parque, em 1962, foram desativados (SÃO PAULO, 2001 p.16).

Antes mesmo da criação do PEIC, o governo do Estado de São Paulo inicia ações de intimidação e de repressão às atividades tradicionais dos moradores da Ilha e até mesmo de expropriação de antigos “sítios”, como eram denominadas os agrupamentos caiçaras ao redor de toda a Ilha. O relato de Romeu Mário Rodrigues⁶³, que saiu da Ilha do Cardoso com seus pais e irmãos quando tinha cinco anos de idade, é bem ilustrativo desse momento que precedeu a criação do Parque.

“... Eu lembro que chegou umas pessoas aqui, na época do governo Getúlio Vargas. Chegaram pro meu pai e falaram: “Nós vamos criar um parque aqui e estamos pedindo para as famílias saírem. O senhor tem vinte e quatro horas para sair daqui (...) Eles falaram um “senhor” bem taxativo, e meu pai resolveu sair, e mais umas trinta famílias saíram quase uma seguida da outra, desde o Salvaterra, o Sítio Grande, Andrade, Ilha da Casca até o sítio Canjióca, próximo a Cachoeirinha, nesse contorno do estuário (...) O Parque não tinha ainda sido criado, mas já havia uma cogitação, e antes de criarem, já estavam limpando a área”.

Nas entrevistas, de alguns moradores mais antigos, falou-se sobre um vigia que trabalhou no PEIC chamado Jonas Magalhães, que foi citado nos trabalhos de Mendonça (2001), Gadelha (2008) e Carvalho e Schmitt (2012). Segundo esses relatos, o referido vigia provocava grande temor aos moradores do Parque, pois realizava fiscalizações durante o dia e à noite, impedindo-os de lavrarem suas roças, fabricarem canoas, caçarem ou extraírem produtos da floresta, além de autuar os moradores e encaminha-los à Delegacia de Cananeia, causando o constrangimento dos moradores.

Conforme relembra Ezequiel de Oliveira (E.O.):

“... O conflito surgiu com a decretação do Parque, e aconteceu a restrição ambiental em relação aos moradores, sobretudo os moradores que estavam na parte interna da Ilha do Cardoso, onde o pessoal desenvolvia só as atividades agrícolas (...) O pessoal que morava quando foi perturbado na questão de desmatamento, sobretudo no

⁶³ “Seu Romeu”, 65 anos, nasceu em Andrade, comunidade vizinha de Salvaterra que ficava próxima ao Núcleo Perequê e à comunidade remanescente do Itacuruçá. Trabalhou 40 anos no Parque como guia dos pesquisadores que atuavam no antigo CEPARNIC (Centro de Pesquisas Aplicadas de Recursos Naturais da Ilha do Cardoso). Com o tempo, transformou-se em um dos guias mais experientes da região do Lagamar. Publicou o “Dicionário Caiçara” e está envolvido agora na edição de um livro sobre ervas medicinais do ambiente da Restinga e outro sobre a interpretação do homem com a natureza, a partir do conhecimento caiçara.

corte de madeira para canoa que era o único instrumento que eles tinham para o acesso até a Ilha de Cananeia e sem embarcação ficavam isoladas. Foi quando começaram a migrar para Cananeia, Iguape. Isso aconteceu a partir de 65, 66 que teve mais pressão. Em 70, se não me engano, treinaram um guarda florestal, o famoso Magalhães, que era muito eficiente, e a perturbação ficou maior (...) Ele fazia o embargo e fazia o BO na Delegacia e ia pro fórum lá em Jacupiranga, e eles não tinham como pagar advogado. E era um terror” (E.O.).

Em 1972, o governo do Estado inicia o projeto de criação do CEPARNIC (Centro de Pesquisas Aplicadas de Recursos Naturais da Ilha do Cardoso), vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, que relacionava-se à estratégia desenvolvimentista de ocupação no Vale do Ribeira, uma obra de grande proporção e que se reunia a outros projetos, nos anos 1970, criados na lógica de ocupação e de maior presença do Estado que caracterizaram a história nacional, em pleno regime militar.

De acordo com Castanho Filho (1998):

[...] Nessa década, talvez até como forma de contribuir para o controle da guerrilha que ameaçava instalar-se na região comandada pelo tenente do exército Carlos Lamarca, a partir de uma estratégia do governo de São Paulo que propugnava a “interiorização do desenvolvimento.

A obra do CEPARNIC, iniciada em 1974 e concluída em 1978, causou significativo impacto ambiental e social às comunidades locais, conforme registram Carvalho e Schmitt:

[...] De repente, começaram a chegar operários e máquinas. Um trator avançou sobre as roças, destruindo-as sob os olhares perplexos das famílias que ali moravam. A lagoa foi aterrada com a areia dragada do rio Perequê. E foi preciso uma quantidade enorme de areia para aterrar a lagoa. Não importou que o rio tivesse o seu curso desviado, e nem a profunda modificação no habitat de jacarés e peixes. Um grande e irreversível estrago em nome da "preservação da natureza" e da pesquisa científica. Sobre a lagoa aterrada, foi construída parte das instalações do CEPARNIC que conta com alojamentos, refeitório e casas de funcionários, entre outras instalações (CARVALHO E SCHMITT, 2008, p.233).

Em decorrência da restrição ambiental às práticas culturais e à implantação do CEPARNIC, na face norte da Ilha do Cardoso, mais próxima a Cananeia, muitos moradores e famílias foram obrigados a migrarem para outras localidades da própria Ilha ou Estuário. Aqueles receosos com o futuro na Ilha do Cardoso e condições de vida

cada vez mais precárias, migraram para as periferias de Cananeia e cidades vizinhas, e algumas famílias migraram para outros “sítios” ao sul da Ilha e nos arredores como o Ariri, processo dialético que envolve a territorialização de moradores na própria Ilha como a desterritorialização (FERNANDES, 2005, p. 26-27).

Para aqueles moradores e famílias que se veem obrigados a mudar para a cidade e impossibilitados de retornar, rompem-se definitivamente os vínculos com o lugar, ou seja, com as condições necessárias à reprodução do modo de vida caiçara. Os laços familiares e de compadrio são mantidos e, em alguns casos, novas espacialidades são construídas nas periferias, que guardam certa semelhança com as ocupações originais.

Marcia Nunes, ao analisar os conflitos decorrentes da implantação da Estação Ecológica Jureia-Itatins, traz a seguinte reflexão:

[...] os grupos sociais que são deslocados do seu lugar de origem acabam sobrevivendo pela inércia da vida que precisa continuar a ser vivida, porém relatam sempre a ‘sensação de vazio’, de tristeza e de melancolia, que emerge da perda da identidade (NUNES, 2003, p.26).

Esse processo de expropriação foi investigado pela antropóloga Crismere Gadelha em sua tese *Proibido Trabalhar: problema socioambiental dos filhos da Ilha do Cardoso*.

[...] Pois se o tempo do sítio já não existe mais, a Ilha, no entanto, como um lugar de sítios, constitui o mapa mental e compõe o referencial geográfico dos filhos da Ilha. Ou seja, a desapropriação do Parque desalojou as famílias de seus sítios, mas a relação família-sítio permanece viva ainda hoje, embora as famílias estejam impossibilitadas de cultivarem a terra e explorar o meio ambiente (GADELHA, 2008, p.87).

Conforme mencionado, algumas famílias migraram para outras localidades da própria Ilha do Cardoso e do Lagamar, representando o que Antônio Cândido (1964) se refere à mobilidade territorial como uma das características das “culturas rústicas”, presente nas populações caiçaras. Essa dinâmica se justifica pela busca de reequilíbrio das condições de vida das famílias.

Lucila Pinsard Vianna destaca a “mobilidade territorial” ao se referir ao processo de estabelecimento das UCs e de reconhecimento de territórios tradicionais:

As delimitações territoriais – como as estabelecidas por uma unidade de conservação ou pela demarcação de uma área para uma população tradicional – impõem um novo confinamento a essas populações,

acostumadas a perambular livremente, pois não raro esses limites não contemplam sua dinâmica territorial (VIANNA, 2008).

Outra característica das populações tradicionais que vivem em áreas naturais é a indivisibilidade como estratégia de permanência na terra, conforme explicam Carvalho e Schmitt (2012, p. 182):

[...] compreende uma territorialidade relativa a uma dinâmica de parentesco que se estende além do limite das ilhas [...] o conjunto de sítios aí existentes estava intimamente ligado a um outro conjunto de sítios existentes na margem oposta do canal estuarino, localizados na parte continental de Cananeia, na altura da Ilha da Casca (Bom Bicho, Retiro, Itapanhapima, entre outros). A essa dinâmica de parentesco subjaz o cálculo das possibilidades de uso do solo para a agricultura e do uso dos recursos da mata em geral, o qual define se os novos casais que se formam devem residir no sítios dos pais da noiva ou do noivo. Ou, ainda, se haverá a necessidade de se obter novas terras para os mesmos.

Ainda que tenha ocorrido um processo participativo e de empoderamento das comunidades tradicionais do PEIC, no final da década de 1990, as características da mobilidade territorial e indivisibilidade não foram consideradas quando da elaboração do Plano de Gestão Ambiental do Parque, elaborado em 1997, e posterior Plano de Manejo (SÃO PAULO, 2001). Por outro lado, o Plano garantiu a permanência dos moradores tradicionais, as autorizações para roças e extração de alguns produtos florestais, a manutenção das áreas de pesca artesanal e a implantação de atividades turísticas de base comunitária.

Independente das transformações ocorridas desde a criação do Parque há 51 anos, algumas dessas características culturais contribuem para o entendimento, por parte dos agentes governamentais e outros atores sociais, das relações entre os moradores das comunidades da Ilha do Cardoso e do Estuário. Não no sentido de buscar a reconstrução das territorialidades originais, mas certamente na formação de novas territorialidades e territórios de UCs.

2.2. REGISTROS DA OCUPAÇÃO NO PARQUE E NO MARUJÁ

As opiniões sobre o número de comunidades, famílias ou moradores que residiam na Ilha do Cardoso, antes da criação do PEIC, são controversas. Os estudos de Ana Lúcia Mendonça (2001), Crismere Gadelha (2008) e Maria Celina P. de Carvalho e Alessandra Schmitt (2012) são elucidativos para formar um quadro histórico, ainda que aproximado, dessa ocupação.

Carvalho e Schmitt (2012) registram que há 46 sítios de ocupação, alguns do tempo colonial e outros do império, sendo a grande maioria habitada até a década de 1960.

Por intermédio dos relatos e da bibliografia consultada, se considerarmos uma média de 5 famílias por sítio (MENDONÇA, 2001), estima-se que, antes da criação do Parque, moravam cerca de 500 famílias na Ilha do Cardoso.

Mendonça (2001) apresenta dados referentes ao número de habitantes em diversos sítios do PEIC entre 1974 e 1998, os quais atestam a diminuição do número de moradores em diversas localidades (nove localidades extintas no período amostral) e a permanência ou mesmo aumento populacional em algumas comunidades como o Marujá, Cambriú, Enseada da Baleia e Pontal do Leste (Figura 8).

Conforme o cadastro realizado pelo Instituto Florestal em 1998 (Mendonça, 2001), havia 146 residentes em Marujá, divididos em 44 famílias e 72 edificações. O Plano de Manejo do PEIC (SÃO PAULO, 2001) contabilizou 174 habitantes, 90,6% tradicionais. Em 2004, havia um total de 173 residentes no Marujá, sendo 12 não tradicionais e 161 tradicionais (BECCATO, 2004, p. 21).

Em estudo mais recente, referente a 2012, Carvalho e Schmitt (2012, p.87-92) identificaram 58 unidades familiares reconhecidas como caiçaras, totalizando 171 pessoas. Esses dados não incluem os veranistas, que ainda residem no Parque e que aguardam decisões judiciais referentes a demolições de edificações e a resolução de processos de desapropriação indireta.

Figura 8 - Habitantes por localidade no Parque Estadual da Ilha do Cardoso entre 1974 e 1998 (adaptado de MENDONÇA, 2001. Fontes: dados da PPI ref. a 1974; cadastros do PEIC ref. a 1991 e 1998; sem dados do Pontal do Leste e Enseada da Baleia ref. a 1974)

Não foi possível distinguir os dados censitários específicos do Marujá e das outras comunidades do Parque, o que nos impediu de realizar uma análise demográfica e socioeconômica específica da comunidade e comparativa no contexto regional. O Censo do IBGE agrupa o Marujá, o Ariri e outras comunidades da Ilha e do continente.

A maior parte dos ocupantes se concentra na parte norte da comunidade, segmentada por um trecho de floresta baixa de restinga de 1,5 km de extensão, com um agrupamento menor de famílias ao sul, denominados localmente como “Marujá de Cima” e “Marujá de Baixo”, respectivamente (Figura 9).

Figura 9 – Imagem de satélite de trecho sul do Parque Estadual da Ilha do Cardoso - Localidades do Marujá de Cima e de Baixo, que integram a comunidade do Marujá (Fonte: Bing Maps, 2013)

2.3. PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MARUJÁ

■ Marujá no tempo das roças, mutirões e fandangos

A comunidade do Marujá era chamada “Praia do Meio”. Conforme relata Ezequiel de Oliveira, o nome usual se relaciona ao loteamento que começou a ser implantado, em 1956, pela família Lippe, denominado “Parque Balneário Marujá”. Os registros oficiais mais antigos que citam os moradores da “Praia do Meio” datam de 1856, conforme o livro paroquial de terras de Cananeia⁶⁴ (CARVALHO E SCHMITT, 2012 p. 82).

Ezequiel Oliveira relata como seu avô chegou, proveniente do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, à Praia do Meio, após ter sobrevivido a uma grande enchente:

“... Em 1855, meu tataravô comprou uma gleba de terra aqui no Araçupeba, que fica perto do Ariri e do Varadouro. Eu descobri no laudo antropológico da Celina. Aí ele provavelmente veio para o Marujá em 1856, e daí por diante nós ficamos por aqui. O meu pai era do continente e minha mãe era daqui do Marujá” (E.O.).

A partir do estudo da genealogia da família de Ezequiel Rodrigues, conforme Carvalho e Schmitt (2012 p. 82), verificou-se a descendência de outras famílias do Ariri, do Camboriú, da praia da Lage (comunidade extinta), do litoral norte do Paraná, da Tapera da Lage (entre Marujá e a praia da Lage), de Ipanema (comunidade extinta) e de famílias externas ao Lagamar.

Algumas famílias do Marujá vieram de outras localidades da Ilha do Cardoso, como a família Xavier (sítio Cachoeirinha) e as famílias Mendes, Neves, Cubas e outras que povoavam a faixa oceânica entre Ipanema e Lage, desde meados do século XIX e há registro da migração de famílias inteiras para o Marujá em meados da década de 1960 (CARVALHO; SCHMITT, 2012).

A partir desses dados, fica clara a indissociabilidade do Marujá em relação a outras comunidades caiçaras do Lagamar. De acordo com informações obtidas dos moradores do Marujá, quando da execução dos mapas mentais de territorialidade, constateei quão se fazem presentes os laços familiares e de compadrio entre os

⁶⁴ Os registros de posses das paróquias locais começaram a ser feitos no Brasil após a Lei de Terras de 1850. Até então, a terra era considerada livre, o que motivou a expansão agrícola de pequeno porte. Conforme Silva (1996 p.81 apud BRITO, 2006, p.74), entre 1822, quando foram suspensas as concessões de sesmarias, e 1850, o período ficou conhecido como “a fase áurea do posseiro”.

moradores locais e de outras comunidades da Ilha do Cardoso, do continente e da Ilha do Superagui e Guaraqueçaba, ao norte do Paraná. Conforme registra Diegues ao se referir sobre os territórios caiçaras:

[...] O território caiçara, assim como outros territórios considerados tradicionais, tem sido descrito como um conjunto diversificado de formas comunitárias de apropriação de espaços e recursos naturais, baseadas no direito costumeiro, fundamentado em reciprocidades ligadas ao parentesco, compadrio e vizinhança (DIEGUES, 1996).

Os dados etnográficos levantados por Carvalho e Schmitt (op. cit.) reforçam os aspectos abordados sobre as dinâmicas territoriais referentes à necessidade de mudança – acentuada pela criação do Parque e pelas limitações impostas – e a busca de melhores condições de vida e de trabalho.

Até meados da década de 1960, predominava no Marujá a atividade de lavoura, enquanto que a pesca artesanal caracterizava-se como uma atividade complementar. O sistema das roças era feito por meio dos “mutirões” (um dia de trabalho) e “sapos” (meio dia de trabalho) e acabando com a oferta de um almoço ou jantar, e ao final dançavam o fandango⁶⁵.

Podemos denominar esse período como o “tempo das roças, mutirões e fandangos”. Conforme relatam Ezequiel de Oliveira e Salvador das Neves:

“... Tinha a roça de mandioca na restinga mesmo. Era um pouco de mandioca, feijão, batata doce, cará. E o arroz era plantado nos terrenos alagados no pé dos morros (E.O.).

“... Aqui antigamente era a mesma coisa da praia da Lage, mas era diferente por causa do transporte. Tinha um barco que entregava mercadoria no porto, e quando alguém adoecia, tinha transporte para Cananeia. Quando cheguei aqui e hoje estou aqui, graças a Deus, aqui estou no paraíso. (...) Nesse tempo que a gente tinha roça, a gente trabalhou com o pai da gente desde pequeno e a gente plantava de tudo e a gente não pagava um ao outro. O trocamento de serviço a gente trocava em fandango. Fazia festa. Se tinha uma roça para cavar amanhã a gente se juntava com a turma e falava que a gente ia no fulano de tal amanhã. Ali se reuniam todos e acabava sua roça. Aí no outro dia, ia se trabalhava pro Salvador pagava em fandango (...) o dia inteiro é

⁶⁵ Tradição cultural mantida por grupos musicais entre os estados de RJ, SP e PR.

mutirão, e meio dia chamava “sapo” (...) hoje em dia nem com dinheiro a pessoa não vai ajudar o outro” (Salvador das Neves).

De acordo com Mendonça (2001, p. 115), “cabia aos homens as tarefas pesadas da lavoura como a derrubada das árvores, a queima e a retirada dos galhos pesados. As mulheres, por sua vez, participavam tanto da semeadura, como da colheita e da limpeza mais leve”.

De acordo com Woortmann (1997, p.37):

[...] Em oposição ao do homem, o movimento da mulher dá-se de um espaço já domesticado por ele para outro espaço, a casa, núcleo simbólico da família. Se o homem é o controlador dos espaços produtivos externos à casa, cabe à mulher o governo da mesma.

Os filhos já acompanhavam seus pais e parentes na aprendizagem das atividades de plantio e colheita, pesca, caça e produção artesanal, bem como valores morais e práticas culturais da cultura caiçara (WOORTMANN, 1990).

Na Praia da Lage⁶⁶, havia condições mais propícias ao plantio e acesso mais difícil, fato que contribuiu para que muitas famílias se mudassem para o Marujá. De acordo com Mendonça (2001), ao analisar fotografias aéreas de 1962, constatou-se que havia intenso uso agrícola na Praia da Lage e condições mais favoráveis devido à “presença dos cordões arenosos que protegem os trechos mais interiorizados da maresia e dos ventos fortes, portanto mais longe do freático salino, favorecendo a plantação de mandioca” (MENDONÇA, op.cit.).

Conforme relata o Sr. Salvador das Neves, 73 anos, nascido no Marujá, mudou-se com a família para a Praia da Lage aos cinco anos de idade e retornou ao Marujá com quinze anos.

“... Tinha umas trinta famílias lá e todo mundo plantava arroz, feijão, milho, mandioca, cana, batata, taiá. Tinha criação de galinha e porco. A gente criou dois porcos só, mas não deu para criar, pois os porcos bebiam a mandicuera⁶⁷ (...) Voltei para o Marujá com 15 anos de idade, pois era muita dificuldade lá na Lage para a gente trazer o transporte de lá para cá dentro do rio de canoa a remo ou quando a gente adoecia e vir de lá para cá pelo costão” (Salvador das Neves).

⁶⁶ Do Marujá a praia da Lage é acessível pelo rio da Tapera, pelo morro da Tapera ou pelo costão rochoso.

⁶⁷ A água da mandioca que escorre quando é produzida a farinha de mandioca que, ao ser consumida, apresenta-se imprópria para consumo.

Ao visualizar os traçados retilíneos dos arruamentos do Marujá, torna-se difícil imaginar como deveria ser a ocupação antes do loteamento.

Provavelmente as antigas casas do Marujá guardavam semelhança com as habitações caiçaras que conheci no Vale do Ribeira. Em 1996 e 1997, visitei a comunidade Cachoeira do Guilherme, localizada no coração da Estação Ecológica Jureia-Itatins (hoje, Mosaico de UCs Jureia-Itatins), e me impressionei com a casa que pertencia ao Sr. Sátiro da Silva Tavares (*in memoriam*), importante liderança caiçara. Ao escutar o relato de Ezequiel de Oliveira sobre como eram as casas antigas do Marujá recordei, de imediato, da casa do Sr. Sátiro.

“... Até 60 as casas eram todas de madeira, só tinham duas casas de alvenaria. Eram de madeira cobertas de palha ... Eram casas mais ou menos grandes, normalmente tinha uma sala bem grande por causa do fandango, dos mutirões e tal... Na década de 80 foi quando a maioria começou a fazer as casas de alvenaria (...) As casas em geral tinham 4 a 5 cômodos, cozinha com fogão e o banheiro era fora” (E.O.).

Sobre o sistema de manejo de roças no Marujá, Ezequiel discorre:

“... A roça era feita em toda a restinga, pois era itinerante e deixava descansando (...) Aqui era queimada da capoeira, com dois, três metros de altura... Eram cinco, seis anos que ficava sem roçar e algumas roças eram replantadas (...) A recuperação na restinga é muito rápida. Tem mata aí que está com dois, três metros que eu fiz roça há pouco tempo, em 2009” (E.O.).

Segundo Mendonça (2001, p. 106), alguns moradores do Marujá abriam roças na outra margem do canal de Ararapira, tanto no trecho paulista como paranaense. Esta abertura de áreas de plantio está associada ao antigo sistema de manejo de roças e da própria territorialidade das comunidades da Ilha do Cardoso e do Estuário, onde os cultivos se estendiam por áreas agrícolas familiares e espaços de uso comum. Tal fato justifica a antiga reivindicação de uso da Ilha do Tumba, que resultou na criação da Resex da Ilha do Tumba, no processo de constituição do Mosaico de UCs de Jacupiranga.

Diante da dificuldade de obtenção de fotografias aéreas do setor sul da Ilha do Cardoso anteriores a 1962, não foi possível averiguar como era a configuração espacial das habitações e sistema de roças na restinga sul do Marujá. Pelos documentos consultados e depoimentos colhidos, verifica-se que, até meados da década de 1950,

havia poucas famílias residindo no local⁶⁸ e uma certa mobilidade de famílias, especialmente entre a praia da Lage, Marujá e Ariri (próximo ao Marujá, na margem oposta ao canal do Ararapira).

Conforme depoimento dos entrevistados mais antigos, na porção sul da comunidade, o plantio das roças era feito até a localidade do “Marujá de Baixo”, trecho de menor agrupamento de famílias, assim como na porção norte até a base do “Morro da Tapera”, compreendendo todo o trecho da restinga nesse segmento da Ilha do Cardoso e limitando-se com trechos de mangue na face do Estuário.

■ A Transição da agricultura para a pesca

Foi somente nas décadas de 1960 e 1970 que a pesca começa a predominar como atividade principal das populações caiçaras de Cananeia.

“... Tinha a roça de mandioca na restinga mesmo. Era um pouco de mandioca, feijão, batata doce, cará. E arroz era plantado nos terrenos alagados no pé dos morros (...) O meu pai era agricultor e depois virou pescador mais tarde. A pesca não era profissão até 1960, quando começou a ser vendido o produto da pesca in natura. Porque quando apareceu o gelo, haviam uns barcos que vinham comprar tainha. Aí o povo daqui começou a vender o peixe fresco. Até aí, o único peixe que era vendido salgado era a tainha. Era pescado no mês de junho e era salgado e vendido em cento, em embalagens de 50 taínhas amarradas. Era salgado e secado no sol, e daí era feito o fardo embarrigado, uma com a barriga da outra. E certamente era vendido para agricultores aí do Vale do Ribeira, a partir de Cananeia (...) Na década de 1960 que se começou a vender peixe fresco no mercado. Até aí, a atividade de pesca era só para consumo das famílias e quando eles faziam aqueles mutirões” (E.O.).

Essa transição de um sistema predominantemente agrícola para a pesca comercial foi descrita por Mourão (2003), que identificou a mudança de um regime de produção autônoma para a pesca motorizada (motor de centro nas canoas), introduzida por um grupo de catarinenses que trabalharam na região (sediados na Ilha do Bom Abrigo). Essa tecnologia, de baixo custo, possibilitou aos pescadores locais que pescassem mar afora, inovação essa que coincidiu com a crise da atividade agrícola

⁶⁸ A partir das entrevistas, não foi possível definir claramente a quantidade de famílias no Marujá. Há de se considerar as constantes mudanças de famílias, característica da mobilidade dessas populações no tempo que ainda realizavam o sistema tradicional de manejo dos mutirões.

(especialmente a queda do preço de arroz na região) determinando a passagem “de uma economia de troca para uma economia monetária” (MOURÃO, 2003, p. 25).

De acordo com Mourão, a “proibição do corte do palmito e da caxeta”⁶⁹ também contribuiu para o aumento da marginalização social e urbanização em Cananeia, denominado pelo autor como “reorganização social”. Ao abordar as práticas de extração predatória, o pesquisador comenta que “uma constante vem verificando-se ao longo do tempo: o recurso à coleta predatória como meio de sobrevivência sempre que alguma crise ocorre”, (MOURÃO, 2003, p. 66).

Entre 1960 e 1970, registra-se a urbanização da periferia da cidade e o decréscimo populacional de 13,1% em Cananeia (MOURÃO, op. cit.).

Ao analisar o uso da terra no PEIC, no período de 1962 a 1973, Mendonça (2001, p.144) registra que as roças abandonadas ou em pousio diminuem de 911 ha na carta de 1962 para 285 ha em 1973, enquanto as áreas em estágio inicial de regeneração (de 1135 ha para 1291 ha) e as em estágio médio e avançado aumentam significativamente (de 204 ha para 1022 ha). Mendonça constatou que entre 1973 e 1980 ocorreu o processo de recuperação florestal nas áreas de roça, sem incremento da área cultivada. Porém, apontou uma diminuição de 266 ha em áreas de floresta em estágio avançado, substituídas por roças, analisando o período amostral de 1962 a 1980, mais significativo na praia da Lage.

Esses dados, referendados pelas entrevistas, atestam que:

a) nem todos os moradores e famílias caiçaras se voltaram à atividade de pesca marítima ou no estuário. Em um contexto mais geral, a atividade agrícola foi drasticamente reduzida, mas em algumas localidades continuou até há poucos anos, como na Praia da Lage e no próprio Marujá;

b) as comunidades da restinga sul da Ilha do Cardoso foram as menos afetadas por essa transição econômica. Além dos fatores apontados neste capítulo, os moradores do Marujá começaram a se beneficiar da crescente atividade turística, apesar de sofrerem, também, os impactos adversos da chegada do turismo de segunda residência.

⁶⁹ Palmeira juçara (*Euterpe edulis*): conhecido regionalmente como juçara, jiçara ou palmeira juçara, das espécie que era predominante na Mata Atlântica; Caxeta (*Tabebuia cassinoides*), espécie característica das florestas de restinga, utilizada para produtos artesanais e até meados dos anos 1990 para a fabricação de lápis.

Com relação ao aumento das atividades predatórias no Ilha do Cardoso associadas à crise econômica, identifiquei no mestrado o processo de exclusão social no Vale do Ribeira (onde Cananeia está inserido), processo esse intensificado na década de 1980 pelo fortalecimento da política ambiental:

[...] Tais fatores acentuaram a crise econômica e sociocultural dos bairros rurais do Vale do Ribeira. Houve aumento do êxodo rural, da urbanização e da pressão sobre áreas naturais. Neste contexto, formam-se as redes clandestinas de atividades predatórias, como é o caso da extração clandestina do palmito juçara, o *Euterpe edulis* (MARINHO; ANGELO-FURLAN, 2007, p. 24).

■ O Loteamento “Parque Balneário Marujá – Ilha do Cardoso”

“... Começou quando dois herdeiros, dois irmãos do meu avô venderam a parte deles para o compadre Roberto Rodrigo, em 53, e aí esse Roberto Rodrigo vendeu para essa família Lippe que começaram a lotear. (...) Eles fizeram o primeiro loteamento próximo à pousada do Beto e venderam bastante, daí obtiveram o registro do loteamento e para cá não conseguiram o registro porque tinham moradores” (E.O.).

Em 1956, a família Lippe começa a implantar um grande loteamento no Marujá, com vendas feitas pela Companhia Imobiliária Três Coroas Ltda.⁷⁰, com sede na capital. As dificuldades de acesso a Cananeia (doze horas de viagem a partir de São Paulo) e o sistema de vendas dificultaram a implantação do loteamento.

A Figuras 10 e 11 apresentam uma cópia do folheto de divulgação do empreendimento e fotos dos mapas do loteamento, divididas em dois segmentos⁷¹. Analisando estes documentos, é possível inferir a magnitude dos impactos em Marujá, caso o empreendimento fosse instalado. Com a retirada da vegetação na Restinga, considerando o terreno arenoso (sedimentos arenosos inconsolidados), e a ação dos fluxos de maré, instalar-se-ia o processo de erosão regressiva das falésias.

⁷⁰ Conforme Parada (2001, p. 33), o loteamento foi registrado na Comarca de Cananeia sob o nome Sociedade Imobiliária e Urbanística Três Coroas Ltda., em conformidade com a Lei nº56 e Decreto nº 3079, com mais de 60 ha de área.

⁷¹ Fotograma montado a partir de mapas encontrados por um dos moradores do Marujá na casa do veranista e ex-deputado estadual Eduardo Melão, demolida há alguns anos por ação judicial.

Se o assoreamento de canais ocorresse, assim como aterramento de manguezais contíguos, o sistema de circulação subsuperficial da Restinga ficaria comprometido por conta do adensamento urbano e das alterações do solo, com consequente efeito de borda sobre a vegetação da restinga. Diante da alta fragilidade e da dinâmica geoambiental do Lagamar, os impactos do empreendimento seriam irreversíveis.

Figura 10 - Mapas do Loteamento “Parque Balneário Marujá I e II – Companhia Imobiliária Três Coroas Ltda. (Foto e montagem: Maurício Marinho)

Conforme relato de Ezequiel de Oliveira, na fase inicial de implantação do loteamento, não havia, ainda, um conflito com os moradores de Marujá. O dono do empreendimento, Hugo Lippe, obteve o registro de parte do loteamento, na porção sul do Marujá, mas não conseguiu o registro do trecho de ocupação pelos moradores mais antigos e também não impedia o cultivo de roças, dos moradores tradicionais, nas áreas por ele adquiridas. Como visto, os lotes foram vendidos inicialmente para pessoas de baixa renda da capital paulista. De acordo com Parada (2001, p. 33), “com a decretação do Parque, os compradores que não possuíam recibo de quitação deixaram de pagar, mas algumas pessoas já haviam construído casas no Marujá [...] 28% das 85 edificações no Marujá pertencem aos veranistas”.

As casas dos moradores tradicionais, que eram de madeira, passaram, gradativamente, a ser construídas em alvenaria. Alguns veranistas chegaram a doar telhas para os moradores (MENDONÇA, 2001, p. 133), fato ligado diretamente com o processo de chegada dessa modalidade de turismo de segunda residência, responsável por trazer novos valores à comunidade a partir da contratação de caseiro, serviços associados à construção civil e a outras atividades, em geral subempregos.

Figura 11 - Folheto de Divulgação do loteamento “Parque Balneário Marujá”, um empreendimento da Companhia Três Coroas Ltda. (Fonte: extraído de GADELHA, 2008, p. 39)

O projeto do loteamento, com a abertura de ruas e lotes, consolidou a ocupação da comunidade do Marujá em um novo padrão, como bem expressou Crismere Gadelha:

[...] O traçado das ruas e casas praticamente respeita as linhas de um antigo loteamento em Marujá. Desta forma, há duas "ruas" em linha reta, no sentido do comprimento da restinga, cortadas por várias outras "ruas" menores que

ligam o canal à praia. As ruas são os caminhos por onde moradores e visitantes percorrem Marujá. Por demais batidas por tantos pés, elas já não possuem mais nenhuma gramínea e, por isso mesmo, destacam-se da vegetação lateral pela intensidade branca de sua areia. As ruas menores são muitas, seguindo-as todas levam o visitante até a praia. A cada duas ou três casas mais ou menos, ou melhor, a cada quarteirão do traçado do loteamento, há uma destas ruas, que raramente passa rente a uma construção, pois elas estão de uma forma geral, ladeadas pela vegetação da restinga (GADELHA, 2008, p.38).

A partir da década de 1970, houve algumas tentativas de retomada do loteamento e de ampliação da ocupação por veranistas, e abrangeu o projeto de construção de uma rede elétrica passando pelo Marujá e diversas outras localidades e aprovação de um projeto de lei na Câmara Municipal de Cananeia para transformação de Marujá e de toda a restinga sul do Parque em zona de expansão urbana, indeferido por questionamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Também ocorreu nova tentativa de expropriação, por parte da Marinha do Brasil, e de transferência da Ilha do Cardoso a partir da prerrogativa de tratar-se de um bem da União.

Esses conflitos, superados a partir da atuação conjunta dos moradores, dos agentes governamentais e de outros atores sociais, caso fossem consumados, mudariam radicalmente a história recente da comunidade. Os processos expropriatórios, advindos da atuação da Marinha ou de especuladores imobiliários e proprietários de lotes, tanto no Marujá como na comunidade do Pereirinha (ao norte do PEIC), seriam intensificados. Como resultado provável dessas intervenções e outras medidas previstas (estradas e redes elétricas), seria intensificada a desterritorialização das famílias e comunidades da Ilha, com mudanças irreversíveis sobre o modo de vida das populações tradicionais da Ilha do Cardoso.

2.4. VISÃO COLETIVA DA TERRITORIALIDADE DO MARUJÁ

Para Roberto Lobato Corrêa, “em geografia, a territorialidade pode ser entendida como determinadas práticas expressas material e simbolicamente, em um dado território, por um determinado grupo social” (CORRÊA, 1994, p. 252) e incorpora “uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais” (HAESBAERT, 2004, p.22).

O antropólogo Paul Litte apresenta a seguinte reflexão sobre o tema:

[...] Outro aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades

socioculturais. No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia [...] definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território (LITTE, 2002, p.4).

De fato, ao registrarmos os principais fatores que interferiram sobre as populações da Ilha do Cardoso, atestamos a complexidade das variáveis que interagiram, na escala de tempo e espaço, e que definiram as atuais territorialidades dessas populações, onde os processos de territorialização eram mais dinâmicos.

A representação das territorialidade da comunidade do Marujá, por meio de técnicas de cartografia social (mapa mental), representa uma primeira aproximação, tendo em vista a interface com outras comunidades e as APs, por meio dos espaços de uso comum e compartilhados.

Aqui não aparecem as contradições internas, de indivíduos, de famílias ou as interfaces geográficas com outras comunidades, e com outras territorialidades. Evidencia-se a representação coletiva, e o mapeamento enriquece o debate em torno da permanência na Ilha, presente no planejamento comunitário (Plano de Manejo do Marujá), e na pauta da revisão do Plano de Manejo do PEIC e definição recente do Mosaico do Jacupiranga, o que implica, também, na reconstrução dos territórios das UCs.

A territorialidade do Marujá, sob a ótica de seus moradores, é apresentada em duas dimensões: uma interna, que compreende o núcleo de ocupação da comunidade afetado pelo PEIC em 1962; e uma externa, que abrange as áreas de pesca nos canais do Estuário (cercos, pesca de irico, redes), as atividades de extrativismo e manejo nos manguezais e os roteiros de visitaço do Parque e em outras ilhas (Ex. Ilha do Tumba no esturio e Ilha do Bom Abrigo no mar).

Conforme os procedimentos adotados para a cartografia social, foram produzidos dois mapas mentais (Figuras 11 e 13), e posteriormente, as informaes foram transpostas e complementadas para bases georreferenciadas, resultando na produo de mapas da Territorialidade do Maruj, Mapas 2 e 3.

■ Mapa da Territorialidade do Marujá - Ocupação Atual

Conforme apresentado na Figura 11, o mapa mental foi representado por um grupo de jovens da comunidade. O mapa representa as casas e os pontos de comércio dos moradores tradicionais, as áreas de camping; a escola; a igreja; as casas de veranistas e as áreas de recuperação florestal (correspondentes às casas demolidas de veranistas); os principais caminhos de circulação; os piers (atracadouros de embarcações) e galpões de pesca e apoio; os equipamentos de apoio comunitário e ao turismo; as áreas de lazer; a faixa de restinga; os cordões arenosos (formação natural periodicamente alagada); a praia e, por fim, o canal.

Ao interpretarmos o mapa, notamos um pequeno trecho que divide o “Marujá de Cima” e o “Marujá de Baixo”, apesar de separadas por um trecho de 1,5 km de caminhada por vegetação de restinga. A representação é rica em detalhes e distingue, claramente, as edificações que pertencem aos moradores tradicionais e às que pertencem aos veranistas.

As informações do desenho original foram transpostas visualmente para uma base georreferenciada, com a localização das edificações e das instalações a partir de imagem aérea de alta resolução (Mapa 2). A comparação desses dados – mapa mental e da imagem aérea – constatou que, mesmo sem escala de representação dos fenômenos, o mapa mental possui informações detalhadas. Tal fato corrobora que é possível realizar, futuramente, um trabalho de mapeamento digital, com dados georreferenciados, o que aumentaria a precisão e o detalhamento de informações passíveis de representação cartográfica.

Ao delimitar a comunidade do Marujá e uma seção que compreende os limites do Canal de Ararapira, o mar e o acréscimo de uma faixa de 200 metros nos trechos laterais da comunidade, verifica-se que a área de ocupação (abrangendo os quintais e bosques comunitários, 12,04%) soma um total que corresponde a 17,57% de áreas de ocupação antrópica (Tabela 5 e Figura 13), representando 1,37% do território do Parque.

O Marujá e as demais comunidades que vivem no PEIC estão contidos e delimitados por diversas UCs. Se considerarmos os espaços já antropizados e a perspectiva de demolições das edificações de veranistas, seria possível, além de recomendável, realizar a construção de novas habitações, uma reivindicação antiga da comunidade que atenderia à atual demanda de moradia (apenas oito casas).

Figura 12 – Mapa Mental da Territorialidade do Marujá – Ocupação Atual. Elaborado por jovens da comunidade em ago.2013 (organizado por Maurício A. Marinho)

Tabela 5 – Ambientes naturais e uso da terra correspondentes ao trecho do PEIC, definido nos estudos como área de ocupação do Marujá (dimensão interna da territorialidade)

Ambientes naturais e uso da terra	Área (em ha)	%
Vegetação de restinga entre cordões	14,59	7,06
Vegetação de restinga sobre cordões	8,78	4,25
Vegetação de restinga	117,37	56,78
Manguezal	1,28	0,62
Praia arenosa	28,37	13,72
Áreas abertas (solo exposto, vegetação herbácea e arbustiva)	11,01	5,33
Áreas em recuperação (casas demolidas)	0,12	0,06
Áreas de recreação e lazer	0,30	0,15
Quintais e bosques comunitários	24,89	12,04
Total	206,71	100

Figura 13 - Áreas de ocupação no Marujá (em azul) e vegetação nativa/praias (em verde), em hectare. Fonte: Mapa da Territorialidade do Marujá – Ocupação Atual (Mapa 2)

Por sua vez, as áreas de recuperação das casas de veranistas já demolidas, representadas nos mapas, correspondem a 0,06% da seção definida para estudo e poderiam ser reaproveitadas para tais construções que há anos aguardam aprovação. Existem diversas áreas livres e em recuperação na área delimitada pelos bosques comunitários, as quais desempenham a função de amortecimento em relação às florestas de restinga.

No “Plano de Manejo do Marujá”, projeto conduzido pela AMOMAR, a comunidade poderia propor estudos arquitetônicos, paisagísticos e de manejo agroecológico (com técnicas de plantio tradicional e sistemas agroflorestais) referentes à área de ocupação no Parque. Este projeto somar-se-ia às iniciativas da comunidade referentes aos pontos críticos de saneamento ambiental, ao fornecimento da rede elétrica e a outras intervenções propostas no Plano, idealizadas a partir de tecnologias eficientes e de baixo impacto ambiental.

■ **Mapa da Territorialidade do Marujá – Áreas de gestão comunitária e compartilhada**

Elaborado pelos moradores adultos, este mapa, Figura 14, representa as áreas de pesca no “mar grosso” (oceano) e no canal, inclusive as pescas de cerco, de rede e de irico (espécime de manjuba pequena); as áreas com presença de peixes onde é proibida a pesca (correspondentes às ilhotas e ao raio de 1 km da EEC Tupiniquins); e os roteiros e trilhas de visitação no Parque, orientados por monitores ambientais que atuam na comunidade (grupo de monitores do Marujá, outras demais comunidades e de Cananeia sob orientação da AMOMAR). Não foram representadas neste mapa as áreas de roças e de manejo florestal extrativista, que incluem áreas vizinhas à ocupação atual (projetos para retomada de roças de mandioca) e áreas interiorizadas do PEIC e da RESEX da Ilha do Tumba, que fornecem ou pretendem suprir os produtos florestais necessários à confecção de cerco, cestos para cozimento do irico, dentre outros utensílios de uso tradicional.

Destaca-se a riqueza dos detalhes representados: O PEIC e seu entorno, os rios, a determinação dos cercos no Canal e redes no mar que têm uma limitação ao norte e ao sul, mas sem uma limitação mar adentro ou no trecho do continente. Todas as atividades realizadas, representadas no mapa, são de conhecimento dos órgãos gestores das APs, inclusive as áreas autorizadas ou não para pesca e UCs (Parque, RESEX, Ilha do Tumba, APA Cananeia-Iguape-Peruíbe e APA Marinha Litoral Sul).

Da mesma forma que o mapa anterior (Mapa 2), denota-se a necessidade de aprofundamento da cartografia social através de levantamentos de campo e plotagem de pontos de pesca fixa, tais como os cercos e as áreas de pesca de rede, mapeamento de trilhas, mapeamento de áreas solicitadas para reabertura de pequenas roças, áreas de extrativismo e manejo florestal.

Na dimensão externa (Mapa 3), estão representados os espaços geográficos de manejo tradicional (espaços e recursos de uso comum), além das atividades compartilhadas com o Parque, a exemplo dos roteiros de visitação orientados pela comunidade, que agregam serviços, em cooperação com agentes/monitores de outras comunidades e da cidade de Cananeia.

Assim sendo, possibilidades de reterritorialização se abrem ao Marujá e às demais comunidades, a partir da revisão dos regulamentos de manejo e da proteção da zona marítima da APA Marinha do Litoral Sul e a perspectiva de manejo florestal e agrícola na RESEX da Ilha do Tumba (em conjunto com a comunidade do Ariri), além da própria revisão dos planos de manejo da APA Cananeia-Iguape-Peruíbe (trecho do Canal do Ararapira) o PEIC, que inclui a discussão de possível recategorização do Parque para provável RDS.

Os mapas da Territorialidade elaborados são elucidativos dessas possibilidades de reterritorialização, tanto do Marujá como das outras comunidades tradicionais, e demonstram a possibilidade de estabelecimento de pactos em torno de um território tradicional sobreposto pelas APs, tanto na área de ocupação atual como nos espaços de uso comum às comunidades tradicionais desta porção do Lagamar.

CAPÍTULO 3

ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO MARUJÁ E ARRANJOS DE GOVERNANÇA

CAPÍTULO 3

ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO MARUJÁ E ARRANJOS DE GOVERNANÇA

Em 1993, os moradores do Marujá deram início à elaboração do “Plano de Gestão Comunitária”, como relata Ezequiel de Oliveira:

“... Nós fizemos um plano de gestão comunitária em 93. Nós organizamos tudo o que podia, o que não podia, de acordo com a linha de raciocínio da cultura nossa. O Plano surgiu porque estava degradingolando... Os comunitários estavam construindo quartos, e eu tinha uma visão de distribuição de renda olhando para a comunidade como um todo. E tinha uns dois ou três que estavam construindo alojamento, alojamento... E não tinha fiscalização” (E.O.).

Recordo-me quando estive no Marujá, em 1998-89, quando Ezequiel me falou sobre o “princípio de socialização de recursos”, uma forma que designava o acordo de redistribuição de renda na comunidade, um princípio de viés socialista e similar ao que encontrei na comunidade do Guapiruvu (em Sete Barras e Eldorado), naquele caso, um contexto socioterritorial mais complexo e de embate entre uma visão de economia solidária de base agroecológica em confronto com uma economia mercantil em um sistema agrícola convencional (BELLINI; MARINHO, 2009).

De acordo o Sr. Ezequiel, houve, inicialmente, resistência e tentativas de manipulação por parte dos moradores, que ampliavam suas casas e áreas para recebimento de turistas. Mas depois, aceitaram os acordos em assembleias (ver item Ecoturismo de Base Comunitária no Marujá: Um projeto demonstrativo).

O turismo começou a crescer a partir da década de 1980, e os problemas na comunidade estavam cada vez mais críticos. Havia falta de saneamento e de controle dos visitantes na alta temporada do turismo (verão). O problema da distribuição de renda na comunidade se agravava. Somente alguns se beneficiavam com a atividade do turismo. E a pesca, então o principal sustento da comunidade, se tornava cada vez mais escassa e menos rentável⁷².

Naquele momento, não havia uma associação formal do Marujá, o que não impedia a organização comunitária. Inicialmente, o plano não foi formalizado, mas

⁷² “A queda de produção e produtividade na pesca extrativa é acompanhada do aumento na pressão sobre os estoques pesqueiros, gerando situações de sobrepesca e mesmo colapso nas pescarias” (CARDOSO, 2001, p.32).

todos os acordos eram de pleno conhecimento dos moradores da comunidade, coerente com a tradição de oralidade, e de grande parte das populações tradicionais em áreas rurais.

Retomando o depoimento de Ezequiel:

“... Esse plano que a gente colocou tinha o manejo florestal nas fossas que a gente fazia, a pesca e a construção de moradia para os novos moradores, a construção de quartos para quem não tinha. E foi vetada a construção de alojamento para quem tinha cinco ou mais quartos de aluguel. E aí, os caras que estavam vendo o turismo chegar e querendo disseminar o alojamento a bel prazer. Ficaram rangendo os dentes, fizeram pressão e tal, mas acabaram perdendo essa queda de braço” (E.O.).

Esses acordos foram fundamentais para conter o processo de adensamento urbano e minimizar os impactos ambientais, socioculturais e econômicos resultantes do um crescimento desordenado que ocorria na comunidade. Esse Plano foi elaborado mediante a revisão de direitos costumeiros e a integração das novas regras de ordenamento para a ampliação das habitações, áreas de camping e pequenos comércios voltados ao atendimento de visitantes. E foi construído mediante longo processo de fortalecimento de lideranças locais e de aprendizagem social, contando com a cooperação e o respaldo de agentes individuais e de organizações externas.

Desde a década de 1970, Ezequiel de Oliveira começava a consolidar uma opinião acerca dos impactos resultantes do turismo desordenado. Em 1978, teve a oportunidade de conhecer, junto com Fausto Pires⁷³, as comunidades caiçaras de Trindade e Picinguaba, localizadas nos trechos de costa ao sul de Parati e norte de Ubatuba. Na ocasião, Ezequiel ficou assustado com o processo de especulação imobiliária, que resultava na expulsão dos moradores caiçaras ou na geração de trabalhos subalternos relacionados ao turismo naquela comunidade. Alguns pescadores haviam abandonado a atividade de pesca para trabalharem como caseiros e outros serviços.

⁷³ Fausto Pires é biólogo e fotógrafo da natureza e reconhecido ambientalista. Foi um dos coordenadores do Grupo da Terra, criado para defender posseiros em áreas de conflito, no âmbito da SUDELPA, agência de desenvolvimento que teve forte atuação no Vale do Ribeira e Litoral Sul entre as décadas de 1970 e 1980 e atualmente coordena projetos de conservação de APs marinhas.

Já em 1975, Ezequiel promovia reuniões nas comunidades da Ilha, apoiando o padre João 30⁷⁴, que foi vigário geral de Cananeia e atuou por mais de trinta anos na defesa dos moradores da Ilha do Cardoso e comunidades rurais do município. Com o tempo, outras pessoas começaram a apoiar as ações no Marujá e outras comunidades.

“... O Marujá sempre reagiu e tinha o Padre João 30 como aliado e também o Vassimon. E as outras comunidades iam meio a reboque do Marujá, mas não tinha muita organização (...) Era complicado até mesmo na questão do turismo, e eu sofri bastante porque eu visitava esses lugares e era bastante mobilizado, mas o resto dos moradores não queriam saber de nada, e havia muitas dificuldades para reunir o pessoal (...) Aí eu comecei a participar da igreja, e tinha os encontros comunitários e a Teologia da Libertação com os momentos comunitários, isso a partir de 75, 76 (...) E eu comecei a usar essa estrutura de igreja para colocar essas preocupações (...) Mas com isso, comecei a afastar os fiéis da igreja porque era uma coisa chata, né (...) “Pois nós vínhamos aqui para rezar, e o cara fica falando sobre os problemas da comunidade!” (...) O padre João 30 tinha esse vínculo com a Teologia da Libertação e com a questão ambiental e social, da igreja progressista” (E.O.).

Ezequiel fala de sua trajetória de vida, auxiliando-nos a compreender sua atuação política em Marujá e em outras comunidades da Ilha do Cardoso.

“... Minha atividade era pesca e agricultura na juventude. Depois que casei, fiquei mais na pesca até 1975 e depois voltei a fazer alguma coisa de agricultura e daí, a partir de final de 70, comecei a mexer com o turismo (...) Em 80, aconteceu um projeto de saúde no Vale do Ribeira. A ideia era criar agentes de saúde na própria comunidade. Eu fui contratado como auxiliar de saúde, mas fomos muito bem treinados. Dezenove agentes treinados para resolver o problema de saúde da comunidade o máximo que pudéssemos (...) A gente tratava 85% dos problemas de saúde e resolvia aqui, e o que não conseguia a gente encaminhava (...) Eu trabalhava em toda essa área do Ariri, Varadouro, Marujá, Enseada da Baleia, Pontal, Barra do Ararapira, Foles e Cambriú, e trabalhava muito com a saúde preventiva. Então, nas reuniões com mães, fazia a orientação da higiene e saúde, a questão sanitária, a

⁷⁴ “Jan Van Der Heijden, conhecido como Padre João 30, foi vigário da igreja de São João Batista de Cananeia por trinta anos” (Chiquinho, 2007). Foi um dos principais defensores dos moradores da Ilha do Cardoso, quando da intensificação de conflitos com o Parque. Participou ativamente do Conselho Consultivo no PEIC e apoiou a construção de políticas públicas de Cananeia, vindo a falecer em 2008. Tive a oportunidade de conhecê-lo, uma pessoa emblemática e completamente dedicada aos direitos dos cidadãos das áreas rurais.

questão ambiental. Por que a gente entendia que, trabalhando o preventivo, a gente resolvia o problema de saúde mesmo” (E.O.).

Certamente outros moradores foram determinantes para a organização comunitária do Marujá, o que nos leva a identificar a necessidade de aprofundamento de estudos relacionados ao papel das lideranças comunitárias, tanto na dimensão das famílias, como nas dimensões política, das representações em diferentes fóruns de participação da comunidade e do reconhecimento de agentes externos como técnicos, gestores, pesquisadores e moradores de outras comunidades, parceiros e opositores ao processo de organização comunitária.

O estudo feito por Carmem Lúcia Rodrigues ilumina essa questão quando trata da “noção de liderança no universo caiçara”, referindo-se justamente ao Marujá.

[...] quando passei um período mais longo naquela comunidade, percebi que, do ponto de vista dos outros moradores, por mais que tal pessoa tivesse papel importante, como porta-voz das comunidades caiçaras em inúmeros fóruns de [...] no local, sua distinção e prestígio igualavam-se, por exemplo a um outro caiçara sênior que tinha um conhecimento excepcional sobre a arte da pescaria. Assim sendo, o exímio pescador e aquele que haviam me indicado como a mais expressiva liderança local seriam, ambos, igualmente representativos como porta-vozes caiçara, sob a ótica dos moradores daquela comunidade (RODRIGUES, 2001, p. 219).

3.1. ENFRENTAMENTO DE CONFLITOS E ATUAÇÃO DE AGENTES INDIVIDUAIS

Até a efetivação do “Plano Comunitário do Marujá”, ocorreram conflitos em todas as comunidades envolvidas pelo PEIC. Os episódios registrados e sistematizados na Tabela 6 atestam a importância exercida pela comunidade do Marujá para a reversão desses conflitos através de ações de indivíduos respaldadas por uma rede de colaboradores envolvendo agentes de organizações religiosas, do Estado (funcionários, técnicos, gestores do Parque e dirigentes), da classe política, e de pesquisadores.

Mais uma vez, destaca-se o protagonismo de Ezequiel de Oliveira e do Padre João 30, que desempenharam um papel estratégico de articulação com colaboradores e reversão desses conflitos.

Tabela 6 - Conflitos instaurados entre agentes externos e as comunidades envolvidas pelo Parque Estadual da Ilha do Cardoso, entre 1977 e 2000

Ano	Conflito e contexto político	Estratégia de resolução
1977	<p>Tentativa da Marinha Brasileira de se apropriar da Ilha, para realização de projeto militar (rumores de construção de uma usina nuclear).</p> <p>“... Queriam que os moradores assinassem um laudêmio⁽¹⁾ reconhecendo a Marinha como dona” (E.O.)⁽²⁾</p> <p>Regime militar - Presidente Ernesto Geisel ou João Figueiredo⁽³⁾.</p>	<p>Mobilização das comunidades (Ezequiel) e articulação com agentes externos (Padre João 30).</p> <p>Assembleia em Cananeia (Salão Paroquial), com presença de mais de 50 moradores da Ilha, participação da Comissão de justiça e Paz e de três deputados (incluindo Rubens Lara), causando o recuo dos representantes da Marinha.</p> <p>“... fomos para Cananeia, mas impedimos que os pescadores fossem até a sede da Colônia, que estava sob intervenção da SUDEPE, e preparamos o Salão Paroquial local para a audiência” (E.O.).</p>
1981	<p>Tentativa de implantação de rede elétrica da CESP, do Ariri até o Núcleo Perequê (do Ariri passando por Marujá, Praia da Lage, Foles, Itacuruçá), por donos de loteamento e veranistas influentes.</p> <p>Pretexto de fornecimento de energia para o CEPARNIC⁽⁴⁾.</p> <p>Regime militar - Governo Maluf (SP).</p>	<p>Contato de Ezequiel de Oliveira com a equipe da Secretaria de Agricultura e Abastecimento que cuidavam do Parque (CEPARNIC).</p> <p>“... mostrei que tinha segundas intenções, pois se eles pegassem a eletrificação a partir de Cananeia, em rede submarina, era muito perto, uns 3 a 4 km, e do Ariri eram mais de 30 km por cima da Serra, e iriam fazer uma avenida dentro do Parque (...) Tudo isso escrito e mostrado com desenho, e essa moça levou e colocou na mesa do Paulo Nogueira Neto⁽⁵⁾, secretário da SEMA, que era o único cara ambientalista que a gente sabia daquele tempo que arrebitou o esquema deles” (E.O.).</p>
1982	<p>Tentativa da União de se apropriar do PEIC, justificativa da Ilha ser bem da União.</p> <p>“... a União disse que ia retomar o Parque, ia tirar da mão do Franco Montoro exatamente porque ele era, para aquele momento, bastante democrático (...) Disseram que o patrimônio é da União, então o Parque é nosso, e se alguém se achar de direito, que reivindique e faça pressão.</p> <p>Abertura Democrática - Governo Franco Montoro</p>	<p>Apoio da comunidade ao Estado, por meio da aliança com o PEIC.</p> <p>“... E no bojo do governo Montoro, tinha o Instituto Florestal que era bem fiscalizador, da linha dura, e o Instituto de Pesca, que tinha bastante atividade social (...) E daí tinha uma pessoa que virou meu compadre, o Vassimon, e tinha uma ala do Montoro lá bastante sensível aos pescadores e moradores tradicionais (...) Então, o Estado entrou na justiça, e nós entramos muito fortemente em favor do Estado na manutenção do Parque Estadual.” (E.O.).</p>
2000	<p>Aprovação de projeto de lei municipal para expansão urbana (restinga sul, do Marujá até o Pontal do Leste), a partir da pressão de proprietários de lotes no PEIC.</p> <p>“... A mão da especulação de alto nível tentando ampliar suas atividades. O Eduardo Melão, junto com André Bier, Guilherme Padilha e o Celso Pita, doaram ambulância e carro para a prefeitura e fizeram a cabeça da prefeita Marioca, e os vereadores votaram por unanimidade a favor desse projeto de lei” (E.O.),</p>	<p>Contato telefônico com o Fábio Feldman, Secretário do Meio Ambiente de São Paulo, que entrou com recurso, e a lei foi suspensa, uma vez que a área objeto da lei é Parque Estadual, sob administração estadual.</p>

Observações complementares:

(1) Laudêmio é um direito pertencente à União (Brasil), quando da transferência dos direitos de ocupação ou foro de imóvel localizado em propriedades desta, como os chamados terrenos de marinha. (Fonte:

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Laud%C3%AAmio>>).

(2) E.O.: Abreviação de Ezequiel de Oliveira.

(3) Citação para 1979, conforme o portal <<http://nomeiodopovo.blogspot.com.br/2011/06/usina-nuclear-em-cananeia-na-ilha-do.html>>.

(4) Centro de Pesquisas Aplicadas de Recursos Naturais da Ilha do Cardoso, projeto iniciado em 1971 (como uma das medidas, possivelmente para inibir movimentos de guerrilha no Vale do Ribeira, concluído em 1978, sob administração da Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo (Mendonça, 2001, p.66-72).

(5) Paulo Nogueira Neto, engenheiro agrônomo e um dos maiores ambientalistas do país. Foi o primeiro secretário da SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente, principal órgão federal antes da criação do Ministério do Meio Ambiente.

Anteriormente ao primeiro episódio de conflito, o Instituto Florestal elaborou, em 1974, o primeiro plano de manejo do PEIC, que teve seu mérito de “salvaguarda legal contra a tentativa de exploração das florestas da Ilha do Cardoso”. Caso implantadas algumas propostas, “certamente causariam impactos irreversíveis aos ecossistemas. Exemplo disso seria a proposta de abertura de uma estrada na área de planície costeira, indo do Pereirinha até a Praia do Ipanema, e outra do Morro da Tapera, ligando a praia do Marujá à Praia da Lage, e dispondo de transporte público para turistas” (Mendonça, 2001, p 74).

Caso o primeiro Plano de Manejo do PEIC fosse implantado, certamente traria modificações irreversíveis às comunidades remanescentes e aos frágeis ambientes costeiros e interiorizados da Ilha, um impacto de maior magnitude do que nova tentativa da CESP da instalação da rede elétrica, somente seis anos depois.

Além das pessoas citadas que apoiaram Marujá, entre as décadas de 1970 e 1980, Ezequiel relembra:

“... O Diegues foi contratado pela SUDELPA para fazer pesquisa junto aos pescadores. Foi quando eu o conheci em 79, mais ou menos. Ele [Diegues] era superamigo do Renato Sales. O Renato era antropólogo, e eles trabalhavam muito juntos (...) Tirando a igreja com o João 30, teve o Vassimon, que era da Secretaria da Agricultura. No início, com a Judith Cortesão, nós fizemos um curso aqui em 86 sobre tecnologia e cultura caíçara, também para mostrar uma cara da comunidade tradicional (...) Vários trabalhos, com a Cármen Lúcia, a Viviane da Silva, a Ana Lúcia Mendonça e a Rita Mendonça (...) Foram vários pesquisadores que elaboraram documentos junto conosco” (E.O.).

De acordo com Eduardo Caldas (2007, p. 26):

[...] São os atores individuais que operam a política, condicionados, é bem verdade, por constrangimentos de toda ordem (legal, social e político), mas também por concepções de mundo e por ideias. E são as instituições, elementos constitutivos do Estado, construídas e constrangedoras dos atores que as constroem.

O enfrentamento desses conflitos relatados e a constante pressão imobiliária foram determinantes para a aproximação gradual dos moradores do Marujá ao Parque.

3.2. INSERÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DO MARUJÁ NA AGENDA GOVERNAMENTAL

O Plano de Manejo Comunitário do Marujá serviria como base de negociação com o Parque/Estado, em momento favorável, que se efetivou com o Plano de Gestão Ambiental do PEIC⁷⁵ (Ver capítulo 4).

Conforme Kingdom (1995), a introdução de determinado item na “agenda do governo” depende de dois fatores fundamentais: a atuação do “empreendedor de políticas públicas” e a definição de uma “janela de oportunidade”.

A “janela de oportunidade”, nesse caso, definia-se pelo Plano de Gestão Ambiental do PEIC, canal de diálogo que favoreceu o posicionamento de representantes do Marujá para que fossem discutidos direitos de moradia, atividades de agricultura e pesca, ordenamento da visitação e outros acordos que já constavam do Plano de Gestão do Marujá (de 1983), e que foram legitimados pelo Conselho de Apoio à Gestão do Parque do PEIC e seu Plano de Manejo, aprovado em 2011 (SÃO PAULO, 2011).

“... O plano tinha aceitação absoluta da unidade de conservação dentro desse padrão da atividade cultural caiçara (...) A gente aceitava, apoiava e se aliava ao Parque, desde que fosse deliberado todo o processo e permitido área pra roça (...) Na linha de raciocínio nossa, que era a atividade caiçara da forma como nós fazíamos a 100, 200 anos. A área de terra estava aí, nós ocupávamos onde achávamos melhor, dentro daquele modelo tradicional caiçara de roça itinerante (...) Aí isso quando teve a primeira discussão do Plano de Gestão em 97, nós levaremos, porque lá no Perequê teve várias reuniões para discutir só fiscalização, para discutir pesquisa, o dia da pesca do morador tradicional (...) Nós participamos dessas reuniões e levamos o Plano do Marujá e entregamos para o Claudio Maretti, que era coordenador da Assembleia do dia, e ele a aceitou integralmente, e foi inserida no plano oficial” (E.O.).

É importante destacar que o Plano de Gestão do Marujá não se referia a um documento formal, mas a um processo de planejamento comunitário com determinação de regras e acordos comunitários e propostas para negociação com o Parque. Essa forma de organização e interação com agentes externos se tornaria

⁷⁵ Integrou o Projeto de Preservação da Mata Atlântica, cooperação financeira Brasil-Alemanha no estado de São Paulo, entre a SMA (Secretaria do Meio Ambiente) e o banco KFW (Kreditanstalt für Wiederaufbau). Foi dividido em duas fases, uma preparatória (Fase 1), que realizou um diagnóstico geral elencando as macroestratégias da UC, seguida de uma etapa (Fase 2) de planejamento e gestão da UC, resultando na conclusão e aprovação do Plano de Manejo da UC.

operacional mediante a apresentação em conselhos e fóruns externos. Com o passar do tempo, esses acordos foram, em parte, incorporados às rotinas de manejo do Parque, por meio da atuação permanente de representantes da comunidade junto ao Conselho Consultivo da UC.

3.3. ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO MARUJÁ: UM PROJETO DEMONSTRATIVO

Um aspecto determinante que constava do Plano Comunitário do Marujá foi a análise que os moradores fizeram sobre a categoria dos turistas. Quais seriam os turistas mais e os menos indicados para visitarem o Marujá?

“... O pessoal queria o turismo, mas o pessoal ‘jogava tudo no mesmo saco’ (...) Mas eu falava que tinha categoria, e tem vários tipos de turistas que podem ser benéficos e não (...) E começamos a detectar as categorias no turismo (...) O pescador esportista, por exemplo, o que ele iria trazer de bom e de ruim (...) O veranista que adquiria imóvel e no máximo contratava o caseiro, mas desarticulava a comunidade, pois aquele caseiro não iria participar dos mutirões e ficaria preso lá (...) O turista de iate, com essas lanchonas enormes que derrubam o barranco e encostam na frente e não usam nada daqui, e ainda usavam a trilha na praia e jogavam lixo (...) O campista e os caras que vinham se alojar nas pequenas estruturas que eram poucas (...) E aí, o pessoal começou a perceber que tinha essa diferença, que não era a mesma coisa (...) E também pela nossa luta, permanência com essa pessoa do Estado, começamos a mostrar que esses veranistas não eram nossos aliados, que tinham outro interesse” (E.O.).

O artigo de Ezequiel de Oliveira e Carmem Lúcia Rodrigues traz o relato sobre esse processo de organização do turismo no Marujá, visando a apresentar “temas para pensar no ecoturismo como uma alternativa de sustentabilidade socioeconômica e cultural para as populações tradicionais que vivem no interior das chamadas ‘áreas protegidas’”. Além do que, o artigo registra as demandas de organização que se encontravam em execução junto à direção do Parque (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2000, p. 225).

A equipe do Parque monitorou esse processo de ordenamento participativo do turismo, entre 1997 e 2004, por meio de revisão periódica de acordos e deliberações entre Parque e comunidade. Este trabalho definiu, dentre outras medidas, a “capacidade total de suporte da comunidade do Marujá”. Os resultados desse trabalho

conjunto constam no artigo publicado por Marcos Bühner Campolim, Isadora Parada e Juliana Grecco Yamaoka, conforme abaixo:

[...] O processo participativo de identificação, planejamento de ações e resolução de problemas viabilizou o ordenamento da visitação pública na comunidade do Marujá e subsidiou a formatação de diretrizes e atividades do Plano de Manejo do PEIC, além de outros regulamentos gerenciais. A comunidade do Marujá internalizou o processo participativo de ordenamento da visitação pública e de socialização de recursos, consolidando conceitos de turismo de base comunitária. Atualmente, vem desenvolvendo ações para a melhoria da qualidade do receptivo turístico e para o resgate cultural. O PEIC, mesmo não dispondo de número adequado de funcionários direcionados para a atividade de ordenamento da visitação pública e fiscalização, vem conseguindo viabilizar o controle dos visitantes por meio do processo de gestão participativa (CAMPOLIM; PARADA; YAMAJA, 2008, p.47-48).

Quando o referido artigo cita que “a comunidade do Marujá internalizou o processo participativo de ordenamento da visitação pública e de socialização de recursos”, questiono se não seria o contrário, considerando que a comunidade já discutia a problemática do turismo e definia, em seu Plano Comunitário do Marujá, medidas voltadas ao ordenamento que buscassem maior distribuição de renda através de pactos coletivos. Nas entrevistas que fiz com outras lideranças do Marujá, todos relataram que a iniciativa de organizar o turismo foi da comunidade, e não do Parque.

De qualquer forma, evidencia-se o compromisso da equipe do Parque com a comunidade, pautado obviamente na implantação da UC, mas dentro de um viés de empoderamento da comunidade. A experiência conjunta resultou em um processo de aprendizagem tanto para a comunidade como para o Parque. O planejamento turístico de base comunitária foi reconhecido em 2002 pelo Prêmio SESC-SENAC de Turismo Sustentável (CAMPOLIM; PARADA & YAMAKA, 2008, p.47-48).

Em 1998 e 1999, por ocasião do curso de monitores ambientais, que contou com a participação de alguns membros da comunidade, recordo-me de alguns acordos feitos entre a comunidade e o Parque, tais como a regulamentação das atividades de visitação em trilhas mediante técnicas de mínimo impacto, os cursos para os barqueiros que conduziam os visitantes até os roteiros com acompanhamento dos monitores, a implantação do sistema de reservas para hospedagem e acampamento na comunidade, a infraestrutura de sanitários e a necessidade de implantação de sistemas de esgoto. Nesse período que coincidiu com a formação da AMOMAR, formou-se a

Associação de Moradores Ambientais de Cananeia (AMOANCA) e, juntas, contribuíram para o ordenamento da visitação no Parque e seu entorno. Além disso, as duas entidades integraram, até meados de 2003, a Rede de Monitores Ambientais do Vale do Ribeira (REMA-Vale), organização informal que buscava o fortalecimento individual e coletivo dos monitores por meio de atividades de condução de visitantes, realização de projetos socioambientais e educacionais.

Foi nesse período que novas lideranças surgiram no Marujá, fato que fortaleceu, ainda mais, o protagonismo da AMOMAR.

Durante o trabalho de campo, acompanhei uma visita de grupo escolar proveniente de Limeira, conduzido por monitores ambientais do Marujá (Ilton de Oliveira e Ezequiel de Oliveira Jr.) e de Cananeia (Romeu e Claudio). Já tinha, aliás, participado de atividades em outras UCs com monitores ambientais locais detentores de profundo conhecimento dos ambientes naturais, das diferentes fitofisionomias, *habitats*, da fauna, das marés, da história, das ervas medicinais e do modo de vida caçara. No caso do Marujá, a atividade possibilitou aos estudantes, a partir do estudo do meio, uma experiência única e muito rica, pois os alunos vivenciaram, em três dias de campo, o dia a dia do morador, envolvendo a pesca da tainha no cerco e atividades noturnas de interpretação ambiental na praia do Marujá (orla oceânica).

Os dados do gráfico, conforme a Figura 15, apresentam a quantidade de visitantes/mês em 2003, período de pleno funcionamento do Núcleo Perequê, comparando-se à visitação na comunidade do Marujá. Verifica-se claramente a maior sazonalidade do Marujá em relação ao Perequê, com 2844 e 5478 visitantes por ano, respectivamente. Esse fato se relaciona diretamente ao perfil dos visitantes. No Marujá, predominam famílias e grupos pequenos, com algumas escolas que realizam estudos do meio, enquanto que a visitação é maior no período do verão (entre janeiro e março) e nos feriados prolongados. No caso do Perequê, predomina a visitação de grupos de escolas e agências que realizam estudos do meio durante o período letivo, ou seja, com menor visitação durante as férias.

Figura 15 - Visitantes no Núcleo Perequê e comunidade do Marujá em 2003. (Fonte: Adaptado de Tabela de Dados constante no Questionário Complementar e Atualização de Dados 2003 – PEIC/IF)

Por meio do endereço eletrônico <http://www.maruja.org.br/>, a AMOMAR divulga os serviços turísticos e os roteiros de visitação oferecidos, assim como informações sobre a comunidade e preceitos do ecoturismo de base comunitária em parceria com o PEIC.

Realizado entre setembro de 2011 e setembro de 2012, o projeto de pesquisa “Experiências de Turismo de Base Comunitária no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil” teve como objetivo descrever experiências em três comunidades do Vale do Ribeira/SP incluindo o Marujá (INSTITUTO DE PSICOLOGIA; CENTRO PAULA SOUZA, 2013). O referido projeto foi estruturado em cinco subprojetos, desenvolvidos por alunos bolsistas das escolas técnicas de Iguape e Registro, vinculadas à Fundação Paula Souza. Dentre os aspectos relacionados no relatório que atestam o “sucesso da experiência de turismo de base comunitária na comunidade do Marujá”, elencam-se os seguintes (p.34-35):

- a) O histórico de participação e luta pela terra que propicia um amadurecimento dos comunitários ou pelo menos parte destes, no sentido de saber exatamente o que é importante e necessário para sua comunidade;
- b) A presença de lideranças fortes com uma visão de futuro e preocupação com a formação de novas lideranças;
- c) A clareza sobre a importância do jovem para o futuro da comunidade;
- d) A evidência de uma identidade cultural coletiva bem fortalecida;

- e) Na produção da arte, destaque para a relação entre o passado e presente, com práticas antigas relacionadas ao artesanato e à música sendo ainda utilizadas, ou mesmo reinventadas, como por exemplo, o fandango;
- f) A opção pelo turismo, incluindo a forma como o mesmo deve ser organizado, é decidida pela comunidade, e não por instituições externas que veem no turismo uma solução para geração de renda para comunidades que vivem em áreas rurais e naturais. As parcerias são bem-vindas e necessárias, mas a decisão é sempre da comunidade, mesmo no caso do Marujá, que está inserido em uma Unidade de Conservação de uso indireto;
- g) O interesse pela qualificação com relação ao turismo e cursos correlatos não só para o atendimento, mas também para ter uma maior compreensão de como o mercado turístico funciona;
- h) O conhecimento dos jovens sobre as doenças sexualmente transmissíveis e meios de prevenção;
- i) A preocupação da comunidade com relação ao fenômeno do consumo abusivo de álcool e drogas;
- j) O entendimento sobre a necessidade de dar oportunidade a todos de se envolverem na atividade turística e a definição de regras para a concretização disso;
- k) A formação de um fundo comunitário com recursos advindos da atividade turística;
- l) A existência de espaços participativos de planejamento, avaliação e monitoramento de resultados e proposição de novos caminhos (tratando-se, portanto, de uma comunidade dinâmica em constante transformação).

O referido projeto de pesquisa contribui significativamente ao entendimento de como se organiza o turismo na comunidade, quais as principais necessidades e como se deu o processo de adaptação ao Parque, e a relação com a Fundação Florestal.

Destaca-se o interesse de todos os jovens entrevistados pela história e tradições da comunidade, transmitidas oralmente.

[...] Os jovens afirmam que a educação que os pais receberam gera impactos sobre eles, ou seja, os valores e crenças, conhecimentos, cultura e tradições recebidas pelos pais são passados para os filhos e,

desta forma, influenciam no modo de pensar e agir dos mais novos (INSTITUTO DE PSICOLOGIA; CENTRO PAULA SOUZA, 2013, p. 20).

Tratam-se de características de manutenção e reconstrução da identidade cultural da comunidade do Marujá, dentro de um processo dinâmico que incorpora a atividade de turismo como mais uma das atividades cotidianas, atividade essa organizada por meio da AMOMAR.

3.4. O PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL DO PEIC – FASE 1: MARCO INTRODUTÓRIO DE GOVERNANÇA

De acordo com Maretti et al. (1997) e Mendonça (1997), os planos de gestão ambiental (PGAs) de unidades de conservação fundamentaram-se nas seguintes diretrizes:

- a) Participação efetiva, tanto internamente à instituição, como em relação à população local e à sociedade em geral;
- b) A integração das UCs nos processos econômicos regionais;
- c) O cumprimento às funções da UC no desenvolvimento sustentado regional e na conservação dos processos ecológicos fundamentais e da biodiversidade;
- d) O crescimento da capacidade institucional, consolidando o aprendizado dos exemplos bem-sucedidos;
- e) A busca da consolidação da metodologia para a gestão de UCs do estado de São Paulo, respeitando importantes peculiaridades locais e diferenças das categorias de manejo;
- f) O seu monitoramento para a correta aplicação das propostas e efetividade das ações, identificação de possíveis desvios.

Escorados sobre a “conservação dos processos ecológicos fundamentais da biodiversidade, com o respeito à biodiversidade cultural”, os objetivos específicos do Plano de Gestão Ambiental consistiam em:

- a) Organizar, melhorar e realizar a gestão através de programas de pesquisa, interação socioambiental, educação ambiental, proteção, assuntos patrimoniais (regularização fundiária), administração e manutenção;
- b) Gerir a unidade conhecendo sua dinâmica ecológica;
- c) Avaliar as reações e impactos possíveis de qualquer intervenção interna e externa;

- d) Elaborar o seu ordenamento territorial e sua normatização;
- e) Atingir um bom nível de conhecimento do meio, em seus componentes físicos, biológicos e sócio-econômico-culturais;
- f) Disponibilizar o conhecimento adquirido para a sociedade em geral, principalmente para a comunidade envolvida.

Conforme Mendonça (1997, p. 6), as reuniões preparatórias do Plano ocorreram durante cinco dias no Núcleo Perequê em 1997, contando com um total de 300 participantes de diferentes setores da sociedade. Dois meses após as reuniões preparatórias, realizou-se uma oficina de planejamento com 30 participantes, com a apresentação de uma caracterização do Parque e uma “proposta preliminar de zoneamento para discussão e alterações”. Entre os presentes, encontravam-se “representantes dos moradores tradicionais, dos veranistas, dos pesquisadores, da fiscalização e proteção, universidades, ONGs local e regional, órgãos governamentais e funcionários do parque” (Mendonça, op.cit.).

Entre os resultados da oficina de planejamento que aqui nos interessam à análise, estava a matriz referente à ocupação no Parque e à criação de um comitê de gestão.

Por meio de reuniões e oficinas de planejamento participativo entre agentes governamentais, responsáveis pela gestão do PEIC, representantes comunitários da Ilha do Cardoso e outros atores sociais, foram definidos, inicialmente, os seguintes grupos de ocupantes (SÃO PAULO, 2001):

- a) Grupo I – Ocupantes tradicionais residentes;
- b) Grupo II – Ocupantes tradicionais não residentes;
- c) Grupo III – Ocupantes adventícios antigos residentes;
- d) Grupo IV – Ocupantes veranistas não residentes.

A fase 2 do PGA compreendeu o planejamento de médio e longo prazo do Parque, abrangendo levantamentos de campo “onde as decisões tomadas são as possíveis e as que podem preparar melhor o processo seguinte, mas com o compromisso entre o nível de conhecimento ideal para gerir a unidade e as possibilidades reais de obtê-lo [o conhecimento], e as decisões deverão ser tomadas segundo as necessidades buscando-se os meios de subsidiá-las (MARETTI, 1997).

Essas premissas do processo de elaboração do PGA foram fundamentais para o processo de decisão em torno das demandas centrais do PEIC, e demarcam o que

denominamos “marco introdutório de governança” entre o Estado, as comunidades tradicionais e os demais atores sociais envolvidos com a unidade.

Carmem Lúcia Rodrigues analisou esse processo de elaboração do PGA do PEIC e, ao destacar a experiência exemplar da Ilha do Cardoso, faz menção à

[...] legítima motivação dos primeiros coordenadores dos planos de gestão ambiental (PGAs), que elaboraram uma metodologia geral de planejamento das áreas protegidas visando uma mudança efetiva do modelo de gerenciamento até então vigente no Estado de São Paulo (RODRIGUES, 2001, p.239).

De acordo com os relatos de Ezequiel de Oliveira, quando da execução do PGA, o momento era muito favorável para o Marujá, contando com a contribuição de agentes individuais e organizações, tais como o Centro de Estudos Ecológicos Gaia Ambiental (em que um dos representantes era alemão), favorecendo, pois, a aproximação com o consultor da agência de cooperação financeira KFW, mencionada anteriormente, que integrou a equipe de coordenação do PGA.

Esse processo inicial de elaboração do PGA, conforme relato de Ezequiel de Oliveira, teve alguns embates, tal como o pesquisador de avifauna, o qual não aceitava o diálogo com pesquisadores e possuía uma visão biocentrista que negava a presença de populações em parques.

O gestor designado à época da realização do PGA do PEI era o ecólogo Rinaldo Campaña, o qual, segundo Ezequiel de Oliveira, foi “peça-chave”, ajudou a comunidade no tocante à questão da água, na realização do PGA, e trouxe o procurador-geral do Estado às reuniões temáticas do núcleo Perequê, o que contribuiu para o processo de ordenamento das ocupações.

Após a conclusão da fase 1 do PGA, conforme Mendonça (2001) relata, a direção do Parque foi substituída, assim como a coordenação geral da DRPE (Divisão de Reservas e Parques Estaduais)⁷⁶, “dificultando a adequação das matrizes de planejamento aos objetivos do parque. Os problemas administrativos e as desavenças entre a coordenação do projeto e os técnicos do Instituto Florestal, bem como o

⁷⁶ Sobre a mudança de gestores e a alternância do controle administrativo CEPARNIC e PEIC, Ana Lúcia Mendonça (2001, p. 75-83) faz uma análise do período de 1978 a 1986, retratando transições e conflitos institucionais e fases de efetivação de alguns projetos de destaque, como o Programa de Formação de Educadores do PEIC, que funcionou de 1987 a 1990.

distanciamento dos pesquisadores que desenvolvem pesquisas na área, colaboraram para a superficialidade das propostas apresentadas (MENDONÇA, 2001, p.85).

Foi um período conturbado em São Paulo⁷⁷, com a mudança dos dirigentes do Instituto Florestal, órgão que reassumiu o controle do PEIC, anteriormente sob a responsabilidade da Fundação Florestal. O novo diretor, proveniente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), modificou a equipe gerencial da DRPE/IF, à qual o PEIC se subordinava.

Em Cananeia e região do estuário, havia um arranjo político e institucional favorável à gestão participativa das UCs que contava com a atuação de um empreendedor de políticas públicas, Sérgio Vassimon (engenheiro agrônomo de formação, assessor da SMA e articulador político do governo do estado). Além disso, atuavam no município técnicos da Fundação Florestal dedicados a projetos de base comunitária, dentre eles, Renato Sales e Sandra Guanaes (*in memoriam*).

Foi nesse contexto de transição política que ingressou como gestor do PEIC, já sob a administração do IF, o oceanógrafo Marcos Bühner Campolim, que trabalhara anteriormente no projeto de manejo de ostras no Estuário de Cananeia, a convite de Sandra Guanaes.

Destaca-se a importância dos “empreendedores de políticas públicas” (KINGDOM, 1995), que viabilizaram a continuidade do processo de planejamento e gestão participativa estruturado na etapa anterior, fase 1 do PGA do PEIC.

Entre 1998 e 2007, Marcos exerceu a função de responsável pela gestão do Parque. Seu profundo conhecimento do ambiente costeiro (ecologia marinha) e experiência em projetos de apoio à pesca artesanal e sua habilidade na mediação de conflitos, bem como sua proatividade, foram determinantes para a efetivação da parceria entre o Parque e as comunidades envolvidas pela UC.

Os arranjos institucionais no período eram favoráveis às políticas de regulamentação e manejo da pesca em Cananeia e à gestão das UCs, em especial o PEIC e APA Federal Cananeia-Iguape-Peruíbe. Nesse contexto, somam-se a atuação de agentes individuais e as organizações de base local.

⁷⁷ Naquele período, entre 1997-98, trabalhei na equipe técnica do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, subordinada à Divisão de Reservas e Parques Estaduais do Instituto Florestal. Participei das oficinas do PGA do Parque Estadual Intervales, projeto demonstrativo para o PGA do PEIC e outras UCs contempladas na Fase 1 do PPMA, incluindo o PEIC. Esse processo de gestão foi alterado, bruscamente, com a mudança da direção do IF e a própria condução do PPMA.

Ao tratar da “eficácia da gestão pública”, Roberto Resende traz a seguinte contribuição à análise:

[...] A eficácia da gestão pública como um todo, e ambiental em particular, depende fundamentalmente dos vários interesses presentes na sociedade, mediados em uma forma ideal pelo Estado. É evidente que este modelo não funciona sempre de maneira adequada, entretanto sua viabilidade depende de se incrementar a participação mais ampliada possível, de maneira horizontal. A capacidade da ação coletiva, representada pelo capital social, pode permitir o aperfeiçoamento da gestão ambiental. O contrário também é mais comum. A ação articulada de um determinado grupo na defesa de seus interesses pode ser voltada para contornar os efeitos da legislação”, (RESENDE, 2002, p.93-94).

No caso do PEIC, havia esses componentes atuando simultaneamente à capacidade da ação coletiva (capital social) e à ação articulada de um pequeno grupo (neste caso representado pela comunidade do Marujá), trazendo novas referências à gestão do PEIC e de recursos pesqueiros em regime de uso comum, formando um sistema de governança inovador.

3.5. O COMITÊ DE APOIO À GESTÃO E O PLANO DE MANEJO DO PEIC

Em março de 1998, foi realizada a primeira reunião do Comitê de Apoio à Gestão do PEIC, sob a coordenação de Marcos Campolim, e contou com representantes do Instituto de Pesca, Prefeitura de Cananeia, do IBAMA (APA CIP), da Colônia de Pescadores de Cananeia, da ONG Gaia Ambiental, da SOS Mata Atlântica, da Pastoral dos Pescadores de Cananeia (Padre João Trinta) e dos representantes das comunidades de Foles, Cambriú, Itacuruçá, Marujá, Enseada da Baleia e Pontal. Os assuntos em pauta eram: a importância dos moradores do PEIC no Plano de Gestão; a função e atuação do Comitê Gestor sobre as normas do PEIC; a discussão da composição do Comitê Gestor (instituições, membros e suplentes).

O Comitê, composto por todas as organizações citadas e por representantes de todas as comunidades envolvidas pelo PEIC, decidiu que os moradores não tradicionais e os veranistas não fariam parte da composição do Comitê, sendo garantida a fala a esses atores sociais, porém, mas sem direito ao voto. Nessa reunião, também definiu-se a lista das pessoas a serem atendidas pelo Projeto Ecowatt II (sistema elétrico com painéis solares), sendo negado aos veranistas a inclusão no referido projeto.

A análise desta primeira reunião do Comitê atesta um aspecto diferenciado da gestão do PEIC em comparação à maioria das UCs de proteção integral, isto é, o processo de deliberação dos assuntos em pauta discutidos no Comitê, ao contrário do que define o SNUC em seu artigo 29: “Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável” (BRASIL, 2000). Na contramão dessa lógica de poder centralizado, o Comitê de Apoio à Gestão, posteriormente denominado Conselho Consultivo do PEIC, em sua 77ª reunião, em janeiro de 2005, já designava ao Parque um atributo de inovação.

Essa opção de deliberação foi estratégica, do ponto de vista da gestão, pois garantiu um processo de participação mais amplo, ainda que os assuntos tratados nas reuniões fossem, muitas vezes, conflitantes.

Sobre o “êxito das ações do comitê da Ilha do Cardoso”, Carmem Lúcia Rodrigues registra:

[...] o que se observou foi um esforço pactuado, especialmente entre os vários indivíduos que compõem o Comitê, para delinear um plano de gestão ambiental que, além da conservação, procurou melhorar efetivamente a qualidade de vida das comunidades locais. Ao longo desse processo, houve transmissão mútua de conhecimentos, de valores, de leituras da realidade, ou seja, de discursos e práticas entre os vários participantes. Tudo me leva a crer que a intersubjetividade tenha sido um fator primordial para que fosse transposta a barreira inicial das diferenças (RODRIGUES, 2001, p.241).

É importante ressaltar que, ainda hoje, há o predomínio de uma política centralizadora por parte do Estado, o que inviabiliza, na prática, quaisquer tentativas de efetivação de sistemas de governança em áreas protegidas que possibilitem o compartilhamento das decisões (cogestão) ou a delegação de responsabilidades e acompanhamento por parte do Estado às comunidades locais (gestão comunitária). Esta tendência se orienta de forma antagônica quando comparada às políticas em áreas naturais da maioria dos países detentores de áreas naturais.

3.6. A CRIAÇÃO DA AMOMAR: ESTRATÉGIA DE EMPODERAMENTO COMUNITÁRIO

Quem me conta sobre o contexto de criação e atividades da AMOMAR é Amilton Xavier⁷⁸, presidente da associação no biênio 2011-2013.

Por volta de 1996, foi criada a AMICARD (Associação de Moradores da Ilha do Cardoso), mas a mesma não durou por muito tempo devido a conflitos de interesse entre veranistas e os moradores tradicionais, o que interferiu na organização e na continuidade da referida organização.

“... Logo em seguida, veio a ideia de abrir uma associação. Já tínhamos discutido a questão das taxas de *camping* e pousadas. A questão da água (...) Tinha um telefone comunitário a ser administrado” (Amilton Xavier).

Em 1997, a participação dos representantes da comunidade do Marujá, durante as reuniões e oficinas do Plano de Gestão Ambiental do PEIC, foi determinante para o reconhecimento de sistemas de manejo local das comunidades tradicionais no Parque.

Foram apenas dois meses que separaram a criação do Comitê de Apoio à Gestão do PEIC e a AMOMAR, criados entre março e maio de 1998. A possibilidade de atuação e conquista de direitos, mediante acordos com o Parque, possivelmente impulsionaram a efetivação da entidade.

O Estatuto Social da AMOMAR (Figura 15) retrata o amadurecimento organizacional e político da comunidade, constituída em 30 de maio de 1998. As finalidades da AMOMAR compreendem uma gama de ações propositivas junto aos atores sociais da Ilha do Cardoso e Lagamar, cujos temas centrais são:

- a) Promover projetos de auto-sustentação de comunidades;
- b) Atuar na defesa das comunidades, grupos e entidades congêneres;
- c) Atuar em defesa da regularização fundiária;
- d) Defender as atividades econômicas, sociais e culturais;
- e) Fortalecer os conhecimentos tradicionais;
- f) Melhorar as condições de vida (associados, famílias e moradores);
- g) Pleitear do estado:
 - Garantia dos moradores previstos no plano de gestão do PEIC;

⁷⁸ Amilton é casado com Eliane, filha de Ezequiel de Oliveira. É pescador, monitor ambiental e trabalha com turismo (pousada). Eleito para o biênio 2011-2013.

- Garantia de um espaço adequado a culturas de subsistência (famílias) e atividades auto-sustentadas;
- Participar nas discussões sobre o plano de gestão compartilhada do parque e possíveis alterações;

h) Pleitear do município:

- Estrutura básica mínima de escolas, serviços de saúde, água, luz, esgoto e coleta de lixo;
- Direito de discutir a aplicação dos recursos destinados pelo Estado ao município de Cananeia, a título de compensação financeira pela ocupação de grandes áreas de seu território, para fins de conservação;

i) Propor aos Poderes Públicos a cooperação da AMOMAR para:

- Impedir a invasão de estranhos na Ilha;
- Impedir que os moradores que vendam sua casa abram nova posse;
- Cooperar pela responsabilidade na gestão, fiscalização, conservação e ocupação do Complexo Estuarino Lagunar;
- Fiscalizar os turistas e o turismo, buscando impedir abusos contra os moradores, contra a sua cultura e contra o meio ambiente da Ilha;
- Impedir e denunciar agressões à flora e à fauna da Ilha do Cardoso;
- Cobrar dos fiscais da Ilha do Cardoso o cumprimento de suas obrigações.

Figura 16 – Diagrama: Temas centrais de atuação da AMOMAR, conforme seu Estatuto Social (adaptado por Maurício A. Marinho)

Os princípios que regem o Estatuto fundamentam-se: no reconhecimento e valorização da cultura caiçara e dos sistemas de manejo tradicionais, conservação ambiental da Ilha e do Lagamar (envolvendo o controle da visitação e apoio à fiscalização), colaboração com outras comunidades e entidades que atuam no Lagamar e aplicação de recursos públicos no município, com transparência na execução financeira.

Em relação ao Parque, a associação reivindica a garantia da permanência dos moradores, das atividades e espaços para manejo sustentável e de uma gestão compartilhada com a UC.

Os objetivos do Estatuto Social são amplos e coerentes com as práticas sociais da AMOMAR, que mantém um forma peculiar de organização dos direitos costumeiros que se enquadram dentro do que Feeny (2001, p. 29) define como “auto regulação no uso de recursos visando a melhoria das condições de vida”.

Os serviços de utilidade pública, exceto saúde e educação, ou são gerenciados pela entidade, ou por parcerias. A cobrança de uma taxa para algumas atividades gera recursos para a manutenção dos próprios serviços e a efetivação de projetos voltados à comunidade, conforme apresentado na Figura 17 e na Tabela 7.

Figura 17 - Diagrama com serviços públicos e comunitários no Marujá, sob a responsabilidade da AMOMAR (adaptado por Maurício A. Marinho)

Tabela 7 - Serviços públicos e comunitários no Marujá – Descrição e Responsabilidades

Serviço na comunidade	Responsáveis	Descrição
Abastecimento de Água	<ul style="list-style-type: none"> • AMOMAR • Moradores 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de reservatório, distante 7 km do Marujá (Morro da Tapera, PEIC), implantado mediante projeto com apoio de uma ONG alemã e autorização do Parque; • R\$3,00/mês por casa; R\$5,00 para casas que recebem visitas até vinte pessoas e R\$ 7,00 para mais de vinte pessoas; • O sistema não atende os veranistas, donos de casas no bairro; • Periodicamente, realizam mutirões para limpeza do reservatório e manutenção da rede hidráulica e envio de amostras para análise de potabilidade à SABESP.
Telefone Comunitário	<ul style="list-style-type: none"> • AMOMAR • Prefeitura • Concessionária 	<ul style="list-style-type: none"> • Posto telefônico (rádio) implantado pela empresa Telefônica; • Plantão durante a semana – funcionário da Prefeitura, morador do Marujá (8h30-12h00 e 13h30-18h00); • Plantão final de semana e feriados – morador local pago pela Associação (9h00-12h00 e 13h30-18h00); • Taxas: R\$1,00 fixo e R\$2,00 celulares fora da área 13 (por minuto); ligações locais R\$1,00 até cinco minutos.
Pousadas e Campings	<ul style="list-style-type: none"> • AMOMAR • Moradores (proprietários) 	<ul style="list-style-type: none"> • Taxas: R\$1,00 por barraca/dia (<i>camping</i>) e R\$ 0,50 por leito/dia (pousadas); • AMOMAR mantém divulgação no portal (internet) – http://www.maruja.org.br/.
Destinação de Lixo	<ul style="list-style-type: none"> • AMOMAR e Moradores 	<ul style="list-style-type: none"> • AMOMAR contrata barqueiro para levar lixo, periodicamente, para o bairro do Ariri; • Cada morador/família tem responsabilidade de levar o lixo até o píer.
Transporte Escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura 	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura mantém serviço de transporte escolar (lancha) até o Ariri; • Atendimento de alunos do ensino fundamental e médio
Limpeza da Praia do Meio (Marujá)	<ul style="list-style-type: none"> • AMOMAR • Monitores • Moradores 	<ul style="list-style-type: none"> • Mutirões periódicos de limpeza na praia e destinação adequada para Ariri.
Manutenção de Trilhas	<ul style="list-style-type: none"> • AMOMAR • PEIC/FF • Monitores 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividade periódica de limpeza e manutenção de trilhas, em conjunto com o PEIC.
Operação Verão e Visitas em Feriados	<ul style="list-style-type: none"> • AMOMAR • PEIC/FF • Barqueiros • Monitores 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões prévias de planejamento operacional; • Definição de responsabilidades de prestadores de serviço; • Apoio operacional aos monitores de outras comunidades e de Cananeia no Centro de Visitantes do PEIC (mantido em parceria com a AMOMAR)

Por meio da associação é que se estabelecem os contatos com pesquisadores e centros de pesquisa, com as ONGs interessadas no desenvolvimento de projetos⁷⁹, além da escolha de representantes da comunidade junto aos conselhos das UCs, conselhos municipais, participação em projetos e fóruns regionais.

Como toda organização, existem também os conflitos que permeiam as relações. Em fins de 1999, duas chapas concorreram para a diretoria da AMOMAR, a qual representava, na época, o conflito de interesses entre o grupo de moradores que defendia a permanência no Marujá, unicamente dos tradicionais, e outro grupo que considerava importante a permanência dos tradicionais e dos veranistas. No final, a votação foi bem equilibrada, vencendo a chapa que representava os interesses dos moradores tradicionais.

A oposição moradores *versus* moradores e veranistas ocorre em praticamente todas as comunidades que passaram pela chegada brusca do turismo de segunda residência, por conta das relações de dependência econômica, referidas anteriormente. No caso da AMOMAR, essa opção de defesa, unicamente dos moradores tradicionais, mostrou-se uma estratégia eficaz para o fortalecimento comunitário e já serviu de referência para outras comunidades que enfrentam o mesmo dilema.

Outro conflito que estava ocorrendo com frequência na AMOMAR era a divisão em duas chapas concorrentes. Na eleição do mandato 2011-2013, um novo processo foi feito para a escolha da diretoria da AMOMAR. Assim, Ezequiel de Oliveira relata:

“... A comunidade nunca vai ter unanimidade (...) Nessa última eleição, eu boleei um sistema bem legal para diminuir o racha. Porque sai duas chapas, e a chapa que perde fica parecendo que houve boicote depois (...) Então, eu boleei uma estratégia que era o seguinte: nós não vamos ter duas chapas, nós vamos fazer um plenário, vamos fazer uma prévia (...) Juntamos todo mundo e colocamos o edital de votação (...) Aí os membros da assembleia vão dizer quem quer cargo na AMOMAR? Aí marcamos os nomes e depois fizemos uma votação desses nomes e os doze mais votados, está feita a chapa da associação. Com isso, você criou união (...) Junta “gato e cachorro”, e vamos ter que trabalhar todos juntos (E.O.).

⁷⁹ Um exemplo é a parceria com a ONG Global Garbage, com a coleta e identificação de lixo/resíduos na praia do Meio, resultando na identificação de 16 países de origem, provenientes de barcos de pesca marítima e embarcações que circulam no Porto do Paranaguá. Quando estive no Marujá em agosto de 2013, alguns representantes foram em reunião em Paranaguá para apresentar os resultados desse projeto que afeta a orla junto a entidades do Paraná.

3.7. APOIO DA REDE CANANEIA

Das organizações locais, a Associação Rede Cananeia é vista pelos representantes da AMOMAR como a entidade que mais colabora.

A Rede Cananeia, organização que congrega organizações da sociedade civil em Cananeia⁸⁰, vem colaborando com a organização administrativa da AMOMAR e apoiando a associação na estruturação do portal da internet. Esse apoio é feito por Juliana Grecco Yamaoka, estagiária do PEIC (ver item “Ecoturismo de base comunitária: um projeto demonstrativo”) e integra o Conselho Consultivo do PEIC.

De acordo com informações de Juliana, a Rede se organiza nos princípios das organizações não hierárquicas e volta-se às ações emancipatórias e não geradoras de vínculos de dependência com as comunidades.

Um dos projetos da Rede é o apoio a um grupo de sete mulheres artesãs (corte e costura) na comunidade da Enseada da Baleia. Em relação ao Marujá, Juliana destacou uma certa “rigidez no controle interno” que, às vezes, é motivo de conflitos. Comentou o problema da evasão dos jovens em algumas comunidades, destacou as dificuldades em relação à gestão do PEIC, após a saída do Marcos Campolim, em 2007, e afirmou que a atual equipe vem resolvendo pendências (autorizações de pequenas reformas) e possuem um “olhar para a comunidade que traz mais segurança”.

Outro fator de grande preocupação da Rede Cananeia, assunto permanente nas pautas do Conselho Consultivo do PEIC, é a comunidade da Enseada da Baleia/Vila Rápida, ao sul do Marujá, considerando que o assunto sobre essas comunidades esteve presente em algumas entrevistas e a relevância do tema que relaciona-se à garantia dos direitos territoriais das comunidades que vivem no PEIC.

3.8. ENSEADA DA BALEIA/VILA RÁPIDA: NECESSIDADE DE REALOCAÇÃO?

Relacionado à dinâmica geomórfica do trecho sul da Ilha do Cardoso, identifica-se um processo erosivo que ameaça as habitações da Enseada de Baleia/Vila

⁸⁰ “A Associação Rede Cananeia é uma organização de sistema em Rede que visa promover a integração do 3º setor em Cananeia - Vale do Ribeira/SP, fortalecendo as ações de suas 15 entidades congêneres, trabalhando de maneira sinérgica o desenvolvimento local sustentável em sua concepção mais ampla. Este blog pretende ser uma rede de informações do terceiro setor do município de Cananeia - SP - Vale do Ribeira - Brasil”. Disponível em <<http://redecananeia.blogspot.com.br/>>. Acessado em 18/09/2013.

Rápida⁸¹, ao sul de Marujá, obrigando uma das famílias a se mudar para uma casa no Marujá⁸²; porém, não autorizados a construir uma nova edificação em outro local.

Esse fenômeno geográfico já foi objeto de pesquisas e é monitorado sistematicamente pelo geólogo Mário Nunes de Souza, pesquisador científico do IF e gestor do PE do Lagamar. A principal hipótese apontada nesse e outros estudos é que, com o avanço da erosão, haverá o rompimento do trecho mais estreito da Ilha do Cardoso (denominado esporão) e a alteração da desembocadura do canal (Barra do Ararapira, entre o Pontal do Leste e o Parna Superagui, PR).

A pedido da Promotoria do Meio Ambiente do Vale do Ribeira, o Instituto Geológico (IG), vinculado à SMA, elaborou um laudo técnico sobre “o problema de erosão acelerada observada na Enseada da Baleia, localizada na Ilha do Cardoso”⁸³, sob responsabilidade da geóloga Célia Regina de Gouveia Souza, especialista em geomorfologia costeira.

[...] Esses autores inferem que a abertura da nova barra estaria associada à ocorrência de eventos de alta energia de ondas associados a marés meteorológicas, que forçariam a passagem das águas oceânicas sobre o esporão e, assim, abririam uma nova barra [...] Os resultados apresentados aqui mostram que, tanto os processos na margem lagunar (sempre erosivos), quanto os processos na margem oceânica (ora de erosão, ora de progradação) têm ocorrido a taxas muito variadas, não sendo possível estabelecer um padrão coerente ou tendências muito seguras para o médio e o longo prazo, ou quando haveria o rompimento do esporão (Souza, 2013).

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) emitiu um parecer, recomendando a saída dos moradores dessas comunidades. Assim, isso tornou-se um dos pontos nevrálgicos das discussões do Conselho Consultivo do PEIC em torno da permanência dos moradores tradicionais no Parque Estadual, e reacendeu o debate sobre a recategorização do Parque e criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS)

⁸¹ [...] A atual Vila Rápida, na época em que foram feitas as declarações de residência, não tinha esse nome, e o lugar era reconhecido como pertencente à Enseada da Baleia. O nome surgiu no final dos anos de 1980, quando, para driblar a legislação do PEIC, veranistas construíram casas com uma rapidez muito grande. A Vila Rápida integra a Enseada da Baleia, de acordo com Carvalho e Schmitt (2012, p.100).

⁸² Casa de ex-veranista cedida ao PEIC e transferida, provisoriamente, para abrigar a família oriunda da Enseada da Baleia/Vila Rápida.

⁸³ Solicitação da Promotoria de Justiça do GAEMA - Núcleo II, Vale do Ribeira, ofícios de nº 1572/2011 e 1893/2011, sobre o problema de erosão acelerada observada na Enseada da Baleia, localizada na Ilha do Cardoso, município de Cananeia.

envolvendo as áreas de ocupação e uso dos moradores e comunidades tradicionais da Ilha.

Sobre o avanço da erosão na Enseada da Baleia e Vila Rápida e sobre essa possível recategorização, Ezequiel de Oliveira argumenta:

“... A Enseada é uma incógnita. A gente não sabe se a erosão vai avançar e eles vão ter que sair. Se eles vão ser realocados, para onde eu não sei. No meu pensamento, enquanto morador caiçara tradicional, eu acho que daria para fazer uma RDS no Marujá e deixar a Enseada mais junto com o Pontal (...) logo uns cem metros de onde eles estão morando tem uma área de terra mais larga, com vegetação maior e possibilidade de permanência e muito menos risco de erosão (...) Primeiro, eu não defendo a junção das comunidades que têm modelos de vida meio diferentes e, segundo, a distância da Enseada da Baleia é muito mais próxima do Pontal e o tipo de vivência também”(E.O.).

O assunto é discutido pelos representantes da AMOMAR ao questionarem se iria ou não ocorrer esse “rompimento” da Ilha – igualmente, uma preocupação da Rede de ONGs de Cananeia. Ambas entidades discordam veementemente do parecer da PGE, que recomenda a saída dos moradores afetados. O problema reflete a necessidade de que sejam assegurados os direitos territoriais e culturais à diversidade e a pluralidade cultural das populações tradicionais que constam do PNPCT⁸⁴ e de tratados e convenções internacionais.

[...] Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. Definido desta maneira, o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural. Inseparável de um contexto democrático, o pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública (UNESCO, 2002. Art. 2º da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural).

⁸⁴ Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007).

3.9. DESCONTINUIDADE NA GESTÃO DO PEIC: DA CRISE AOS NOVOS ARRANJOS DE GOVERNANÇA

Em 26 de dezembro de 2006, nas vésperas do mandato do governo Serra (2007-2010), foi instituído SIEFLOR⁸⁵, que destinava todas as UCs, anteriormente sob a gestão do Instituto Florestal (IF), a passarem para responsabilidade da Fundação Florestal (FF). Essa mudança institucional não foi percebida imediatamente nas UCs, sendo processada aos poucos.

Foi um período de desafios para a nova direção da FF que, de uma UC (o Parque Estadual Intervales), passaria a cuidar de dezenas de UCs no Estado, bem como a incorporação das Áreas de Proteção Ambiental vinculadas à Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental, ligadas diretamente ao gabinete da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Novas demandas e prioridades marcaram esta nova gestão da FF, tal como a criação das APAs Marinhas e a efetivação dos Mosaicos de UCs de Jacupiranga e da Jureia-Itatins, que entrariam no rol das realizações daquele Governo.

Poucos meses após a constituição do SIEFLOR, Marcos Campolim assume a gestão da APA Marinha Litoral Centro, e Mário Nunes de Souza⁸⁶ assume o PEIC. Mais tarde, novas mudanças ocorreram com a entrada e saída de gestores: Thiago Borges Conforti⁸⁷, em maio de 2009; Jeannete Vieira Gennen⁸⁸, em agosto de 2011 e Marcia Santana Lima⁸⁹, em outubro de 2012.

Não entrarei na análise sobre os impactos da mudança dos gestores nas UCs sobre os sistemas de governança local, no caso do PEIC, mas farei uma breve reflexão sobre os resultados diretos das políticas das UCs no contexto do Lagamar.

No caso do PEIC, houve a interrupção de um trabalho delineado em 1997 (com o Plano de Gestão Ambiental do PEIC – Fase 1), construído por meio de um processo participativo que compreendeu dez anos. De um regime deliberativo de decisões, o

⁸⁵ Sistema Estadual de Florestas, criado pelo Decreto Estadual 51.543/2006 e alterado pelo Decreto Estadual 54079/2009.

⁸⁶ Geólogo e atual gestor do PE do Lagamar de Cananeia.

⁸⁷ Biólogo e atual gestor do PE Intervales.

⁸⁸ Gestora ambiental, atualmente na assessoria técnica da Gerência do Vale do Ribeira e Litoral Sul/FF.

⁸⁹ Atual gestora do PEIC.

Parque passou para o regime consultivo e centralizado na cúpula da FF e na SMA, após 2008.

Na prática, o atendimento às demandas de rotina na UC foi interrompido. Se considerarmos que a maior parte das demandas refere-se a assuntos relacionados às comunidades tradicionais que vivem no Parque, isso representou um impacto considerável. Além disso, outros dois fatores que causaram muito impacto ao Parque são: a interrupção do processo de revisão do Plano de Manejo de UC e o fechamento do núcleo Perequê, devido às obras de reforma que integravam o Projeto de Ecoturismo da Mata Atlântica⁹⁰. Esses fatos compreenderam o período de 2011 e 2012, mas poderíamos demarcar a crise do modelo de governança do Parque a partir de 2007, crise que afetou todas as comunidades tradicionais residentes no PEIC.

Mais recentemente, a equipe dedicada à gestão do PEIC vem retomando o diálogo e a deliberação das demandas, especialmente as pequenas reformas dos moradores tradicionais. De forma contraditória, novas UCs e instâncias de participação foram instaladas no Lagamar de Cananeia, com impactos positivos nas comunidades do PEIC, especialmente no Marujá, formando, assim, novos arranjos de governança e novas territorialidades, a saber:

a) O início de implantação do Mosaico de UCs do Jacupiranga⁹¹, especificamente da RESEX da Ilha do Tumba, área de uso comunal do Marujá e Ariri (comunidade vizinha ao Marujá, na margem oposta do Canal do Ararapira), UC de uso sustentável criada com a finalidade de manejo de produtos florestais para confecção e manutenção dos cercos de pesca e outros projetos de base agrícola e agroflorestal. Esta UC conta com um Conselho Deliberativo, em sua 13ª reunião (ref. Agosto/2013), conforme determina o SNUC (BRASIL, 2000), tratando-se de antiga reivindicação do Marujá⁹²;

b) Início da elaboração do Plano de Manejo da APA Marinha Litoral Sul⁹³, UC estratégica para as comunidades em na fiscalização da pesca industrial e no controle das atividades de pesca artesanal nos municípios de Iguape, Cananeia e Ilha Comprida;

⁹⁰ Projeto resultante de convenio entra a SMA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

⁹¹ Criado pela Lei Federal 12.810/2008 .

⁹² Conforme depoimento do Sr. Ezequiel de Oliveira, tratava-se de uma reivindicação de 1989.

⁹³ A APA Marinha do Litoral Sul, criada pelo Decreto forma “um contínuo de ecossistemas marinhos e costeiros junto ao Complexo Estuarino-lagunar, em sua parte paulista, abrangendo os municípios de

c) Convocação de representantes de Marujá e outras comunidades para a instalação do Mosaico de Unidades de Conservação do Litoral Sul de São Paulo e Litoral do Paraná (Mosaico do Lagamar), com cerca de 1,1 milhão de hectares, UC estratégica de gerenciamento costeiro da região estuarino-lagunar entre Paraná e São Paulo.

Conclui-se que, apesar da crise de governança no PEIC, novos arranjos institucionais e políticos estão em formação. Participando direta ou indiretamente desses processos, estão as comunidades envolvidas pelo PEIC.

Antevendo novas “janelas de oportunidade” (Kingdom, 2005), a comunidade do Marujá prossegue nesse longo percurso em busca de um processo de gestão compartilhada das áreas protegidas que, possivelmente, se refletirá no reconhecimento de territorialidades desta e de outras comunidades da Ilha do Cardoso.

Conforme destacam Borrini-Feyerabend, Johnston e Pansky (2006, p. 132, tradução nossa):

[...] Para as pessoas que tem seus meios de subsistência e identidade cultural intrinsecamente relacionados com os recursos naturais de um território protegido, a governança sobre esse território pode ser muito mais importante do que para o resto da sociedade.

3.10. O PLANO DE MANEJO COMUNITÁRIO DO MARUJÁ – 2012.

Em 2012, a comunidade do Marujá decidiu revisar o “Plano de Gestão do Marujá”, agora sob denominação “Plano de Manejo Comunitário do Marujá”. A estruturação desse Plano contou com o apoio técnico de pesquisadores da Fundag⁹⁴, que realizaram reuniões de planejamento com os moradores do Marujá, entre abril e junho de 2012. Utilizaram o método “processo sócio técnico MACBETH”, resultando em um documento técnico entregue à AMOMAR e em uma dissertação de mestrado junto ao Instituto de Economia da UNICAMP (PAIVA SOBRINHO; ROMEIRO; LIMA, 2012; LIMA, 2012). De acordo com os autores, o projeto resultou na definição do objetivo estratégico “Manter os moradores tradicionais no Marujá” (grifo nosso).

Iguape, Cananeia e Ilha Comprida. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/apa-marinha-do-litoral-sul/>>. Acesso 16/09/2013.

⁹⁴ Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola. Entidade de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cuja finalidade é dar suporte e fomentar a formação de recursos humanos e atividades de desenvolvimento de ciência e tecnologia voltadas para a agricultura, agroindústria e meio ambiente. Disponível em: <<http://www.fundag.br/quemsomos>>. Acessado em 3/09/2013.

Considerando as entrevistas e os pareceres da Procuradoria Geral do Estado (segundo os quais os moradores da Enseada da Baleia/Vila Rápida deveriam sair definitivamente do PEIC), juntamente com as dificuldades enfrentadas pela comunidade em relação ao Parque nos últimos anos, existem motivos de sobra que justifiquem o porquê da definição da permanência como objetivo central do plano comunitário.

As tabelas 8 e 9 apresentam os objetivos relacionados por área, identificados pelos moradores do Marujá no referido projeto e apresentados de forma esquemática na Figura 18.

Tabela 8 - Objetivos identificados pelos moradores do Marujá em plenárias – Áreas de Liderança, Cultura, Lazer e Ensino e Saúde (adaptado de PAIVA SOBRINHO; ROMEIRO; LIMA, 2012)

Área	Objetivo Fim	Objetivo Meio
Liderança	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar o quadro de líderes 	<ul style="list-style-type: none"> Comissões de trabalho; Equipe de jovens.
Cultura e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> Lazer sadio, disciplina, satisfação e união 	<ul style="list-style-type: none"> Quadra poliesportiva coberta; Casa de Fandango.
Ensino	<ul style="list-style-type: none"> Boas condições físicas de aprendizagem de estudantes (rendimento e bem-estar no transporte náutico) 	<ul style="list-style-type: none"> Realocar escola para o centro da comunidade; Ampliar espaço para biblioteca; Atender pré-escola e supletivo; Reduzir exposição de crianças/professores a insetos; Reduzir distância de ida-vinda das crianças à escola; Interação pais – alunos – professores.
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> Programa Saúde Família Barco Ambulância Municipal equipado Hospital de Cananeia equipado Programa odontológico Manter o manancial limpo Evitar poluição do lençol freático Impedir proliferação de doenças parasitárias Moradores formados em enfermagem 	<ul style="list-style-type: none"> Reforma/ampliação do Posto de Saúde; Formação de paramédicos oriundos da comunidade; Atendimento para partos, picadas de cobras, etc.; Espaço no Posto de Saúde ampliado; Cronograma de mutirões de limpeza; Tratamento de esgoto (biológico); Energia elétrica p/ estação elevatória.

Tabela 9 - Objetivos identificados pelos moradores do Maruá em plenárias – Moradia, Comunicação, Áreas de Preocupação Econômica e Ambiental (adaptado de PAIVA SOBRINHO; ROMEIRO; LIMA, 2012)

Área	Objetivo Fim	Objetivo Meio
Moradia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pôr em prática o direito dos filhos de moradores tradicionais residirem na comunidade conforme consta no Plano de Gestão 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conquistar o direito de usar as áreas de edificações demolidas; ▪ Adquirir permissão de desmatamento mínimo para a construção de residências para filhos de moradores tradicionais.
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Retirar a comunidade do isolamento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instalar antena para celular (diferentes operadoras) e internet banda larga.
Preocupação Econômica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acesso a recursos financeiros para infraestrutura e outros (Capacitação) ▪ Independência financeira ↓ ▪ Turismo de base comunitária com controle absoluto (qualidade e quantidade); ▪ Capacitação para criar seu próprio negócio; ▪ Gerar renda para artesãos da comunidade; ▪ Gerar renda da pesca artesanal e assegurar a qualidade do pescado. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a qualidade de estadia do visitante; ▪ Energia elétrica de qualidade (refrigeração e ventilação); ▪ Cursos profissionalizantes e graduação via internet; ▪ Construir edificação para museu dos artesãos; ▪ Fábrica de gelo para conservação do pescado; ▪ Fornecimento de rede elétrica para atender às necessidades.
Preocupação Ambiental	<p>(Manter a comunidade do Marujá e ambiente limpos)</p> <p>↓</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Viabilizar financeiramente o sistema de coleta e envio do lixo e recicláveis; ▪ Continuidade da organização comunitária para o cuidado com o lixo e reciclagem. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Captar recursos para a sustentabilidade do sistema de coleta e transporte de resíduos a partir da venda de recicláveis; ▪ Ter e manter embarcação comunitária, gerenciada pela AMOMAR, para transporte de recicláveis.

Figura 18 - Áreas de atuação do Plano de Manejo Comunitário ref. a 2012 (adaptado de PAIVA SOBRINHO; ROMERO; LIMA, 2012)

CAPÍTULO 4

GESTÃO COMUNITÁRIA-COMPARTILHADA E PERSPECTIVAS DE RETERRITORIALIZAÇÃO

CAPÍTULO 4

GESTÃO COMUNITÁRIA-COMPARTILHADA E PERSPECTIVAS DE RETERRITORIALIZAÇÃO

Em 1993, a comunidade do Marujá realizou um processo de planejamento comunitário traduzido na identificação de necessidades e na definição de regras fundamentadas no direito costumeiro, regras estas que tratavam tanto do uso dos espaços habitados (incluindo as áreas de uso turístico, atividade complementar de renda em estruturação naquele momento), como da utilização de espaços e recursos de uso comum (áreas de pesca artesanal, extrativismo florestal e uso agrícola).

O Plano de Gestão do Marujá serviu como pauta de negociação com o Estado, especialmente com o PEIC, em um período de inovação da gestão em UCs de São Paulo iniciado em 1997, por meio dos Plano de Gestão Ambiental, decisivo para o reconhecimento de sistemas de manejo local das comunidades tradicionais da Ilha do Cardoso, “demarcados” pelas áreas de uso que integram a territorialidade das famílias e das comunidades caiçaras. Ainda que este Plano não fosse formalizado, o que traduz a oralidade presente na identidade cultural de muitas populações tradicionais, serviu como instrumento de planejamento comunitário e base de negociação com o Estado.

Cabe aqui uma consideração sobre o papel decisivo de lideranças comunitárias e de empreendedores de políticas públicas que se reuniram para traçar um sistema de governança, formado pela intersecção de três escalas, conforme definem Borrini-Feyerabend; Johnston e Pansky (2006, p.122)⁹⁵:

a) Arranjo de governança local: protagonizado pela comunidade do Marujá, contando com aliados em Cananeia e agentes governamentais, resultante de longa trajetória de resistência e amadurecimento político;

b) Arranjo de governança de ecossistemas: conduzido por técnicos e gestores de áreas naturais que atuavam há alguns anos em políticas de gerenciamento

⁹⁵ Arranjos de governança local que “[...] dependem frequentemente de requisitos habituais e normas e o envolvimento de diversos atores locais na discussão, desenvolvimento e implementação de regulamentos. Se adequam a áreas protegidas de reduzida dimensão e valor específico; arranjos de governança de ecossistemas, que “[...] se adequam a grandes áreas protegidas (categoria II ou V) e tendem a envolver atores de diferentes origens e valores e requerem esforço em comunicação e manejo de conflitos; e arranjos em níveis nacionais e internacionais, “[...] mais indicados para entender a aperfeiçoar os valores coletivos do sistema de áreas protegidas”, (BORRINI-FEYERABEND; JOHNSTON e PANSKY, 2006, p.122).

costeiro, implantação de UCs e projetos de extensão rural junto às comunidades locais do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananeia-Paranaguá;

c) Arranjo em nível nacional e internacional: definido pelo Projeto de Preservação da Mata Atlântica, uma cooperação entre a SMA, o MMA e a agência alemã de cooperação financeira KFW.

De 1998 a 2007, instalou-se, por meio do Comitê e Apoio à Gestão, posteriormente Conselho Consultivo do PEIC, um espaço de mediação de conflitos e de deliberação, ao invés de uma instância meramente consultiva, conforme define o SNUC no tocante às UCs de proteção integral para os parques, estações ecológicas e reservas biológicas⁹⁶.

Como resultado, definiu-se entre a comunidade do Marujá e o Parque uma modalidade singular de gestão compartilhada⁹⁷, alicerçada pelo Plano de Manejo e pelo Conselho da UC que serviu de referência para a definição de diversos acordos, tal como sistemas de manejo tradicional e organização do turismo de base comunitária, alicerçados por um sistema de gestão comunitária (auto gestão) que se traduz em regras comunitárias envolvendo múltiplo campo de atuação.

Carmem Lúcia Rodrigues, ao acompanhar e analisar o processo de elaboração do Plano de Gestão Ambiental do PEIC, evidenciou essa modalidade de cogestão:

[...] A análise do processo de formação do Comitê e de seu funcionamento, durante os quase quatro anos de existência, aponta para uma nova forma de gestão das UCs. A singularidade do trabalho do Comité de Gestão da Ilha do Cardoso reside no fato de terem sido criados mecanismos de co-gestão da área. Um processo de diálogo direto e continuado entre membros das comunidades caiçaras e de representantes de instituições ligadas ao meio ambiente (governamentais ou não) resultou numa série de avanços na resolução de conflitos locais ligados à proteção ambiental da Ilha (RODRIGUES, 2001, p. 204, grifo nosso).

⁹⁶ Artigo 24 do SNUC, Lei 9.985/2002 (BRASIL, 2002).

⁹⁷ No Brasil, são empregados, comumente, os termos “cogestão” e “gestão compartilhada” (Cap. VI – Da Gestão Compartilhada com OSCIP – Decreto Federal 4340/2002 que regulamenta o SNUC, BRASIL, 2012). Em outros países, utiliza-se o termo “comanejo”, com marcos legais diferenciados em cada país e que envolvem diferentes atores corresponsáveis pela gestão de unidades de conservação com o Estado.

Embora respaldado no Plano de Manejo do PEIC e em acordos constantes das atas do Conselho da UC, um dos mais ativos do país, o sistema de gestão compartilhada não foi, até hoje, reconhecido formalmente pelo Estado.

Como resultado das recentes mudanças institucionais que coincidiram com a efetivação do SIEFLOR em 2007⁹⁸, novas prioridades surgiram no cenário ambiental do Estado e contribuíram para a crise no sistema de governança implantado no PEIC. De forma contraditória, novos arranjos de governança e territorialidade se efetivaram.

As áreas definidas como RESEX e RDS no Mosaico de UCs do Jacupiranga (Estadual) ilustram essa visão, ainda que não assegurem plenos direitos territoriais às comunidades diretamente envolvidas. Dentre essas UCs, está a RESEX da Ilha do Tumba, que atende a uma antiga reivindicação da comunidade do Marujá de ampliar as áreas de manejo, extrativismo florestal e agrícola. Ainda que não envolvam os territórios tradicionalmente utilizados pelo Marujá e o Ariri, foi um primeiro passo para assegurar o manejo de espécies florestais destinadas à fabricação do cerco, implantar experimentos de manejo sustentável, SAFs, e culturas de roça.

A APA Marinha do Litoral Sul traz à tona a regulamentação e fiscalização de atividades de pesca, bem como a regulamentação das atividades náuticas. E em um contexto macrorregional – entre São Paulo –, define-se o Mosaico de UCs do Lagamar (Federal), possível elemento agregador da gestão integrada das áreas protegidas, que compreende o Lagamar e as UCs da porção sudoeste do Vale do Ribeira.

Antevendo essa nova fase de negociação com o Estado, mais uma vez, aparece o protagonismo dos moradores da comunidade do Marujá, ao decidirem revisar o Plano de Manejo do Marujá, tendo como objetivo central a permanência na Ilha do Cardoso. Não uma permanência estática, mas, isto sim, uma permanência que busca a construção de um processo autônomo de territorialização que se aproxima da modalidade de gestão comunitária, uma das modalidades de governança desejáveis, como já indicava um dos “princípios da vida sustentável” do documento “Cuidando do Planeta Terra: Uma estratégia para o futuro da vida”.

[...] Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio meio ambiente: As comunidades e grupos locais constituem os melhores

⁹⁸ Anteriormente, o PEIC era administrado pelo Instituto Florestal. No final do governo Alckmin, por meio do Decreto nº 51.453, datado de 9/12/2006, é criado o Sistema Estadual de Florestas (SIEFLOR), atribuindo a gestão das UCs à FF e a gestão da pesquisa científica nas UCs ao IF.

canais para as pessoas expressarem suas preocupações e tomarem atitudes relativas à criação de bases sólidas para sociedades sustentáveis. No entanto, essas comunidades precisam de autoridade, poder e conhecimento para agir. As pessoas que se organizam para trabalhar pela sustentabilidade em suas próprias comunidades podem constituir uma força efetiva, seja a sua comunidade rica, pobre, urbana, suburbana ou rural (UICN; PNUMA e WWF, 1991).

Novas oportunidades de reterritorialização surgem, expressas pela retomada de parte das antigas áreas de uso familiar e comunitário (territórios tradicionais), mediante a revisão/aprimoramento de acordo de utilização de espaços de uso comum com outras comunidades tradicionais e usufruto de atividades turísticas nas APs. Ao mesmo tempo, e de forma conjugada, tem-se a possibilidade de implantação de uma efetiva governança local que poderá se estender a outras APs da região estuarino-lagunar entre SP e PR.

A perspectiva de recategorização do PEIC, possivelmente para uma RDS que reconheça os direitos territoriais do Marujá e demais comunidades tradicionais da Ilha do Cardoso, poderá fortalecer os instrumentos de gestão comunitária e de cogestão (tanto no novo território do PEIC, como nas novas UCs). Nesse processo, relacionado à revisão do Plano de Manejo do PEIC poderiam ser legitimados – por meio de acordos - os instrumentos e ações de gestão comunitária, tanto no Marujá como nas demais comunidades da Ilha do Cardoso e região.

Trata-se de um processo que implica na estruturação de novos arranjos de governança, e portanto de relacionamento das instituições envolvidas.

Propõe-se a construção do instrumento denominado “cogestão adaptativa” (OLSSOM et al. 2004 a e b; ARMITAGE et al., 2007), baseado na abordagem do “aprender fazendo”, ou seja, aprender com a prática, testando e se adaptando ao modo de lidar com as questões à medida que elas surgem (BERKES, 2009, p. 1692). A viabilidade deste instrumento requer a “cogestão como governança”, que parte do pressuposto que a responsabilidade de gestão é dividida entre parceiros, sejam eles públicos ou privados, policentros de discussão e decisão que não possuem um centro de autoridade, distribuindo-se em diversos pontos de gestão (BERKES, op. cit., 1694).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As recentes modificações do Código Florestal e as tentativas da bancada ruralista e de outros setores produtivos, em diferentes esferas (federal, estadual e municipal), têm anunciado um panorama de retrocesso para as APs e populações tradicionais, que incluem ameaças a reservas indígenas e terras quilombolas demarcadas ou reconhecidas. Junta-se a esse panorama o processo desenfreado de construção das grandes usinas hidrelétricas, que afeta diversos povos amazônicos, a alteração de critérios para definição de Zonas de Amortecimento (ZA) em UCs de proteção integral, a tentativa de aprovação dos projetos de mineração em terras indígenas e quilombolas, o desmantelamento dos órgãos de controle ambiental, a descontinuidade na gestão das APs e a interrupção de programas socioambientais e de geração de trabalho e renda nessas áreas.

Podemos relacionar outros exemplos que demonstram o avanço das políticas neoliberais e a predominância de uma visão excludente das populações locais, inclusive as tentativas de privatização e terceirização de serviços⁹⁹ nos parques, a exemplo da Fundação Florestal, vinculada à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

No contexto das instituições gestoras de APs, identificam-se arranjos de governança, interferentes com as populações afetadas por essas áreas e que são, claramente, descontínuos e descompassados e reúnem as políticas de implantação de UCs e de manejo da pesca, formando o “pano de fundo” de negociação e reivindicação dos comunitários, as chamadas “arenas locais de decisão” (OSTROM, 1996).

De outro lado, identificam-se processos de resistência e empoderamento das comunidades afetadas pelas áreas protegidas, processos determinantes para assegurar a permanência na terra, a manutenção de valores e tradições culturais e a organização sociopolítica dos moradores envolvidos.

O estudo de caso realizado no Marujá possibilitou a comprovação da hipótese central da pesquisa. Os dados levantados atestam a existência de uma modalidade singular de gestão comunitária (autogestão) e gestão compartilhada (cogestão) entre

⁹⁹ [...] Em geral, verifica-se uma tendência para favorecer as forças de mercado, mas um quadro bastante diferente emerge na práxis da liberalização e da privatização [...] em muitos casos, as administrações públicas ainda não são capazes de substituir sua ação de produtores de bens públicos por uma ação de agentes responsáveis pela produção, em cooperação com outros atores (KISSLER; HEIDEMANN, 2008, p.488).

a comunidade do Marujá, o PEIC e outras áreas protegidas de Cananeia, em uma porção expressiva do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananeia-Paranaguá. Modalidade essa que é mantido, fundamentalmente, pela comunidade do Marujá, por meio de sua instância política de organização, a AMOMAR. Respalda-se nos acordos firmados com o PEIC (Plano de Manejo e atas do Conselho Consultivo), com órgãos vinculados a pesca e também com outras UCs.

Na literatura que trata dos temas relativos à governança local e, especificamente, das populações tradicionais, existe clara delimitação de tipos de gestão, com a classificação em “um tipo ou outro”, a exemplo da análise de Tara Goetz (2004), que apresenta a definição de diversos autores sobre o “espectro de possibilidades de partilha do poder em regimes de cogestão”; e a classificação de Borrini-Feyerabend; Johnston e Pansky (2006, p. 117-120), a qual distingue quatro tipos de governança de APs: públicas, em regime de cogestão, privadas e comunitárias.

O reconhecimento e legitimação do sistema de gestão comunitária-compartilhada entre o Marujá e as APs passa, num primeiro momento, pela revisão e aprimoramento dos planos de manejo das UCs e das medidas de controle da pesca e de uso dos espaços compreendidos pelos canais e o mar, e incluem as trilhas e roteiros de visita no PEIC e outras UCs. Trata-se de um processo que envolve as instituições que operam local e regionalmente, respaldado pelos atuais conselhos e fóruns de apoio à gestão (UCs, gerenciamento costeiro, políticas de pesca, de turismo, etc.).

Em um contexto mais amplo almeja-se o aprimoramento dos marcos legais, a exemplo do SNUC, que assegurem as modalidades de gestão comunitária (incluindo a proposição de áreas protegidas comunitárias) e a modalidade de cogestão e suas variações em APs, e que incorporem preceitos do PNAP, PNPCT e outros dispositivos.

A mudança de uma gestão centralizada para um sistema de cooperação entre o Estado e os atores sociais envolvidos se faz necessária e premente, uma mudança que tenha como valor essencial o pluralismo, entendido por Borrini-Feyerabend, Johnston e Pansky (2006, p. 123) como: “[...] o reconhecimento do valor e legitimidade dos anseios, capacidades e modos de organização de diferentes grupos étnicos e sociais, e que busque facilitar a coexistência e colaboração para o bem comum”.

Não se trata de utilizar a experiência do Marujá como um “modelo”, mas enquanto experiência demonstrativa, o que já ocorre há alguns anos a partir da troca de experiências entre representantes do Marujá com outras comunidades, especialmente caiçaras, dos estados de SP, RJ e PR.

Para designar comunidades como o Marujá, tendo em comum histórico de luta e emancipação, forte organização sociopolítica e produtiva, predominância de práticas sustentáveis, além da participação e vinculação em redes, propõe-se a utilização do termo “comunidade de referência”. O termo não se restringe exclusivamente às populações tradicionais, mas poderia ser aplicado a outros exemplos de participação e mobilização, individual e coletiva, em outras comunidades e ocupações em áreas protegidas.

Na região do Vale do Ribeira, identificam-se algumas comunidades de referência como o Mandira (Cananeia), Ivaporunduva (Eldorado), Guapiruvu (Sete Barras e Eldorado) e a experiência da Cooperafloresta, que envolve comunidades em municípios de Barra do Turvo (SP), Adrianópolis e Bocaiúva do Sul (PR).

A identificação de “comunidades de referência” em APs poderia ser estendida a outros espaços, rurais e urbanos, qualificando-os como núcleos de aprendizagem, intercâmbio e investigação sobre práticas sociais, sustentáveis e de cidadania.

Área de recreação e lazer da comunidade do Marujá – Habitações e Centro Comunitário ao fundo
Foto. Maurício A. Marinho – fev/2013)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMS, Peter; BORRINI-FEYERABEND, Grazia; GARDNER, Julia; HEYLINGS, Pippa. 2003. **Evaluating Governance: handbook to accompany a participatory process for Protected Area**. Parks Canada and TILCEPA, draft. Disponível em http://cmsdata.iucn.org/downloads/evaluating_governance_handbook.doc Acesso em março de 2009.

ALIER, Joan Martínez. **O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007, 379 p.

ANGELO FURLAN, Sueli. **Lugar e Cidadania: implicações socioambientais das políticas públicas de conservação socioambiental (situação do Parque Estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião – SP)**. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia/FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ANGELO FURLAN, Sueli. Técnicas de Biogeografia. In: **Praticando Geografia**. (Org. Luís Antônio Bittar VENTURI). São Paulo: Oficina de textos, 2005. p.99-130.

ANGELO FURLAN, Sueli; MARINHO, Mauricio A.; CAMPOLIM, Marcos B. **Conflitos e diálogos: análise dos Sistemas de Áreas Protegidas e Populações Tradicionais na América Latina em Florestas Tropicais**. XII Encontro de Geógrafos de América Latina. Eixo 7. Procesos de la interacción sociedad-naturaleza, Montevideo, Uruguay, 2009.

ARMITAGE, D.; MARSCHKE, M.; PLUMMER. Adaptive co-management and the paradox of learning. In: **Global Environmental Change** 18, 2008, p.86-98.

ARRUDA, Rinaldo S.V. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: Diegues, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Ed. Hucitec, NUPAUB/USP, 2000, p.273-290.

ASSIS, Lenilton F. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. In: **Revista Território**. Rio de Janeiro. Ano VI nº 11,12 e 13. Set/out., 2003, p. 107-122.

BARRETO, Elba S. de Sá. **O Ensino Rural Paulista: Desafios e Propostas**. São Paulo: Caderno Pesquisas nº 56, p. 11-18, 1986

BECCATO, Maria Angélica Barbosa. **Elaboração Participativa de uma Proposta de Reestruturação do Sistema de Tratamento de Esgoto da Comunidade do Marujá – Parque Estadual da Ilha do Cardoso/SP**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental). Departamento de Hidráulica e Saneamento. Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004. 292 p.

BECKER, Howard. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. 2ª Edição, São Paulo: Editora Hucitec. In: **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1994, 178 p.

BELLINI, Juliana Higa; MARINHO, Maurício A. Economia Solidária e Agroecologia no bairro Guapiruvu, Vale do Ribeira, SP. Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP, 2009.

BERKES, F. (ed.). **Common Property Resources: Ecology and Community-Based Sustainable Development**. Belhaven, London, 1989.

BERKES, F. Evolution of co-management: Role of knowledge generation, bridging organizations and social learning. **Journal of Environmental Management** 90, 2009, p.1692-1702.

BERKES, F., D. Feeny, B. McKay, & Acheson, J. M. **The benefits of the commons Nature**. 1989, 340: 91-93.

BIM, Ocimar José Baptista. **Mosaico do Jacupiranga - Vale do Ribeira, São Paulo: conservação, conflitos e soluções socioambientais**. 2012. 267f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

BORRINI-FEYERABEND, Grazia. Manejo participativo de áreas protegidas: adaptando o método ao contexto. In: **Temas de Política Social**. Quito: UICN Sur, 1997.

BORRINI-FEYERABEND, Grazia. Governance of protected areas – innovation in the air. In: **Policy Matters 12 - Community Empowerment for Conservation**. IUCN: *Comission on Environmental, Economica & Social Policy*, 2003, p. 92-101.

BORRINI-FEYERABEND, Grazia; JOHNSTON, Jim & PANSKY, Diane. Governance of Protected Areas. In: **Managing Protected Areas: A Global Guide** (ed. Michael Lockwood, Graeme L. Worboys and Ashish Kothari). Earthscan. London.Sterling, VA, 2006, (p. 116-145), 802 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 252p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **“No rancho fundo”: espaços e tempos do mundo rural**. Uberlândia, EDUFU, 2009. 244p.

BRASIL. **Decreto nº 4340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta o SNUC e dá outras providências**. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.758 de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP**. Brasília, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 6.040. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT**, Brasília, 2007.

BRITO, Maria Cecília W. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000, 230 p.

CALDAS, Eduardo de Lima. **Formação de Agendas Governamentais Locais: O Caso dos Consórcios Intermunicipais**. Tese (Doutorado). Departamento de Ciência Política/FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAMPOLIM, Marcos Bühner; PARADA, Isadora Le Senechal; YAMAKA, Juliana Grecco. Gestão Participativa da Visitação Pública na Comunidade do Marujá – Parque Estadual da Ilha do Cardoso. In: **IF Série Registros** n.33: 39-49. São Paulo: Instituto Florestal, 2008.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. 2001 143f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

CARDOSO, Thaís Almeida. **A Construção da Gestão Compartilhada da Reserva Extrativista do Mandira, Cananeia, SP**. 2008 203f. Tese (Doutorado em Ciências). Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2008.

CARVALHO, Maria Celina P. e Schmitt, Alessandra. **Relatório Técnico Científico para Identificação de Famílias Tradicionais presentes no Parque Estadual da Ilha do Cardoso**. São Paulo: 2012 307 p.

CASTANHO FILHO, E. P. **A vocação conservacionista de Intervalos**. São Paulo. Data provável 1994. Não publicado.

CHAMY, Paula. Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum. In: **V Encontro Biental da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. Caxias do Sul, 2003.

CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CLAVAL, Paul. Campo e perspectivas da Geografia Cultural. In: **Geografia Cultural: um século** (3) (orgs. Roberto Lobato CORRÊA, Zeny ROSENDAHL). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002, p.133-196.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia de Geografia**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011, 406 p.

CORRÊA, Roberto Lobato A. Territorialidade e Corporação: Um Exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

COSGROVE, Denis. **A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas paisagens Humanas**. In: **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJT CORREA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.), 1998.

COSTA RICA. MINAE. **Estado de la gestión compartida de áreas protegidas em Costa Rica: Resumen**. MINAE. UICN. San Jose, CR, 2005

COZZOLINO, Luiz Felipe. **Unidades de Conservação e os processos de Governança Local: o caso da APA do Sana (Macaé, RJ)**. Dissertação (Mestrado). Programa EICOS, IP, UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

DIEGUES, Antonio C. **Etnoconservação: Novos Rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum** (orgs.: Antônio Carlos DIEGUES, André de Castro C. MOREIRA). São Paulo: Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. USP, 2001, 294p.

DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Povos e Águas: Inventário de áreas úmidas**. 2. ed. – São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. Universidade de São Paulo, 2002 597p.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo, NUPAUB-USP. 6a ed. 198p. 2008.

FARIA, Helder H. de. **Eficácia de gestão de Unidades de Conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo. Brasil**. 2004. 401f. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual de São Paulo. Presidente Prudente, 2004.

FENNY, D.; BERKES, F. McCay, B. J.; ACHESON, J. M. A Tragédia dos Comuns: Vinte e dois anos depois. In: **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum** (orgs: Antônio Carlos DIEGUES, André de Castro C. MOREIRA). São Paulo: Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. USP, 2001, 294p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Ano 8 n.6, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade: Leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Ed. Nacional, EDUSP, 1973, In: Wikipédia, 2010).

FERREIRA DA SILVA, André Luiz. **Onde os direitos ambientais sobrepõem direitos humanos na mata Atlântica brasileira: Estudo a respeito da diversidade cultural em comunidades tradicionais sobrepostas por Unidades de Conservação no Vale do Ribeira**. SP. 2012 198f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2012.

FOOTE-WHYTE, Willian. Treinando a observação participante In: **Desvendando máscaras sociais** (org. Alba Zaluar Guimarães). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 2ª ed., 1980, p. 77-86.

FOOTE-WHYTE. William. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005, 390 p.

FREITAS, S. M. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanistas. FFLCH, USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e Políticas Públicas** (IPEA), Brasília, 21, 2000, p.211-259.

GADELHA, Crismere. **Proibido Trabalhar: problema socioambiental dos filhos da Ilha do Cardoso/SP**. 2008. 339f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

GOETZ, Tara. Sharing the Canadian Experience with co-management: Ideas, examples and lessons for communities in developing areas. In: **Working Paper 15. Rural Poverty and the Environment Working Paper Series**. Ottawa: International Development Research Centre, 2004 65p.

GONÇALVES, Alcindo. **O conceito de Governança**. Disponível em: <http://conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/078.pdf>. Acessado em: 8 Jul. 2013 [2005?].

GRAHAM, J.; AMOS, B.& PLUPMTRE, T. **Governance Principles for Protected Areas in the 21st Century**. Institute on Governance. Parks Canada. Canadian International Development Agency, Canada, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Da Territorialização à Multiterritorialidade. X Encontro de Geógrafos da America Latina. São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP. 2005, p.6774-6792.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: Um Debate. In: **GEOgraphia** – Ano IX n. 17, 2007.

HIRST, Paul. Democracy and governance. In: Jon Pierre (ed.): **Debating governance: Authority, steering and democracy**. Oxford University Press: New York 2000, pp. 13-35.

HOROCHOVSKI, Rodrigo R. & MEIRELLES, Giselle. Problematizando o Conceito de Empoderamento. II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2007. p 485-505.

INSTITUTO DE PSICOLOGIA; CENTRO PAULA SOUZA. **Resultados do Projeto de Pesquisa Experiências de Turismo de Base Comunitária no Vale do Ribeira/SP: Comunidade de Caiçara do Marujá – Ilha do Cardoso (Cananeia/SP)**: Relatório de pesquisa. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: Escola Técnica Engenheiro Agrônomo Narciso de Medeiros: Escola Técnica de Registro. 2013, 53 p.

IRVING, Marta A.; COZZOLINO, Felipe; FRAGELLI, Claudia; SANCHO, Altair. Construção de governança democrática: interpretando a gestão dos parques nacionais no Brasil. In: **Áreas Protegidas e Inclusão Social: Construindo novos significados**. Marta de Azevedo Irving (organizadora). Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial. Aquarius. 2006.

IUCN. **Guidelines for Protected Area Management Categories**. IUCN, Cambridge, UK and Gland, Switzerland, 1994.

HIRST, Paul. **Democracy and governance**. In: Jon Pierre (ed.): **Debating governance: authority, steering and democracy**. Oxford University Press: New York 2000, pp. 13-35.

IRVING, Marta A.; COZZOLINO, Felipe; FRAGELLI, Claudia; SANCHO, Altair. Construção de governança democrática: interpretando a gestão dos parques nacionais no Brasil. In: **Áreas Protegidas e Inclusão Social: Construindo novos significados**. Marta de Azevedo Irving (organizadora). Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial. Aquarius. 2006.

JACOBI, Pedro Roberto. Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. In: **Revista Brasileira de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, 2000. p.131-158.

JACOBI, Pedro Roberto, Org. **Novos paradigmas, práticas sociais e desafios para a governança ambiental**. São Paulo: Annablume; IEE-USP; PROCAM-USP; Fapesp, 2012.

JENTOFT, Svein; CHUENPAGDEE, Ratana. Fisheries and coastal governance as a wicked problem. In: **Marine Policy** 33, 2008. P-553-560

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives, and public policies**. New York: HarperCollins, 1995.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? In: **Revista Brasileira de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 40(3), 2006. p.479-499.

KOZEL, Salete. Mapas mentais – uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. In: Kozel, S. Costa e Silva, J, Gil Filho, S.F. (orgs). **Da Percepção e cognição à representação: Reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

LIMA, Lucas Ferreira. **Processo Sociotécnico MACBETH de Apoio Multicritério à Decisão e a Organização de Comunidades Tradicionais: O caso da Comunidade do Marujá no Vale do Ribeira – SP**. 2012 171f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Instituto de Economia da Universidade de Campinas. Campinas, 2012.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade. In: **Série Antropologia** 322. Brasília, 2002.

MARANGONI, Ana Maria Marques Camargo. Questionários e Entrevistas – Algumas Considerações. In: **Praticando Geografia** (org. Luís Antônio Bittar Venturi). São Paulo: Oficina de textos, 2005:167-174.

MARINHO, Maurício A. **Conflitos e possíveis diálogos entre unidades de conservação e populações camponesas: Uma análise do Parque Estadual Intervales e o bairro Guapiruvu (Vale do Ribeira/SP)**. 2006 98f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MARINHO, Maurício A.; ANGELO FURLAN, Sueli. Conflitos e possíveis diálogos entre parques e populações. IN: **Floresta e Ambiente**, v. 14, p. 22-34, 2007.

MARINHO, Mauricio A.; ANGELO FURLAN, Sueli. Gestão Compartilhada e Comunitária em Áreas Protegidas: Reflexões no Vale do Ribeira (São Paulo, Brasil). In: **Revista Geográfica de América Central**. Numero Especial EGAL vol.2 47E PP 1-16. Universidad Nacional Costa Rica, 2011. Disponível em <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2371>.

MARETTI, Cláudio C.; RAIMUNDO, Sidnei; SANCHES, Rosely A.; MARTUSCELLI, Paulo & MENDONÇA, Ana Lúcia. A Construção da Metodologia dos Planos de Gestão Ambiental para Unidades de Conservação em São Paulo. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (1.:1997: Curitiba). **Anais**. Curitiba: IAP: UNILIVRE: Rede Nacional Pro Unidade de Conservação, 1997 2 v: 234-247.

MARETTI, C. 2001. Comentários sobre a situação das Unidades de Conservação no Brasil. In: **Revista de Direitos Difusos**. Vol. 5. Florestas e Unidades de Conservação. Brasília, Ed. Esplanada-ADCOAS, 2001

MARQUES, José G. **Pescando Pescadores**. 2ª ed. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

MCCARTHY RAMIREZ, Ronald; MARTÍNEZ ARTAVIA, Cecilia; SALAS, Alberto. **Dos décadas de gestión comunitaria en Centroamérica: El camino recorrido, su estado y desafíos**. Ed. Manuel Bermúdez. UICN. Oficina Regional para Mesoamérica. San Jose. Costa Rica, 2006, 70 p.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil. In: **Ambiente & Sociedade** – Vol. IX nº 1, Rio de Janeiro, 2006.

MENDES, Ana Beatriz Vianna. **Conservação Ambiental e direitos multiculturais: reflexões sobre Justiça**. Tese (Doutorado). UNICAMP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: NEPAM. Campinas, 2009.

MENDONÇA, Ana Lúcia F. **A Ilha do Cardoso: O Parque Estadual e os moradores**. 2001. 163f. Dissertação (Mestrado) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2001.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da Lei do SNUC. In: **VIO, A.P.A. Direito ambiental: o regime jurídico das unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2001.

MILANI, Carlos; SOLINÍS, Germán. Pensar a democracia na governança mundial: algumas pistas para o futuro. In: MILANI, Carlos; ARTURI, Carlos; SOLINÍS, Germán (Orgs.). **Democracia e governança mundial – que regulações para o século XXI**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Unesco, 2002, p. 266-291.

MORAES, Marília Britto R. de. **Implementação das Áreas de Proteção Ambiental Federais no Brasil: O Enfoque da Gestão**. 2012 238f. Tese (Doutorado em Geografia Física). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

MOURÃO, Fernando A. **Os Pescadores do Litoral de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Nupaub/ CEC. 2003, 264 p.

NUNES, Márcia. **Do Passado ao Futuro dos Moradores Tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Física. São Paulo: Depto Geografia/FFLCH/USP, 2003, 152p.

OLIVEIRA, Cléia de. **Gestão Ambiental e Arranjos Institucionais: Os Parques Ecológicos Paulistas**. 2004 226f. Tese (Doutorado). Faculdade de Engenharia civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

OLIVEIRA, Ezequiel de; RODRIGUES, Carmen Lúcia. A Cultura Caiçara e Turismo no Bairro do Marujá, Ilha do Cardoso. In: DIEGUES, A.C.; VIANNA, V. M. (Org.) **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. NUPAUB-USP: Labtrop-ESALQ-USP. São Paulo, 2000.

OLSSON, P., FOLKE, C. Hahn. T. Social-ecological transformation for ecosystem management: the development of adaptive co-management of a wetland landscape in southern Sweden. **Ecology and Society** 9 (4), 2004a.

OLSSON, P; FOLKE, C.; BERKES, F. Adaptive co-management for building resilience in social-ecological systems. **Environmental Management** 34, 75-90, 2004b.

OSTROM, Elinor. **Issues of definition and theory: Some conclusions and hypotheses**. National Research Council Proceedings of the Conference on Common Property Resource Management. National Academy Press, Washington, D.C., 1986 pp. 599-615.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1990.

PAIVA SOBRINHO, Ranulfo; ROMEIRO, Ademar Ribeiro; LIMA, Lucas Ferreira. **Construção da visão de futuro e fornecimento de subsídios para revisar o plano de**

manejo da comunidade do Marujá: aplicação da componente social do processo sócio-técnico MACBETH. Civinet: Fundag, 2012, 60p.

PARADA, Isadora Le Senechal. **Mudanças sócio-ambientais de duas comunidades caiçaras do Parque Estadual da Ilha do Cardoso**. 2001. 157f. Monografia (Ecologia). - Instituto de Biociências da Universidade Estadual de São Paulo. Rio Claro, 2001.

PEREIRA, Polyana Faria; SCARDUA, Fernando Paiva. Espaços Territoriais especialmente protegidos: Conceitos e Implicações Jurídicas. Campinas: **Ambiente & Sociedade**. V.XI. 2008, p.81-97.

PIRRÓ, Mariana Soares de Almeida. **Práticas de Pesquisa de Campo com Comunidades Tradicionais: Contribuições para a gestão participativa do Arquipélago de Ilhabela-SP**. 2010 138f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

PISCIOTTA, Kátia. **Pesquisa Científica em Unidades de Conservação da Mata Atlântica Paulista**. 2003 182f. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

QUEIROZ, Helder Lima de. A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá. **Estudos Avançados** v.19, 2005, p.183-203.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Relatos Oraís: do indizível ao dizível. In: **Experimentos com histórias de vida** (Von Simson, Olga de M. org.), São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 14-43.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: FFLCH-USP, **Centro de Estudos Rurais e Urbanos**: Ceru. 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993, 269p.

RESENDE, Roberto Ulisses. **As regras do jogo: legislação florestal e desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002, 198p.

REZENDE-SILVA, Simone. **Camburi, território de brancos, negros e índios no limite do consenso caiçara: transformações de uma população tradicional camponesa**. Dissertação. 2004. 104f. (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: Departamento de Geografia. FFLCH. USP, 2004.

REZENDE-SILVA, Simone. **Negros na Mata Atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza**. 2008. 354f. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

RIBEIRO, Berta. **Prefácio. Suma Etnológica Brasileira** (editor: Darcy RIBEIRO) Volume I Etnobiologia. Rio de Janeiro: FINEP/Ed. Vozes, 1987, 302 p.

RODRIGUES, Carmen Lucia. **Os Limites do Consenso: Territórios polissêmicos na Mata Atlântica e a gestão ambiental participativa**. 2001 278f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

SANCHES PERES, Rodrigo; SANTOS, Manoel Antônio dos. Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em psicologia. **Interações**. São Paulo v. 10, n. 20, dez. 2005

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e Novos Direitos: Proteção Jurídica à Diversidade Biológica e Cultural**. Ed. Fundação Peirópolis, 2005, 303 p.

SANSON, Fabio Eduardo De Giusti. **As unidades de conservação ambiental como vetores do ordenamento territorial**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

SÃO PAULO (ESTADO). **Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso – Fase 2**. Projeto de Preservação da Mata Atlântica (Cooperação Financeira Brasil – Alemanha). KFW: Instituto Florestal. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. São Paulo, 2001.

SERPA, Angelo. **Por uma Geografia das Representações Sociais**. Rio Claro: OLAM – Ciência & Tecnologia vol.5 n.1, 2005.

SIMÕES, Eliane. **O Dilema das Decisões sobre Populações Humanas em Parques: Jogo compartilhado entre Técnicos e Residentes no Núcleo Picinguaba**. 2010 403f. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

SOLIS, Vivienne; FONSECA, Marvin. **Gobernabilidad en el Manejo de Áreas Silvestres Protegidas en Costa Rica: La Experiencia de Manejo Conjunto del Parque Nacional Cahuita**. Cooperativa de Servicios Profesionales para la Solidaridad Social. Costa Rica, 2003

SOUZA, João Vitor Campos de. **Congressos Mundiais de Parques Nacionais da UICN (1962-2003): registros de reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza**. Dissertação (Mestrado). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília. DF, 2013, 225 p.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acessado em 18 de agosto de 2013.

UICN. **Beneficios más allá de las fronteras: Actas del V Congreso Mundial de Parques de la UICN**. UICN: Gland, Suiza y Cambridge, Reino Unido. 326 pp. 2005.

UICN; PNUMA; WWF. **Cuidando do Planeta Terra: Uma estratégia para o futuro da vida**. 1991.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De Invisíveis a Protagonistas: Populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008 339 p.

VIANNA, Lucila Pinsard; ADAMS, Cristina; DIEGUES, Antônio Carlos S. **Conflitos entre populações humanas em unidades de conservação em Mata Atlântica**. Relatório de pesquisa – versão preliminar. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

VIEIRA, Augusto Jackie N. L. **Processos de governança em Áreas de Proteção Ambiental: Análise a partir do Conselho Gestor da APA Itupararanga – SP**. 2011 183f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. São Paulo, 2011.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia”. **Anuário Antropológico**. Brasília, n.87, p. 11-73,1990.

WOORTMANN, Eilen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica e a lavoura camponesa**. Brasília: Universidade de Brasília. 1997.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 4ª Ed. 2010. 248p.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS – TRABALHO DE CAMPO NO MARUJÁ

Objetivos:

- Identificar o histórico da comunidade, resistência, atos reivindicatórios;
- Analisar as estratégias de organização sociopolítica e produtiva, bem como participação em redes sociais, atos reivindicatórios e outras informações de relevância ao escopo da Tese;
- Ver interesse/disponibilidade para realização de mapa da territorialidade.

Questões Ezequiel de Oliveira

1. Dados Gerais do entrevistado e da Vila do Marujá
 - Origem: quando tempo reside na Ilha, idade, pais e avós
 - Atividades que realizou e realiza (identificar transformações no modo de vida)
 - Filhos (atividades)
 - Origem da Vila do Marujá e relação com outras comunidades da Ilha e do Continente
2. Quando, como e onde ocorreram os primeiros conflitos com as comunidades residentes na Ilha?
 - Quais foram as consequências desses conflitos e como a comunidade reagiu? (Caracterizar o histórico de resistência e matriz de organização).
 - O que ocorreu nas diversas comunidades da Ilha? (Resposta aos conflitos; quem saiu, quem permaneceu).
 - Quando e como se deu a tomada de consciência sobre a cultura caiçara?
 - Relacionamento com outras instituições (identificar parcerias, vínculos, etc): governos (ênfase para entendimento das relações com a Prefeitura e identificar diferenças em relação aos governos estadual e federal), ONGs (locais, Rede de ONGs de Cananeia, de atuação regional, internacionais), instituições de pesquisa (quais); escolas; agências;
 - Como se transformaram as atividades produtivas na comunidade e na Ilha (agricultura, pesca, caça e a chegada do turismo);
 - Como se organiza hoje a comunidade do Marujá, dos pontos de vista social, político, produtivo e cultural?
 - Quais são as principais lideranças hoje no Marujá?
 - Visão sobre a atuação dos jovens.

- Quais foram as pessoas determinantes para esclarecer e fortalecer a luta da comunidade?
3. Relacionamento do entrevistado com o Parque e como aquele vê a relação entre comunidade e Parque, entre comunidade e agentes do estado e outros atores sociais.
- Quando foi a primeira vez que soube do Parque?
 - Como era a relação com o Parque e quando começou a se transformar essa relação?
 - Quais foram os principais fatos da relação entre Parque e comunidade (conflitos e estratégias de cooperação)?
 - Quais as instituições e pessoas que apoiaram/apoiam e dificultaram/dificultam a comunidade em relação ao Parque?
 - Quais são os acordos em relação ao Parque e como está o cumprimento desses acordos? (Identificar os instrumentos que hoje asseguram a permanência no Parque; acordos em relação ao turismo; quem sai e quem fica; reformas; atividades econômicas – Referencial construído (documentos, atas do CC, publicações, acordos legais e fragilidades).
 - Quais são os projetos da comunidade em relação ao Parque? E quem são hoje os principais protagonistas? (Pessoas determinantes para esclarecer e fortalecer a luta da comunidade).
 - Quais são as propostas e expectativas junto à atual administração do Parque? (Identificar também a relação com a RESEX da Ilha do Tumba, APA do Litoral Sul e outras UC em SP e PR – Como está?) – Visão sobre a atual postura da FF e como deveria ser, e porquê?
 - Possuem algum projeto ou iniciativa de gestão do território pela comunidade? (O que entende por governança?). Como viabilizar ou formalizar?
 - Considera viável a permanência da comunidade em um Parque Estadual? Como?
 - Identificar expectativas das populações – mudança de categoria. Esta questão está na pauta das reuniões do CC ou do Plano de Manejo (Qual categoria? O que acha disso tudo?)
 - Como vê as outras comunidades nessa relação com o Parque?
4. Checar a viabilidade de mapeamento da territorialidade da Vila do Marujá (envolvendo cercos e áreas de uso ou possível uso no Parque).

Questões Centrais – Amilton Xavier

1. Dados Gerais do entrevistado e da Vila do Marujá
 - Origem: quando tempo reside na Ilha; idade; pais
 - Atividades que realizou e realiza (identificar transformações no modo de vida)
 - Filhos (atividades)
 - Origem da Vila do Marujá e relação com outras comunidades da Ilha e do Continente
 - População estimada e outros dados (levantamento disponível?)
2. Quando, como e onde ocorreram os primeiros conflitos com as comunidades residentes na Ilha?
 - Como se organiza hoje a comunidade do Marujá, dos pontos de vista social, político, produtivo e cultural?
 - Quais são as principais lideranças hoje no Marujá?
 - Histórico da AMOMAR
 - Checar projetos e formas de organização e também a participação dos jovens
 - Questões que afetam a comunidade passam todas pela AMOMAR?
 - Relacionamento com outras instituições (identificar parcerias, vínculos, etc.): governos (ênfase para entendimento das relações com a Prefeitura e identificar diferenças em relação aos governos estadual e federal), ONGs (locais, Rede de ONGs de Cananéia, de atuação regional, internacionais), instituições de pesquisa (quais); escolas; agências;
 - Visão sobre a atuação dos jovens
3. Relacionamento do entrevistado com o Parque e como vê a relação entre comunidade e Parque, entre a comunidade e os agentes do estado e outros atores sociais
 - Quando foi a primeira vez que soube do Parque?
 - Como era a relação com o Parque e quando começou a se transformar essa relação?
 - Quais foram os principais fatos da relação entre Parque e comunidade (conflitos e estratégias de cooperação)?
 - Quais as instituições e pessoas que apoiaram/apoiam e dificultaram/dificultam a comunidade em relação ao Parque?

- Quais são os acordos em relação ao Parque e como está o cumprimento desses acordos? (Identificar os instrumentos que hoje asseguram a permanência no Parque; acordos em relação ao turismo; quem sai e quem fica; reformas; atividades econômicas – Referencial construído (documentos, atas do CC, publicações, acordos legais e fragilidades)
- Quais são os projetos da comunidade em relação ao Parque? E quem são hoje os principais protagonistas?
- Quais são as propostas e expectativas junto à atual administração do Parque? (Identificar também a relação com a RESEX da Ilha do Tumba, APA do Litoral Sul e outras UC em SP e PR – como está?) – Visão sobre a atual postura da FF e como deveria ser, e porquê?
- Possuem algum projeto ou iniciativa de gestão do território pela comunidade? (O que entende por governança?). Como viabilizar ou formalizar
- Considera viável a permanência da comunidade em um Parque Estadual? Como?
- Identificar ou não expectativas das populações – mudança de categoria. Esta questão está na pauta das reuniões do CC ou do Plano de Manejo (Qual categoria? O que acha disso tudo?)
- Como vê as outras comunidades nessa relação com o Parque.

APÊNDICE B - MAPA MENTAL DA TERRITORIALIDADE DO MARUJÁ E REVISÃO/RECATEGORIZAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Dias 24 e 23/08 (manhã). Centro Comunitário do Marujá

Painéis:

Projeto de Pesquisa – Doutorado (Geografia da USP) Orientadora Sueli Angelo Furlan

1. **Objetivo principal:** Analisar as relações de territorialidade e governança entre populações em unidades de proteção integral a partir do estudo de caso da comunidade do Marujá, Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, SP)
 - Identificar quais ações/instrumentos de manejo e “espaços” de participação estão ou não formalizados e como interferem sobre o ordenamento ecológico e territorial das UCs, identificando quais atores sociais interferem sobre o território do Marujá (incluindo outras comunidades) e as Unidades de Conservação envolvidas;
 - Contribuir na estruturação do Plano de Manejo do Marujá e as discussões em torno da recategorização do Parque Estadual da Ilha do Cardoso e adequação de outras Unidades de Conservação, subsidiando ações para envolvimento de outras comunidades afetadas pelo PEIC;
 - Contribuir com a revisão e aprimoramento de medidas de planejamento e ordenamento territorial de Unidades de Conservação e outras áreas naturais, e incluindo as perspectivas de aplicação de instrumentos de gestão dessas áreas em sistemas de corresponsabilidade (Estado e Comunidade) e os sistemas de gestão comunitária.

2. **Conceitos:** Territorialidade e Governança

Territorialidade → Determinadas práticas expressas material e simbolicamente em um dado território por um determinado grupo social (Roberto Lobato Correa, 1994)

Envolve diferentes dimensões: política, econômica, cultural e simbólica → Territorializar-se significa ter poder e maior autonomia para estabelecer e manter um modo de vida em um espaço.

Governança → Como o poder e as responsabilidades são exercidas, como são tomadas as decisões e como os cidadãos e os parceiros são ouvidos (conceito utilizado por diferentes agentes sociais).

Governança em áreas protegidas:

- Debatido e incorporado nas discussões internacionais. V Congresso Mundial de Parques, em 2005 (Durban, África do Sul)
- Incorporado ao Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, 2006;
- Estudo que se relaciona as medidas de gestão compartilhado de Unidades de Conservação (cogestão ou comanejo), no caso do Brasil direcionadas para OSCIPs.

3. Elaboração do Mapa da Territorialidade do Marujá

Mapas Mentais: Identificar, coletivamente, as formas de uso, ocupação e atributos ambientais – Território do Marujá → Transpor em bases cartográficas (de forma preliminar)

MAPA 1: Territorialidade do Marujá – Casas (residência e outros usos – Ex. pousada, restaurante, bares/mercearias, campings, ranchos de pesca, outros); igreja e escola (nomes); espaços comunitários (campo de futebol, centro comunitário, quadra, etc.); serviços (Ex. água, posto telefônico, piers de uso coletivo); áreas desocupadas; caminhos principais e acessos a outras comunidades e trilhas de visitação nos arredores;

Identificar: 1) ambientes característicos incluindo áreas mais conservadas (Quais áreas mais e menos conservadas); 2) localizar infraestrutura necessária s projetos pendentes; 3) Principais demandas junto ao PEIC.

MAPA 2: Territorialidade do Marujá – Uso atual – práticas de pesca, sistema de água, roteiros de visitação; Identificar atividades e comunidades com sobreposição de áreas e outros atores sociais que interferem sobre esses territórios – no canal de Ararapira (APA CIP), PEIC, RESEX Tumba, e APA Litoral Sul, outras áreas.

Identificar: 1) Quais são os atores que interferem com o Marujá (identificar parceiros e relações de conflito); 2) Necessidades principais em cada Unidade de Conservação mapeada.

Apresentação de cada grupo e síntese – **Mapa de Territorialidade do Marujá** (29/08/13)

Questão Final: Esse mapeamento poderia ser feito em outras comunidades da Ilha do Cardoso e da região? Quais? Porquê?

Reflexões (diário de campo)

Qual o melhor desenho de conservação do PEIC e da(s) RDS e outras Unidades e Conservação envolvidas pelo Marujá e outras comunidades da Ilha do Cardoso (ou só do Marujá) neste momento?

Construir os princípios para elaboração do mapa – justificativas da comunidade e junto aos órgãos gestores (possibilidade de articulação/fortalecimento da estratégia com outras comunidades e entidades parceiras).

Questão: Como juntar os produtos com o Plano de Manejo do Marujá; verificar estratégia de esclarecimento de outras comunidades/lideranças; proposta para reunião da APA Litoral Sul.